



RELATÓRIO FINAL

UNIDADE DE MISSÃO SANTA CASA

JANEIRO DE 2019 A FEVEREIRO DE 2020

Índice

Introdução.....	1
Apresentação de Resultados.....	2
Caracterização do território de Intervenção.....	3
Freguesia da Ajuda.....	3
Freguesia da Areeiro.....	5
Freguesia dos Olivais.....	7
Freguesia de Alcântara.....	8
Freguesia dos Alvalade.....	10
Freguesia dos Arroios.....	12
Freguesia dos Beato.....	13
Freguesia de Marvila.....	15
Freguesia do Parque das Nações.....	16
Freguesia de Santa Clara.....	18
Freguesia de São Domingos de Benfica.....	19
Freguesia de São Vicente.....	21
Freguesia de Belém.....	22
Freguesia de Benfica.....	26
Freguesia de Carnide.....	27
Freguesia do Lumiar.....	28
Freguesia de Campolide.....	30
Freguesia de Avenidas Novas.....	33
Freguesia de Penha de França.....	34
Freguesia de Campo de Ourique.....	35
Freguesia de Santo António.....	36
Freguesia da Estrela.....	38
Freguesia da Misericórdia.....	38
Freguesia de Santa Maria Maior.....	40
Ações de Sensibilização do Projeto Radar.....	41
Enquadramento.....	41
Ações de Sensibilização na Colónia de São Julião da Ericeira, nos meses de setembro e outubro, em articulação com o Espaço Santa Casa.....	42
Ações de Rua em locais relevantes ou mais significativos de cada uma das Freguesias....	43
Ações na Unidade de Missão Santa Casa.....	44
Formação On Job.....	45

Acompanhamento e Monitorização	47
Comissão de Acompanhamento	49
Plataforma Digital Projeto Radar: adaptações e melhorias	51
Plano de Comunicação e Marketing	54
Fundamentação dos Posters Científicos	54
Reuniões Sistemáticas.....	70
Plano de Reuniões Focus Group.....	70
Atuação dos Técnicos Radar	71
Parceiros.....	72
Radares Comunitários	73
Desafios e Obstáculos	73
Grupos de discussão alargada.....	74
Divulgação do Projeto Radar	76
Plataforma Digital Projeto Radar	77
Resultados Alcançados.....	78
Caraterização dos Entrevistados	78
Radares Comunitários	86
Informativo Radar	88
Considerações Finais	89
Referências Bibliográficas	91
Anexos.....	94
Anexo 1.1 - Protocolos de Atuação: Câmara Municipal de Lisboa.....	94
Anexo 1.2 - Protocolos de Atuação: Instituto de Segurança Social	96
Anexo 1.3 - Protocolos de Atuação: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.....	98
Anexo 1.4 - Protocolos de Atuação: Polícia de Segurança Pública	100
Anexo 1.5 - Protocolos de Atuação: <i>Contact Center</i> SCML/ Linha Informativo Radar.....	102
Anexo 1.6 - Protocolos de Atuação: Entrevistadores: Equipas de Rua	104
Anexo 1.7 - Protocolos de Atuação: Entrevistadores: UDIP's	106
Anexo 2 – Relatório de Participação “Colaborar faz toda a diferença...no Envelhecimento” – Vila Nova de Gaia	108
Anexo 3.1 - <i>Poster</i> A Importância do Trabalho Colaborativo.....	111
Anexo 3.2 - <i>Poster</i> Projeto Radar	112
Anexo 3.3 - <i>Poster</i> Inovação e Mudança no Projeto Radar	113
Anexo 3.4 - <i>Poster</i> Imagem Positiva da População 65+	115
Anexo 3.5 - <i>Poster</i> Intergeracionalidade no Projeto Radar	116

Anexo 3.6 - <i>Poster</i> Abordagem Humanista no Projeto Radar.....	117
Anexo 3.7 - <i>Poster</i> Programa <i>Lisboa, Cidade de Todas as Idades</i>	118
Anexo 3.8 - <i>Poster</i> Abordagem do Entrevistador.....	119
Anexo 4 – Plano de Ações de Sensibilização Projeto Radar	120
Anexo 5 - Material de Comunicação e Promoção distribuído entre julho e outubro de 2019	140
Anexo 6 - Abordagem na Entrevista.....	143
INTRODUÇÃO	144
Amostra estatística.....	144
Abordagem metodológica.....	145
Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade das equipas no terreno	147
DIA-TÍPICO	148
Tipos de Procedimentos.....	151
ENTREVISTA EM SI.....	153
Contacto inicial.....	153
Preenchimento da informação da Plataforma Digital Projeto Radar	154
Pertinência das questões	157
Intervenção	157
PÓS ENTREVISTAS.....	161
Funções Técnicos Projeto Radar nas Equipas de Apoio a Idosos (EAI's).....	162
Exemplo de Protocolo de Atuação – Contacto Telefónico.....	163
Como proceder quando	163
Conclusão	165
Anexo 7 – Carta da Apresentação Projeto Radar – Condomínios.....	167
Anexo 8 – Consentimento Informado (versão I e II)	168

Introdução

O Relatório Final pretende ser uma exposição escrita, circunstanciada, acerca da prossecução do Projeto Radar e das atividades a ele associadas, de janeiro de 2019 a fevereiro de 2020.

Tem por objetivos centrais relatar fidedignamente a implementação do plano de ação, informar sobre as intervenções realizadas nas diferentes áreas do Projeto e colocar em evidência os resultados obtidos nesse intervalo de tempo.

O presente documento é a expressão objetiva do compromisso assumido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) junto dos seus parceiros de acompanhar, monitorizar e avaliar continuamente a implementação do Projeto Radar.

O levantamento da amostra foi realizado nas 24 freguesias que compõem a Cidade de Lisboa, de forma faseada contemplando as seguintes etapas: Fase Piloto: Ajuda, Areeiro e Olivais; 2ª Fase: Santa Clara, Parque das Nações, São Domingos de Benfica, Alvalade, Marvila, Alcântara, Arroios, São Vicente e Beato; e 3ª Fase: Belém, Benfica, Carnide, Lumiar, Campolide, Avenidas Novas, Penha de França, Campo de Ourique, Santo António, Estrela, Misericórdia Santa Maria Maior.

Apenas a freguesia da Estrela acabou por ser intervencionada numa fase posterior à prevista por questões de gestão administrativa da própria Junta de Freguesia.

De salientar também que de 12 de setembro a 17 de outubro de 2019 se pôs em prática o Plano de Ação de Sensibilização para as freguesias que integraram a 2ª e 3ª Fases, mantendo-se em simultâneo a realização de entrevistas nas freguesias da 2ª Fase.

Desta forma, pretendeu-se garantir a isenção e independência do Projeto, ao realizar apenas ações de sensibilização, que se revelaram uma mais-valia em termos de visibilidade do Projeto, em especial no que respeita às questões do desenvolvimento comunitário. Com estas iniciativas pretendeu-se promover respostas locais integradas e de proximidade entre todos os intervenientes do Projeto, em especial dos Radares Comunitários, fomentando o fortalecimento e a identidade do Projeto.

O principal objetivo deste relatório prende-se com a exposição pormenorizada da implementação do Projeto Radar. Ambiciona relatar o que de mais relevante se verificou nas diferentes áreas de desenvolvimento do Projeto e proceder à apresentação dos resultados obtidos.

Encerrando um importante capital de reflexão de diversos intervenientes, a exposição que preenche estas páginas incorpora o resultado de um processo interativo de proximidade do real pela predominância da praxis, dando espaço à participação e reflexão crítica. Esta função orientadora, e potencialmente transformadora, reflete o campo científico e metodológico de investigação-ação.

Relativamente à sua estrutura interna, o relatório surge organizado, após esta breve nota introdutória, em duas grandes secções: uma relativa ao enquadramento, e outra à apresentação dos resultados.



Apresentação de Resultados

Ao longo da implementação e conseqüente desenvolvimento do Projeto Radar, as Equipas de Rua (Entrevistadores), consolidaram e articularam as estratégias, os procedimentos de atuação estabelecidos, bem como aperfeiçoaram, de forma geral, a sua atuação. Nomeadamente com a elaboração de documentos ¹ que refletem a sistematização do seu trabalho, facilitando uma eventual replicação do Projeto em outros contextos.

Norteados pelo paradigma emancipatório da população 65+ as práticas interventivas decorrentes da atividade do Projeto requerem uma constante adaptação e flexibilidade perante os novos contextos, ainda que mantenha a garantia metodológica de intervenção (investigação-ação). Neste seguimento, e de forma a sustentar e reciclar os conhecimentos e fundamentação teórico-científica foram elaborados Posters temáticos², no âmbito do Programa.

Os progressos verificados associam-se intimamente a todos os contributos prestados pelos parceiros, internos e externos, que assim participam ativamente na dinâmica de melhoria contínua transversal a todas as dimensões do Projeto, de onde resulta a elaboração dos Protocolos de Atuação³ como um esforço de sistematização e promoção do trabalho em rede.

Com a conclusão do levantamento em fevereiro de 2020, nas 24 freguesias de Lisboa, foram realizadas um total de 30146 entrevistas.

Por freguesia, obtiveram-se os seguintes resultados: Ajuda com 1067 entrevistas; Alcântara 927; Alvalade 2106; Areeiro 1182; Arroios 1845; Avenidas Novas 1097; Beato 778; Belém 1019; Benfica 2468; Campo de Ourique 1423; Campolide 865; Carnide 745; Estrela 1108; Lumiar 1621; Marvila 1623; Misericórdia 726; Olivais 2316; Parque das Nações 488; Penha de França 1712; Santa Clara 753; Santa Maria Maior 699; Santo António 681; São Domingos de Benfica 1898; e São Vicente 999.

Não será de mais referir o propósito dos levantamentos conduzidos em cada um dos territórios: entrevistar 23% das pessoas com 65 ou mais anos de idade, que vivam sós ou na companhia de outros elementos da mesma faixa etária que sejam do acompanhamento ou não de instituições sociais.

¹ Anexo 1.6 - Protocolo de Atuação Entrevistadores nas Equipas de Rua, Anexo 1.7 - Protocolo de Atuação Entrevistadores UDIP's e Anexo 6 - Abordagem da Entrevista.

² Anexo 3.1 a 3.8 - Posters científicos.

³ Anexo 1.1 a 1.7 - Protocolos de Atuação Câmara Municipal de Lisboa, Protocolo de Atuação ISS, Protocolo de Atuação ARS-LVT, Protocolo de Atuação PSP.



Caracterização do território de Intervenção

Como operacionalização do Programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades” O Projeto Radar consiste num plano de intervenção comunitária e desenvolvimento local que tem como objetivo o levantamento e o diagnóstico ao grupo populacional com 65 ou mais anos de idade, no sentido da agilização dos processos para uma intervenção precoce e mais ajustada a cada situação.

No que concerne à Cidade de Lisboa, tratando-se de um concelho com uma área geográfica tão extensa, é expectável que a dispersão da população com 65+ não assuma uma característica uniforme por todas as freguesias; no entanto pretendeu-se entrevistar, nas 24 freguesias, 23% das pessoas com 65 ou mais anos de idade. As estratégias de intervenção do projeto foram-se adaptando consoante as necessidades provenientes do território, em particular dependentes da tipologia e dispersão do edificado, oscilando entre a entrevista de porta-a-porta e a abordagem de pessoas na rua.

Assim e por forma a caracterizar os territórios da intervenção evocamos um breve olhar sobre a história das freguesias, narrando as suas raízes biográficas que fundamentam, marcam e alicerçam a sua contemporaneidade, prossequindo com uma breve caracterização social. Por fim, é apresentada uma reflexão sobre a freguesia realizada pela Equipa de Entrevistadores que estiveram no terreno.

Deste modo, o presente documento tem o propósito de se constituir como um mecanismo de informação detalhada do Projeto Radar nas freguesias, no sentido em que incorpora e identifica os resultados obtidos de um universo de população com 65 ou mais anos, bem como os significados singulares vividos pelos Entrevistadores na interação com o grupo populacional 65+.

Freguesia da Ajuda

Breve olhar sobre a História

A origem histórica da freguesia da Ajuda⁴ é comum a muitas outras localidades portuguesas: a sua génese associa-se à presença de uma ermida de peregrinação. De acordo com uma narrativa lendária, a descoberta de uma imagem numa fenda de uma rocha, achado cuja notícia rapidamente se disseminou, provocou uma afluência massiva ao local – assim transformado em altar de devoção. As deslocações regulares de pessoas assumiram então a forma de romarias, e estas trouxeram consigo a necessidade de construção de um espaço para guardar as oferendas. É neste contexto que surge a ermida de Nossa Senhora da Ajuda. Edificado o local de culto, em seu redor não tardou o assentamento de tendas de venda, barracas e outras estruturas de habitação, que ali gozariam da proteção conferida pelo santuário.

A implantação da freguesia, que já na altura apresentava uma considerável extensão territorial, remontará ao século XVI. Embora envolta em incerteza, algumas descrições históricas situam a sua criação oficial no ano de 1587.

⁴ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no Website da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia.



Atraídos à região, muitos fidalgos estabeleceram ali as suas casas de campo. O grande impulso de desenvolvimento do território da Ajuda viria a ocorrer no século XVIII, na sequência do devastador terramoto de 1755. Procurando escapar à destruição, a corte instalou-se no Alto da Ajuda, lugar onde se erigiu um palácio para o seu alojamento – e, com ele, se ergueu também um acampamento destinado aos serviços de administração do reino. Após um incêndio ter destruído a habitação real, construir-se-ia um outro edifício, o que atualmente designamos por Palácio da Ajuda. Junto ao palácio, estabeleceram-se moradias de altos dignatários, casas para os serviçais e mestres de ofício. Esta dinâmica, acompanhada de um expressivo aumento populacional, influenciou decisivamente o desenvolvimento da freguesia, que ainda hoje conserva, na sua toponímia, memória viva desse período.

Caracterização social

Na região sudoeste do concelho de Lisboa – quase atingindo os seus limites e quase tocando o Tejo –, encontra-se a freguesia da Ajuda⁵, disposta sobre um plano sempre inclinado e ladeada pelas freguesias vizinhas de Belém, Alcântara e Benfica.

A sua área atinge os 2,88 km² e representa 3,4% do território da cidade.

Contabilizando uma população residente de 15 620 pessoas, a Ajuda ocupa um modesto lugar na tabela das freguesias mais populosas da cidade (17^º). Dos 15 620 residentes, o número de homens é de 7 136, sendo mais elevado o de mulheres, 8 484. A informação coligida por ocasião dos Censos 2011 registava a existência de 6 997 famílias, com a dimensão média de 2,2 elementos. Discriminando o conjunto dos moradores por grupos etários (os designados *grupos funcionais*, conforme a ciência demográfica), verifica-se que 1 840 indivíduos enquadram-se no intervalo 0-14 anos; na categoria dos 15-64 anos encontramos 9 170 indivíduos e, finalmente, o grupo de pessoas com 65 ou mais anos de idade é composto por 4 610 elementos. A estatística descritiva ilustra uma freguesia significativamente envelhecida. Com efeito, 30% da população da Ajuda tem 65 ou mais anos – percentagem máxima na cidade, somente igualada na freguesia dos Olivais. O índice de dependência de idosos (relação que exprime o número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa) é de 50,3, o segundo mais alto das freguesias da capital. Lisboa, no seu conjunto, apresenta um índice de dependência de idosos de 37,5. A freguesia da Ajuda possui ainda o quarto índice de envelhecimento mais elevado, 250,5, valor bastante superior ao da própria cidade, situado nos 182,8. Considerando as 4 610 pessoas com 65 ou mais anos de idade, 1 243 viverão sozinhas nos seus alojamentos.

No território da freguesia, contam-se 2 854 edifícios, total ou parcialmente habitacionais, daí resultando um saldo de 8 897 alojamentos. Com um edificado antigo – 46% das construções são do período de 1946 a 1970 –, a Ajuda encontra nos seus prédios de baixa altura, com poucos alojamentos, uma das suas imagens características. Do conjunto total dos seus edifícios, 77% têm entre 1 a 2 pisos.

⁵ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e Website da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



Entre 2001 a 2011, a freguesia perdeu habitantes, famílias, edifícios e alojamentos. Esta dinâmica diferencia-se da tendência geral da cidade, que, perdendo habitantes e edifícios, teve, porém, um acréscimo do número de famílias e alojamentos.

O comportamento da freguesia quanto ao grau de instrução dos seus habitantes contrasta significativamente com o da cidade. A percentagem de pessoas com graus completos de Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) atinge os 55% – indicador que, na cidade, se situa nos 42%. Apenas 14% dos habitantes da freguesia detêm formação ao nível do Ensino Superior, valor muito aquém dos 27% verificados no conjunto da cidade. A taxa de analfabetismo da freguesia é a quarta mais alta de Lisboa: 4,78%. Recorde-se que o valor médio, em Lisboa, é de 3,2%.

Freguesia da Areeiro

Breve olhar sobre a História

Alongar o olhar sobre a história do Areeiro⁶ implica observar dois percursos convergentes que juntaram, na mesma unidade administrativa e territorial, as antigas freguesias do Alto do Pina e São João de Deus.

Oficialmente constituída no dia 7 de fevereiro de 1959, a história local da antiga freguesia do Alto do Pina encontra, porém antecedentes de relevo nos séculos XIV e XV, período de assentamento dos primeiros agregados populacionais, que então se dedicavam à agricultura. A região foi alvo de interesse por parte da nobreza e da burguesia, já no século XVIII, com a reconstrução da cidade – arrasada pelo terramoto de 1755. Seria então o local ideal para o estabelecimento de quintas e casas de campo. Avançando nos séculos até ao vigésimo, a Câmara de Lisboa edificou na região o Bairro Carmona, destinado aos seus funcionários. Aí se sediaria a Junta de Freguesia do Alto do Pina. Os terrenos agrícolas e de cultivo que pontuavam a região foram tomados pelo prolongamento da Avenida Almirante Reis, a construção do Bairro dos Atores e da Praça do Areeiro, entre outras dinâmicas de urbanização que hoje dão forma à freguesia.

A antiga freguesia de São João de Deus adquiriu existência formal com a reforma administrativa de 7 de fevereiro de 1959, à semelhança do que acontecera com o Alto do Pina. A zona viria a adquirir os contornos que hoje lhe reconhecemos pela mão do arquiteto Faria da Costa, na década de 30. Os projetos de habitação foram implementados em duas fases: a primeira, com a construção dos edifícios da Avenida de Paris e da Praça Pasteur, iniciou-se em 1940; mais tarde, numa segunda parte do plano, levantaram-se os prédios da Avenida João XXI e da Avenida Presidente Wilson. O plano de construção, que contava com forte envolvimento da Câmara Municipal, visava evitar o crescimento desordenado da cidade e preservar a sua qualidade

⁶ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no Website da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia.



arquitetónica. Guiada por um princípio de harmonia, a Câmara Municipal procurou, através dos planos referidos, conferir à cidade um carácter mais europeu e cosmopolita.

Atualmente, na freguesia do Areeiro confluem espaços modernos, cosmopolitas e bairros históricos, daí emergindo o coração e a alma da freguesia.

Caracterização social

Em posição central no concelho de Lisboa, o Areeiro⁷ – que faz fronteira com as freguesias de Alvalade, Marvila, Arroios, Penha de França, Beato e Avenidas Novas –, agrupa em limites únicos, desde 2012, as antigas freguesias de Alto do Pina e São João de Deus.

Com uma superfície territorial de 1,74 km², o Areeiro contribui em 2% para a área total da cidade.

A população da freguesia é – dados disponibilizados pelos Censos 2011 – de 20 131 habitantes, dos quais 8 911 do sexo masculino e 11 220 do sexo feminino. Este conjunto populacional faz do Areeiro a décima terceira freguesia lisboeta com mais habitantes. Quanto ao número de famílias, este ascende a 9 250, com uma dimensão média de 2,2 elementos. A freguesia perdeu 4% da sua população entre 2001 e 2011, não se registando, contudo, alterações significativas quanto ao número de famílias. Enquadrando os residentes em grandes categorias etárias, obtemos o seguinte retrato: 2 451 indivíduos têm idades compreendidas entre 0 e 14 anos; o grupo etário dos 15 aos 64 anos integra 12 579 habitantes da freguesia e, por fim, o Areeiro conta ainda com 5 101 moradores com 65 ou mais anos de idade. Apresentando um índice de envelhecimento superior ao da cidade (208,1 contra 182,8), 1 517 pessoas com 65 ou mais anos viverão sozinhas na freguesia, em eventual situação de isolamento.

Na freguesia, contam-se 12 558 alojamentos distribuídos por 1 419 edifícios, total ou parcialmente, habitacionais. O principal período de construção remonta de 1946 a 1970 (45% do edificado). Perto de 80% da edificação da freguesia foi desenvolvida entre 1919 a 1970. Verifica-se a primazia dos prédios em altura, com 5 ou mais pisos (52%), tal como de alojamentos com 5 ou mais divisões (61%) e grandes áreas.

A elevada densidade de alojamentos, famílias e indivíduos justifica especial menção.

Considerando os indicadores relativos à instrução, salta à vista a elevada formação académica dos residentes da freguesia: 36% (7 313 pessoas) com grau de Ensino Superior, percentagem

⁷ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e Website da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



muito acima da média apurada na cidade (27%). Subsistem 2 418 pessoas sem qualquer grau de formação completo e uma taxa de analfabetismo de 1,68.

Freguesia dos Olivais

Breve olhar sobre a História

A formação do núcleo dos Olivais Velhos, no século XVI, marca o início dos processos de desenvolvimento urbano nos territórios que hoje pertencem à freguesia dos Olivais⁸. Na altura, registava-se um crescimento demográfico exponencial. Não obstante o lugar central da agricultura relativamente às atividades que então se empreendiam no território, iniciava-se a pesca e a extração de sal. O local era procurado pela pequena nobreza, que aí instalavam casas de campo e quintas de veraneio.

O processo de industrialização chegaria já nas últimas décadas do século XVIII. Na região implantaram-se indústrias de curtumes e pregos, que, no plano económico, coexistiram com manufaturas, oficinas e atividades marítimas. A revolução liberal alterou o perfil da ocupação dos Olivais: a antiga aristocracia, proprietária de quintas, deu lugar a uma nova burguesia, ligada aos negócios e às indústrias.

No século XIX, o desenvolvimento das vias de comunicação e a construção de uma estação ferroviária nos Olivais permitiu consolidar as indústrias existentes, o que provocou, por sua vez, alterações sociais – e económicas – de relevo, como o aumento do número de habitantes. Local de contrastes, o perfil campestre da zona era ainda observável.

O século XX, nomeadamente a política de obras públicas do Estado Novo, trouxe uma decisiva transformação territorial aos Olivais. As obras efetuadas na avenida Marechal Gomes da Costa tornaram a zona muito apelativa às indústrias petroquímicas e outras relacionadas com a atividade portuária. Edificou-se, na margem do rio, o paredão do Poço do Bispo e, posteriormente, a Doca dos Olivais. Mencione-se, pela sua importância, a construção do Reservatório de Água dos Olivais. Assim, a paisagem dos Olivais alterava-se radicalmente, adquirindo características das zonas urbanas mais modernas.

As alterações urbanísticas perpetuaram-se entre 1991 e 2000. Edificaram-se novas áreas de habitação no Casal dos Marcos, Avenidas de Berlim, Cidade de Luanda e Bensaúde. O perfil citadino e cosmopolita da freguesia acentuou-se com a abertura do Centro Comercial dos Olivais, do metropolitano e a realização da Expo 98.

Em 2012, a reorganização administrativa de Lisboa determinou a criação da freguesia do Parque das Nações, numa área que, maioritariamente, pertencia à freguesia dos Olivais – que então se designava por Santa Maria dos Olivais.

Caracterização social

⁸ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no Website da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia.



A freguesia dos Olivais⁹ ocupa um vasto território na zona norte do concelho de Lisboa, fazendo fronteira com as freguesias de Alvalade, Marvila, Santa Clara e Parque das Nações. A norte, marcando o limite do concelho, partilha fronteira com Loures.

Com uma área de 8,09 km², os Olivais encabeçam a lista das maiores freguesias da cidade – representa 9% da sua superfície. Antes da reorganização administrativa de Lisboa, que teve lugar em 2012, a sua dimensão territorial era inclusive superior. Nesse ano, a então designada freguesia de Santa Maria dos Olivais cedeu parte dos seus terrenos à recém-criada freguesia do Parque das Nações.

Posicionando-se como a quarta freguesia com mais habitantes, os Olivais apresentam uma população de 33 788 pessoas – 15 559 homens e 18 229 mulheres. Registava-se, em 2011, a presença de 14 396 famílias compostas, em média, por 2,3 elementos. Agrupando a população em conjuntos etários, resulta a seguinte estatística: 4 101 pessoas têm entre 0 e 14 anos, 19 675 pessoas têm idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e, com 65 ou mais anos encontramos 10 052 pessoas. Este último número faz dos Olivais a segunda freguesia da cidade com mais elementos do grupo 65+. Percentualmente, representam 30% da sua população (proporção de representatividade mais elevada ao nível das freguesias, a par da Ajuda). O índice de envelhecimento, o quinto maior entre as freguesias lisboetas, reflete a importância destas pessoas: 247,5 – em muito superior ao valor apurado na cidade, de 182,8. Nos Olivais, 2 233 pessoas com 65 ou mais anos de idade vivem sós.

A freguesia regista 2 795 edifícios, total ou parcialmente habitacionais, e 16 965 alojamentos. Relativamente ao primeiro dado, predominam os edifícios com 3 ou mais pisos (54%). Quanto aos alojamentos – em pequeno número por edifício – 54% têm cinco ou mais divisões. A principal fase de construção do edificado da freguesia remonta ao período de 1946-1970, do qual resultou 62% do atual número de prédios.

Quanto ao grau de instrução, destaca-se o 1.º Ciclo do Ensino Básico completo, com 24% da população a quedar-se por esse patamar de ensino. Cerca de metade dos residentes apresentam o Ensino Básico completo (1.º, 2.º ou 3.º ciclos). A percentagem de população com graus de Ensino Superior é de 18%. Comparativamente aos valores médios da cidade, há menos pessoas com graus de Ensino Superior e mais com níveis de Ensino Básico.

Freguesia de Alcântara

Breve olhar sobre a História

A sua toponímia encontra raízes etimológicas no árabe (Al-quantãrã, “a ponte”) e alude a uma desaparecida passagem sobre a ribeira de Alcântara.

⁹ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e Website da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



Local de generosos recursos naturais – hídricos e geológicos –, Alcântara¹⁰ reunia condições propícias a uma agricultura rica e variada, às quais a ocupação árabe, ainda que dispersa, não terá sido alheia. A urbanização do território emerge, contudo, a partir do século XVIII e coincide com a criação da freguesia – em 8 de abril de 1770, sob a designação de S. Pedro em Alcântara.

No território instalou-se o Paço Real de Alcântara, residência régia de campo, cuja construção remonta ao início do século XVII. Hoje, dela não restam vestígios. Perto do palácio encontrava-se a Tapada Real, então local de caça, atualmente conhecida por Tapada da Ajuda.

Resistindo ao terramoto de 1755, a zona de Alcântara, Belém e Ajuda ganhou uma nova centralidade. A corte e o governo instalaram-se na região, trazendo consigo uma assinalável atividade social e assim contribuindo para o desenvolvimento do território. A Junqueira estava na moda na primeira metade do século XVIII.

Da época subsistem alguns palácios que caracterizam e diferenciam Alcântara. A industrialização em redor de Lisboa alterou significativamente as dinâmicas e configurações da freguesia – isto com a chegada do século XIX. O crescimento da área urbana e industrial foi acompanhado pelo desenvolvimento das ligações rodoviárias.

Nas últimas décadas de 1800, instalaram-se em Alcântara importantes indústrias: fábricas de curtumes, químicas, de moagem, de lanifícios e têxteis. Algumas formavam complexos fabris de renome. Refira-se ainda a importância da extração de pedra, com grande impacto nas atividades ligadas à construção.

A atividade industrial levou ao desenvolvimento das infraestruturas de comunicação, nomeadamente de caminhos-de-ferro e da estação ferroviária de Alcântara-Terra. Várias escolas industriais foram instaladas na região.

A nível social, a forte presença de indústrias fabris conferiu a Alcântara um carácter popular e operário, o que se manifestou politicamente numa precoce adesão à causa republicana e a uma forte dinâmica associativista.

Nas últimas décadas, destacam-se as construções da Ponte 25 de Abril – e respetivos acessos – e a abertura da Avenida de Ceuta, além das obras que taparam o Rio de Alcântara. Abandonados muitos dos edifícios fabris que marcaram a vida de Alcântara, assiste-se hoje a uma profunda transformação social, com a ocupação dos antigos espaços industriais para fins de habitação e atividade empresarial.

Caracterização Social

Banhada pelo Tejo no seu limite sul, Alcântara¹¹ faz fronteira com seis freguesias: Ajuda, Belém, Campo de Ourique, Estrela, Benfica e Campolide. A sua área estende-se por 4,40 km², o que corresponde a 5,1% da superfície total da Cidade de Lisboa. Cerca de metade do seu território é

¹⁰ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no Website da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia.

¹¹ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e Website da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



ocupado por uma mancha verde formada pelo Parque Florestal de Monsanto e a Tapada da Ajuda.

A população de Alcântara, que entre 2001 e 2011 – acompanhando uma tendência verificada na cidade –, sofreu uma redução de 3%, ascende aos 13 943 habitantes: 6 254 homens e 7 689 mulheres. Estes números fazem de Alcântara a vigésima freguesia mais populosa do concelho. O seu conjunto populacional forma 6 591 agregados familiares, com a dimensão média de 2,1 indivíduos por família (Censos 2011). O grupo 65+ assume grande relevância na estrutura etária da freguesia (28,69% dos alcantarenses tem 65 ou mais anos de idade, percentagem que na cidade se situa nos 23,73%). Este indicador faz de Alcântara a quinta freguesia mais envelhecida da cidade. O seu índice de envelhecimento é de 245,4, muito acima do número relativo à cidade, de 182,8. Em termos numéricos, dividindo a população residente em três grandes conjuntos etários, verifica-se que, dos 13 943 habitantes, 1 630 encontram-se na faixa 0-14 anos, 8 318 distribuem-se no escalão etário 15-64 anos, e 4 000 têm 65 ou mais anos. De notar que, entre os residentes com 65 ou mais anos, 1 176 pessoas vivem sós nos seus alojamentos – estatística relevante no que se refere ao fenómeno do isolamento.

A freguesia conta com 1 659 edifícios total ou parcialmente habitacionais, os quais perfazem um número total de 8 920 alojamentos. No intervalo compreendido entre 2001 e 2011, a freguesia teve um aumento do número de edifícios e de alojamentos. O edificado alcantarenses é marcado por construções antigas (54% do edificado é anterior a 1945, 86% anterior a 1970) e prédios baixos (44% têm 1 a 2 pisos). Os alojamentos apresentam, na sua maioria, 3 a 4 divisões (59%).

Relativamente ao grau de instrução destaca-se a população titular de grau de Ensino Superior (3 147 residentes) e a população com o 1.º ciclo do Ensino Básico completo (3 111), cenário em conformidade com a realidade de Lisboa. Alcântara apresenta uma taxa de analfabetismo de 3,2; 2 066 alcantarenses não possuem qualquer grau de ensino completo.

Freguesia dos Alvalade

Breve olhar sobre a História

Alvalade¹², fruto das alterações administrativas introduzidas em 2012, surge, com os seus contornos atuais, como uma das mais recentes freguesias de Lisboa. Agrupando as antigas freguesias de Alvalade, Campo Grande e São João de Brito, a história da freguesia remete-nos, necessariamente, para o trajeto histórico de cada um desses territórios.

Com abundantes campos, quintas e hortas, verdejante paisagem que conservou até meados do século XX; Alvalade foi destino de veraneio da nobreza e espaço de atividades lúdicas da população. Eventos como a feira do gado e a Batalha das Flores – alguns dos acontecimentos mais emblemáticos da vida cidadina – tinham lugar na freguesia, mais precisamente no Campo Grande.

¹² Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia.



O nascimento da freguesia de Alvalade aponta para o ano de 1852, tendo sido posteriormente integrada no concelho de Lisboa em 1885. Com um percurso sinuoso, fruto das dinâmicas de desenvolvimento urbano, Alvalade em 1959, viria a dividir-se em três freguesias – Campo Grande, Alvalade e São João de Brito – para mais tarde reunificar-se sob o mesmo topónimo.

O Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro, contemplando grandes projetos arquitetónicos, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da freguesia. Estávamos então nos anos 30 do século XX. Florescia a Avenida de Roma, o Bairro das Estacas, o Bairro de São Miguel, as Torres da Avenida dos Estados Unidos da América e, já na década de 40, o Bairro de Alvalade. Mais tardiamente, na década de 70, várias estações de metro foram inauguradas e Alvalade considerada exemplo da Lisboa Moderna.

Em 80, o novo edifício erigido na Cidade Universitária – como a Torre do Tombo – foi o resultado mais visível de uma nova vaga de construção.

A requalificação do espaço público, na qual se engloba a intervenção no Jardim do Campo Grande, e a criação de novas infraestruturas caracterizam o início do século XXI.

Caracterização Social

Localizada num eixo de relativa centralidade geográfica, Alvalade¹³ – que, por efeito da reorganização administrativa de 2012, uniu nos mesmos limites as freguesias de Alvalade, Campo Grande e São João de Brito – acha-se ladeada de seis freguesias vizinhas, nomeadamente São Domingos de Benfica (oeste), Lumiar e Olivais (a norte), Marvila (este), Avenidas Novas e Areeiro (a sul).

Com uma área de 5,34 km², a freguesia ocupa 6,2% do território da cidade.

Os seus 31 812 habitantes fazem de Alvalade a sexta freguesia mais populosa de Lisboa. Do total de indivíduos, 43,8% são do sexo masculino (13 924) e 56,2% do sexo feminino (17 888). Registava-se, em 2011, a existência de 14 403 famílias – cuja dimensão média é de 2,2 pessoas. Quer o número de habitantes, quer o de famílias declinaram entre 2001 e 2011. Relativamente à estrutura etária, 3 823 habitantes têm idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos; 18 839 agrupam-se no intervalo dos 15 aos 64 anos e 9 150 apresentam idades iguais ou superiores a 65 anos. Alvalade é a quarta freguesia mais envelhecida de Lisboa, com o grupo populacional 65+ a corresponder a 28,76% da sua população residente (valor acima da média da cidade: 23,73%). Comparativamente ao índice de envelhecimento da cidade (182,8), a freguesia apresenta um valor superior: 239,3. Considerando os habitantes com 65 ou mais anos (9 150), 2 614 vivem sós.

Alvalade conta com 2 518 edifícios, total ou parcialmente habitacionais, e 18 836 alojamentos. Quanto às principais características do seu edificado e parque habitacional: 45% das construções têm entre 3 a 4 pisos, a grande maioria (78%) foi erigida no período de 1946 a 1970, destacando-se os alojamentos com 5 ou mais divisões (60%).

¹³ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e Website da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



No que respeita à instrução, será possível afirmar, de modo geral, que a população de Alvalade detém um grau de instrução elevado (36% com formação superior, percentagem que equivale a 11 324 habitantes), destacando-se em relação à média da cidade (27% com grau superior). Com 3 817 residentes sem grau de ensino completo, a taxa de analfabetismo situa-se nos 1,71, abaixo dos 3,2 da Cidade de Lisboa.

Freguesia dos Arroios

Breve olhar sobre a História

Sob a designação da freguesia “Arroios”¹⁴ refugia-se um significado histórico que faz eco, até aos dias que correm, dos muitos cursos de água que outrora atravessavam a região. Encontram-se ainda reminiscências desses tempos na toponímia das suas ruas.

A abundância de recursos hídricos e de terrenos férteis permitiram o assentamento de populações, cuja atividade desde cedo se relacionou com a existência de numerosos conventos, posteriormente convertidos em espaços hospitalares. A ocupação territorial de Arroios desenvolveu-se, principalmente, em torno de dois núcleos centrais: a Igreja dos Santos Anjos (1551) e o Convento de Santana (1562).

Para a evolução dos processos de urbanização em muito contribuiu a abertura da Avenida Almirante Reis. Com ela, urbanizaram-se quintas próximas e eclodiram os Bairros Andrade, de Inglaterra, dos Açores e da Colónia – destinados à pequena burguesia e batizados segundo uma nomenclatura temática. Profunda seria a transformação social, cultural e populacional provocada pelo fluxo de imigração, fenómeno que confere a Arroios um lugar único entre as freguesias de Lisboa. Animada por uma crescente dinâmica de reabilitação imobiliária, Arroios afirma-se hoje, cosmopolita, em dezenas de nacionalidades, línguas e dialetos, como a freguesia mais intercultural da cidade.

Caracterização Social

Em pleno centro da capital, Arroios¹⁵ – resultado da fusão administrativa das freguesias dos Anjos, Pena e São Jorge de Arroios – partilha fronteiras com várias freguesias limítrofes, a saber: Avenidas Novas, Areeiro, Penha de França, São Vicente, Santa Maria Maior e Santo António.

Contabilizando 2,5% da área total de Lisboa, Arroios estende-se por uma superfície territorial de 2,13 km². Com 31 634 habitantes (14 664 indivíduos do sexo masculino e 16 970 indivíduos do sexo feminino), Arroios posiciona-se no sexto lugar das freguesias mais populosas da cidade. De acordo com os dados disponibilizados pelos Censos 2011, desse número de residentes resulta um total de 15 710 famílias, com dimensão média de 2 elementos. Acompanhando a tendência da cidade, Arroios perde população entre 2001 e 2011 (-3%). Sobre a distribuição etária dos seus

¹⁴ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia.

¹⁵ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e *Website* da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



habitantes, verificamos que 3 374 indivíduos têm idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos; 20 296 entre os 15 e os 64; e 7 964 têm idades iguais ou superiores a 65 anos. No plano estritamente numérico, Arroios é a quinta freguesia de Lisboa com mais habitantes no grupo etário 65+. Nesse mesmo grupo etário, refira-se ainda o expressivo número de pessoas em situação de isolamento: 2 482 (valor apenas superado nas freguesias de Benfica e Alvalade). O índice de envelhecimento da freguesia (236,0) situa-se significativamente acima do valor relativo ao da cidade (182,8).

Relativamente à habitação, Arroios dispõe de 21 129 alojamentos, num universo de 3 255 edifícios, total ou parcialmente habitacionais. A maioria do seu edificado remonta ao período de 1919-1950 (67% das construções) e têm vários pisos (42% dos edifícios apresentam 5 ou mais pisos).

Sobre Arroios, registe-se a sua particular densidade ocupacional: comparativamente à cidade, tem o dobro da densidade de edifícios, alojamentos, famílias e indivíduos por hectare.

Considerando a qualificação escolar dos residentes, destacam-se os detentores de grau completo de Ensino Superior (27%), o grupo com o 1º Ciclo de Ensino Básico completo (18%), e ainda aqueles que têm formação ao nível do Ensino Secundário (17%). Com uma taxa de analfabetismo de 2,75% (inferior à da cidade: 3,2%), a freguesia é local de residência de 4 281 habitantes que não completaram qualquer grau de ensino.

Freguesia dos Beato

Breve olhar sobre a História

Sob a designação da freguesia “Beato”¹⁶, retira-se um significado histórico que permanece, até ao dia de hoje. Em cumprimento do testamento deixado pela rainha D. Isabel em 1455, foi fundado o Convento de São Bento de Xabregas, que mais tarde foi transformado em sede principal da Ordem de S. João Evangelista (Loios). Em 1570, o Convento viria a beneficiar do auxílio do Frei António da Conceição, destacado para ajudar os pobres e nas obras de renovação do mesmo. Conquistou o prestígio de santidade, pelo que os habitantes lhe chamavam de Beato António, designação que se estendeu à sua obra, nomeada de Convento do Beato António e, posteriormente, a todo o território.

O terramoto de 1755 e a Revolução Liberal ocorrida em 1832, viriam a transformar o espaço campestre pelo qual o Beato era conhecido, constituído por campos abertos e inúmeros conventos, palácios e casas da nobreza. Verificaram-se grandes mudanças no espaço da freguesia. A industrialização e a expansão burguesa, proporcionada pelo Liberalismo levou à edificação de fábricas, muitas das quais a partir de casas religiosas, e à construção de bairros habitacionais para as famílias operárias. A localização próxima com o rio Tejo, bem como a inauguração do caminho-de-ferro no final do século XIX, contribuíram para a concretização e dinamização da industrialização do Beato.

¹⁶ 10 Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no Website da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia.



Atualmente, em toda a região ribeirinha oriental, ainda restam vestígios da Revolução Industrial, que alterou e transformou a freguesia do Beato, bem como os costumes dos seus habitantes. Do espaço campestre pelo qual o Beato era conhecido, muito pouco subsiste contemporaneamente, para além das pequenas hortas do Vale de Chelas.

Caracterização Social

Na região sudeste de Lisboa, delimitada pelas fronteiras que partilha com as freguesias de Marvila, Areeiro e Penha de França, bem como pelas águas do estuário do Tejo, localiza-se a freguesia ribeirinha do Beato¹⁷.

A freguesia ocupa uma área de 1,69 km², valor que equivale a 2% do território de Lisboa.

No que à dimensão populacional diz respeito, o Beato é a segunda freguesia de Lisboa com menor número de habitantes: 12 737. Este conjunto é composto por 5 897 homens e 6 840 mulheres; formando 5 889 famílias, com a dimensão média de 2,2 elementos. A sua população decresceu 13% entre 2001 e 2011 (por comparação, a redução do número de residentes na cidade foi, no mesmo período, de 3%). A estrutura etária dos moradores tem a seguinte distribuição: 1 549 habitantes apresentam idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos; 7 833 situam-se na faixa etária que se estende dos 15 aos 64 anos e, por último, relativamente aos habitantes com 65 ou mais anos de idade, contabilizam-se 3 355 indivíduos. No contexto da cidade, o Beato apresenta um índice de envelhecimento elevado (Beato: 216,6; Lisboa: 182,8). Os números apurados nos Censos 2011 indicam a existência de 952 pessoas com 65 ou mais anos de idade a residirem sós na freguesia do Beato.

A freguesia alberga 1 863 edifícios, total ou parcialmente habitacionais e 7 793 alojamentos. Reproduzindo a variação ocorrida na cidade, o Beato perdeu edifícios e ganhou alojamentos entre 2001 e 2011. O seu edificado é composto maioritariamente por prédios baixos (65% com 1 a 2 pisos) com poucos alojamentos (54% com 1 a 2 alojamentos). Destaca-se, como principal período de construção, aquele que se alonga de 1945 a 1970 (compreende 50% das construções).

Relativamente à formação escolar, entre a população da freguesia predomina um grau de instrução baixo: 55% dos habitantes têm graus de Ensino Básico. Nos níveis mais elevados de instrução, encontram-se apenas 14% de residentes titulares de graus de Ensino Superior. A taxa de analfabetismo na freguesia – a sexta mais elevada do concelho – supera a média registada na cidade (Beato: 4,3%; Lisboa: 3,2%). O número de residentes sem qualquer grau de ensino completo é de 2 121.

¹⁷os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e *Website* da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



Freguesia de Marvila

Breve olhar sobre a História

Marvila¹⁸, disposta entre o Tejo e o Aeroporto, heterogénea de natureza – com estreitas azinhas e amplas avenidas, pequenas hortas e instalações industriais de ponta – encerra em si acentuados contrastes.

Oficialmente fundada em 1959, a presença humana no território remonta, contudo à era pré-histórica, como comprovam os seus achados arqueológicos. Artefactos que revelam também a posterior presença romana e visigoda na região. Saltando longamente sobre o curso do tempo, sem nunca perder de vista as dinâmicas de ocupação do território, sobressaem as atividades portuária e industrial que marcaram a região durante várias décadas. Este momento, de desenvolvimento económico e de forte dinâmica comercial e fabril, esbate a presença de um outro tipo de ocupantes: aristocratas que habitaram a região nos séculos XVII e XVIII, tal como algumas ordens conventuais.

Muitas quintas nobiliárias foram abandonadas com o terramoto de 1755 e substituídas por fábricas. O processo de industrialização ganha novo fôlego com a extinção das ordens religiosas em 1834, e a inauguração da linha férrea em 1856. O progresso industrial perpetuar-se-ia até meados do século XX. Atualmente, na freguesia, abundam ainda memórias físicas – arquitetónicas – desse período.

Caracterização Social

Marvila¹⁹ – uma das maiores freguesias lisboetas – espalha-se por uma extensa área de 6,23 km², superfície que ocupa 7% do território da cidade. A freguesia é delimitada, a norte, pelas congéneres Olivais e Parque das Nações, na fronteira oeste por Alvalade e, a sul, pelas freguesias do Areeiro e Beato. O estuário do Tejo banha Marvila na sua margem este.

Marvila ocupa a segunda posição da lista das freguesias mais populosas de Lisboa, com 37 793 habitantes (7% da população de Lisboa). Estes repartem-se, por sexo, em 17 811 homens e 19 983 mulheres. Este conjunto populacional representava 14 062 famílias, com a dimensão média de 2,7 elementos –, na cidade este valor fica pelos 2,2. O comportamento destas variáveis, habitantes e famílias, acompanha as macrotendências verificadas ao nível da cidade entre 2001 e 2011. Quanto à estrutura etária da população residente, dados de 2011 indicavam existência de 5 215 elementos com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos; 25 538 indivíduos com idades entre os 14 e os 64 anos e, com 65 ou mais anos de idade contabilizavam-se 7 041 pessoas. Marvila é a quinta freguesia da cidade com menor percentagem de pessoas com 65 ou mais anos – apenas 19% da sua população. O seu índice de envelhecimento, 135,0, o quinto

¹⁸ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia.

¹⁹ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e *Website* da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



mais baixo do conjunto das freguesias, é significativamente inferior ao da cidade – 182,8. Na freguesia, em 2011, viviam sozinhas 1 284 pessoas com 65 ou mais anos de idade.

Acerca do parque habitacional da freguesia, Marvila dispõe de 1 522 edifícios, total ou parcialmente habitacionais, com um número total de alojamentos de 16 528. O seu edificado é misto em relação à altura: 46% dos prédios têm entre 1 a 2 pisos, percentagem que se repete quanto aos edifícios com 5 ou mais andares. A maioria dos edifícios apresenta 5 ou mais divisões (52%) e foi construída após 1970 (60%).

A população de Marvila apresenta, generalizando, um baixo nível de instrução formal – 59% dos residentes apresenta graus de Ensino Básico. Este indicador assume, no concelho de Lisboa, um valor de 42%. Também o comportamento da população da freguesia relativamente à titularidade de graus de Ensino Superior difere em muito da população da cidade: somente 8% dos residentes da freguesia têm formação superior, contra os 27% da cidade. Este panorama encontra confirmação noutros indicadores de instrução, nomeadamente na mais elevada taxa de analfabetismo da capital, 6,85% – quando o valor para a cidade é de 3,2%. Marvila apresenta também o número mais expressivo de residentes sem qualquer grau de ensino completo: 7 692.

Freguesia do Parque das Nações

Breve olhar sobre a História

Remontam ao período romano – ao século II a. C. – as primeiras referências históricas deste território, relativas à construção de estradas e pontes, estruturas características da presença daquela civilização.

Ao longo dos séculos, os lugares que formam hoje a freguesia do Parque das Nações²⁰, assumindo grande valor estratégico, foram pano de fundo de confrontos bélicos cruciais para a definição da história do país – como a Batalha de Sacavém ou a Guerra Miguelista.

A dicotomia entre a ocupação rural, manifestada pela presença de quintas e palacetes onde a aristocracia se dedicava a atividades de lazer, e o desenvolvimento industrial, que se fazia sentir já no final do século XVIII, atravessa, desde cedo, o território do Parque das Nações. No século XIX, a distância à cidade – que minimizava eventuais impactos nocivos sobre a saúde das populações – e o baixo custo das terras favoreceram a implantação da indústria pesada na região.

Contemplando o século XX, salienta-se a construção do Aeroporto da Portela, em 1943, e, em momento posterior, a realização da Expo'98. Este projeto – de importância estrutural para o país e alcance mundial –, permitiu reabilitar uma extensa área do atual Parque das Nações, mudando radicalmente a face da zona oriental de Lisboa. Extinto o antigo carácter eminentemente portuário e industrial do território, o Parque das Nações adquiriu uma nova centralidade urbana, afirmando-se como um núcleo multifuncional, de modernização e internacionalização da cidade.

²⁰ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no Website da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia.



A freguesia do Parque das Nações foi oficialmente criada no dia 13 de novembro de 2012, fruto do processo de reorganização administrativa da Cidade de Lisboa, tornando-se a freguesia mais jovem de Portugal.

Caracterização Social

A freguesia do Parque das Nações²¹ situa-se no extremo nordeste do concelho de Lisboa, definindo parte do seu limite – ao longo do qual faz fronteira com o território de Loures. A sua área é delimitada a sul pela freguesia de Marvila e a Oeste pela freguesia dos Olivais. A oeste, banhada pelas águas do Tejo, o Parque das Nações evidencia-se pela sua extensa e moderna frente ribeirinha.

A área da freguesia do Parque das Nações estende-se por 4,15 km², totalizando 5% do território da Cidade de Lisboa.

A população da freguesia ascende aos 21 025 habitantes – número composto por 10 405 homens e 10 620 mulheres. Com uma dimensão média de 2,5 elementos (superior ao valor médio da cidade, 2,2) contabilizam-se 8 366 famílias no Parque das Nações. O carácter recente da freguesia inviabiliza a observação de tendências sociodemográficas mais amplas e a comparação com as dinâmicas verificadas na cidade. No que à estrutura etária diz respeito, 4 257 indivíduos têm idades compreendidas entre 0 a 14 anos, 14 662 residentes inserem-se no conjunto etário balizado entre os 15 e os 64 anos e, com 65 ou mais anos de idade contam-se 2 106 habitantes. A juventude do seu conjunto populacional distingue o Parque das Nações das demais freguesias da cidade: 20% da população tem até 14 anos (Lisboa: 13%). O seu índice de envelhecimento, de 49,5, é o mais baixo da Cidade de Lisboa (cujo valor situa-se nos 182,8). O peso percentual do grupo etário 65+ no conjunto total dos seus residentes não ultrapassa os 10% – relação de proporcionalidade mais baixa entre todas as freguesias lisboetas. O Parque das Nações é a freguesia em que menos pessoas com 65 ou mais anos vivem sós: 432.

As características do edificado da freguesia refletem os seus recentes processos de requalificação urbana: 69% do edificado foi construído após 1991, 68% dos edifícios têm 5 ou mais pisos, 74% têm 3 ou mais alojamentos – cuja tipologia mais comum apresenta 5 ou mais divisões (50%).

Relativamente ao nível de formação escolar, o Parque das Nações apresenta uma população com elevado grau de instrução: 39% dos residentes detêm o mais alto grau de ensino (Ensino Superior), valor que em muito ultrapassa os 27% da cidade. A percentagem de residentes com diplomas de Ensino Básico completo não ultrapassa os 29% (diferindo significativamente do valor apurado no concelho, de 42%).

²¹ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e *Website* da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



Freguesia de Santa Clara

Breve nota Histórica e Caracterização Social

Com campos de cultivo e quintas que abasteciam a cidade, o território da freguesia de Santa Clara²² conservou-se na antiga zona rústica da capital até às primeiras décadas do século XX. Até ao século XVIII o então conhecido termo Ameixoeira denominava-se de Mixoeira. O termo teve origem num mouro Mixo que aí residia, sendo o local de eleição dos habitantes de Lisboa para passar os meses de verão e de repouso para políticos, profissionais liberais e escritores.

Santa Clara²³ é uma das 24 freguesias portuguesas do concelho de Lisboa. A sua constituição veio substituir as anteriores freguesias da Ameixoeira e Charneca. Geograficamente localiza-se na coroa norte da capital, atingindo os seus limites com a freguesia do Lumiar e Olivais. A norte, marcando o limite do concelho, partilha fronteira com a cidade de Odivelas e Loures.

Atinge cerca de 3,36 km² de área, representando 4% do território da capital.

Com um total de 22 480 residentes, a freguesia de Santa Clara ocupa a nona posição na tabela das freguesias mais populosas da cidade. Dos 22 480 residentes, 10 620 são homens, pelo que a maior incidência surge no género feminino, com 11 860 mulheres residentes. A informação apurada pelos Censos de 2011 apontou para a existência de 8 684 famílias, com uma dimensão média de 2,6 elementos. Analisando a estrutura e distribuição etária, observa-se que 4 142 pessoas se enquadram na faixa etária dos 0 aos 14 anos, 15 114 pessoas no intervalo dos 15 aos 64 anos e, finalmente, 3 224 pessoas no grupo com 65 ou mais anos de idade. Pese embora a freguesia de Santa Clara possua um número considerável de residentes com 65 ou mais anos de idade, a análise da distribuição etária pelas diversas freguesias da capital constata a freguesia da Santa Clara como uma das freguesias onde existe uma maior relação de população jovem. Com efeito, esta freguesia possui um índice de envelhecimento (número de pessoas com 65 ou mais anos de idade por cada 100 pessoas menores de 15 anos) de 77,8, bastante inferior ao identificado para a Cidade de Lisboa (182,8). Santa Clara possui um índice de dependência de idosos (relação que exprime o número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa- 15 aos 64 anos) de 21,3, igualmente inferior ao registado para o conjunto das freguesias da Cidade de Lisboa (37,5). Considerando os 3 224 residentes com 65 ou mais anos de idade, 696 viverão sozinhos nos seus alojamentos.

A nível territorial, existem 10 948 alojamentos, sendo constituída por 1 718 edifícios, total ou parcialmente habitacionais. Do conjunto dos seus edifícios, cerca de 30% do edificado foi construído após 1991. É, na generalidade, caracterizada por prédios de baixa altura, com 1 a 2 pisos (59%), constituídos por 1 a 2 alojamentos (54%) ou por 3 ou mais (44%), existindo uma predominância do arrendamento (51%) sobre a propriedade (45%).

No período entre 2001 e 2011, a freguesia cresceu em termos de habitantes, famílias e alojamentos, tendo apenas sofrido um decréscimo ao nível dos edifícios. Esta variação é

²² Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no Website da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia

²³ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e Website da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



semelhante à verificada na Cidade de Lisboa, distinguindo-se apenas ao nível dos habitantes, na medida em que, a capital sofreu um decréscimo desta variável.

Em termos do grau de instrução, a população residente nesta freguesia distingue-se dos dados obtidos para a capital. A percentagem de pessoas com o grau completo de Ensino Básico (1.º, 2.º ou 3.º ciclos) assume a incidência de 49%, que se mostra superior ao indicador da Cidade de Lisboa (42%). Somente 15% dos habitantes possuem o nível de formação superior, contrastando significativamente com a incidência de 27% identificada na capital. A percentagem de pessoas que não sabem ler nem escrever na freguesia de Santa Clara assume-se de 5,5%. Santa Clara ocupa assim o segundo lugar das freguesias da Cidade de Lisboa em termos da taxa de analfabetismo, sendo que a incidência média na capital corresponde a 3,2%.

Freguesia de São Domingos de Benfica

Breve olhar sobre a História

As fronteiras da freguesia de São Domingos de Benfica²⁴ mantêm-se praticamente inalteradas desde o momento da sua oficial definição, em 1959. A sua história, porém, é muito mais antiga.

O período de formação da freguesia encontra-se envolto em incerteza. Supõe-se, contudo, que a sua existência poderá remontar ao século XIII. Seria, então, uma zona eminentemente rural, esparsamente ocupada e de menor importância económico-social no contexto alargado de Lisboa.

A edificação do Convento de São Domingos influenciou o desenvolvimento dos lugares que viriam a constituir a freguesia – efeito que se sentia já no século XV. O povoamento da região aconteceu com especial relevo e intensidade ao longo das estradas de Benfica e da Luz. Muito movimentadas, tratava-se de vias com grande importância na região. A fértil Ribeira de Alcântara, cujas margens acolhiam majestosas quintas e palacetes, dispostas em soalheiros declives, conferia uma especial beleza à região.

O território, ao longo do século XVII, continua a ser alvo de interesse e procura por parte da nobreza, que aí detinha vastos terrenos, sumptuosos palácios e quintas abundantes de pomares, hortas e jardins. O desenvolvimento da região intensifica-se no século seguinte: o terramoto de 1755 leva a que muitos proprietários, deixando para trás as ruínas das zonas mais afetadas da cidade, ocupem as suas quintas em regime de permanência. Este afluxo populacional imprimiu características distintas à ocupação do território, que adquiria assim uma faceta residencial – não se esgotando na sua dimensão de recreio/lúdica.

Com um aumento demográfico contínuo, verificam-se – a partir do século XIX – progressos notáveis ao nível dos transportes públicos e das vias de comunicação. A construção da Estrada Militar e da via-férrea Lisboa-Sintra, bem como o início das carreiras de elétrico – já no final da

²⁴ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia.



segunda década do século XX – e, mais tarde, o alargamento da rede metropolitana, acentuaram as dinâmicas de povoamento do território.

Caracterização Social

A freguesia de São Domingos de Benfica²⁵ situa-se, num imaginário, quadrante noroeste do concelho, embora próxima do seu centro geográfico. Partilha limites com as freguesias de Benfica (fronteira oeste), Campolide (a sul), Avenidas Novas e Alvalade (este), Carnide e Lumiar (fronteira norte). Os seus contornos não foram significativamente alterados pela reorganização administrativa de 2012.

São Domingos de Benfica tem uma área de 4,29 km², valor que corresponde a 5% do território da cidade.

Cotando-se como a quinta mais populosa freguesia de Lisboa, São Domingos de Benfica apresenta um número total de 33 043 habitantes, dos quais 14 865 são do sexo masculino e 18 178 do sexo feminino. O seu conjunto populacional forma 14 986 famílias, cuja dimensão média é de 2,2 elementos. Contrariando a dinâmica de perda populacional registada na cidade entre 2001 e 2011 (-3%), São Domingos de Benfica teve um ligeiro aumento do número de residentes no mesmo período (+0,2%). Relativamente à constituição etária, verifica-se a presença de 4 101 indivíduos com idades compreendidas entre 0 e 14 anos, 20 761 indivíduos com idades entre 15 e 64 anos e 8 181 indivíduos com 65 ou mais anos de idade. Em termos estritamente numéricos, São Domingos de Benfica é a quarta freguesia lisboeta com mais pessoas no grupo etário 65+. O seu índice de envelhecimento, superior ao da cidade, situa-se nos 199,5 (Lisboa: 182,8). Na freguesia, 2 146 pessoas com 65 ou mais anos de idade residem sozinhas.

São Domingos de Benfica conta com 1 732 edifícios, total ou parcialmente habitacionais, e 19 864 alojamentos. Parte significativa do edificado (40%) foi construída entre 1946 e 1970. Destacam-se os prédios em altura, com 52% com 5 ou mais pisos. A grande maioria dos edifícios apresenta 3 ou mais alojamentos (80%) – cujo número de divisões tende a ser elevado (52% dos alojamentos têm cinco ou mais divisões). Entre 2001 e 2011, sobressai o crescimento de 6% do número de edifícios da freguesia, variação que em muito se distingue da tendência verificada na cidade, que perdeu 2% do seu edificado.

Analisando os indicadores relativos ao grau de instrução, salienta-se a expressiva percentagem de residentes com níveis elevados de ensino: 39% concluíram o Ensino Superior – valor que supera a média da cidade em 12 pontos percentuais. São Domingos de Benfica é a freguesia com a menor taxa de analfabetismo da cidade (1,32%, contra os 3,2% de Lisboa).

Quanto ao grau de instrução, destaca-se o 1.º Ciclo do Ensino Básico completo, com 24% da população a quedar-se por esse patamar de ensino. Cerca de metade dos residentes apresentam o Ensino Básico completo (1.º, 2.º ou 3.º ciclos). A percentagem de população com graus de

²⁵ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e *Website* da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



Ensino Superior é de 18%. Comparativamente aos valores médios da cidade, há menos pessoas com graus de Ensino Superior e mais com níveis de Ensino Básico.

Freguesia de São Vicente

Breve nota Histórica e Caracterização Social

A freguesia de São Vicente²⁶ integra espaços de algumas das freguesias mais antigas da Cidade de Lisboa. É uma freguesia rica em património Histórico e Cultural, tal como o Miradouro Sophia de Melo Breyner Andresen e da Nossa Senhora do Monte, o Convento de São Vicente, a Igreja de Santa Engrácia, renomeada de Panteão Nacional e as várias Vilas operárias e 'Pátios' históricos, que revelam um pouco da história da Cidade de Lisboa.

Incidindo o olhar sobre uma perspetiva histórica, o monte de S. Gens que delimita a norte a freguesia, constituiu durante o reinado de D. Afonso Henriques, em 1147, o ponto de acampamento das forças portuguesas durante o cerco dos soldados alemães, frísios e flamengos. No período da Idade Média instalou a Universidade ou Estudo Geral, nome que se encontra atualmente memorado na rua das Escolas Gerais.

A freguesia de São Vicente²⁷ encontra-se inserida no Centro Histórico de Lisboa. Banhada pelo rio Tejo, atinge os seus limites com as freguesias de Santa Maria Maior, Arroios e Penha de França. Resultou da agregação das antigas freguesias da Graça, Santa Engrácia e São Vicente de Fora.

Atinge uma área de 1,25 km², representando cerca de 2% do território da Cidade de Lisboa.

Contabiliza um total de população residente de 15 399 pessoas, ocupando a 19.^a posição na tabela das freguesias mais populosas da cidade. Destas 15 399 pessoas, 6 960 correspondem a indivíduos do género masculino, sendo maior o número de residentes do género feminino com 8 439 mulheres. A informação apurada pelos Censos 2011 apontou a existência de 7 710 famílias com uma dimensão média de 2,0 elementos. Considerando e analisando a estrutura etária da população residente, constata-se que 1 649 pessoas se enquadram na faixa etária dos 0-14 anos, 9 446 na faixa etária dos 15-64 anos e, por fim, o grupo de residentes com 65 ou mais anos de idade é composto por 4 304 pessoas. Com efeito, o índice de dependência dos idosos (número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa- 15 aos 64 anos) é de 45,6, o sétimo mais elevado das freguesias da Cidade de Lisboa. São Vicente possui um índice de envelhecimento de 261 (número de pessoas com 65 ou mais anos de idade por cada 100 pessoas menores de 15 anos), sendo a segunda freguesia com o índice de envelhecimento mais elevado, seguindo-se à freguesia de Benfica. Estes valores são bastante superiores aos identificados para a própria capital, que apresenta um índice de dependência de idosos de 37,5 e um índice de envelhecimento de 182,8. Assim, os dados retratam a freguesia de São Vicente

²⁶ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia.

²⁷ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas pela Rede Social de Lisboa no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, Sinopse; Brochura do Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*; e *Website* da Câmara Municipal de Lisboa; que têm como fonte primária os dados apurados nos Censos de 2011.



como uma freguesia envelhecida. Considerando as 4 304 pessoas com 65+ anos de idade, 1 344 viverão sozinhas nos seus alojamentos.

Compõe-se de um total de 10 918 alojamentos, sendo constituída por 2 475 edifícios, total ou parcialmente habitacionais. Apresenta um edificado antigo, pelo que 31% das construções foram realizadas até 1919 e 32% são do período entre 1919 e 1945. O edificado da freguesia de São Vicente assume uma natureza fundamentalmente residencial, com 86% dos edifícios dedicados apenas à habitação. Do conjunto dos seus edifícios, 45% tem 1 a 2 pisos e 41% tem 3 a 4 pisos. A generalidade dos seus prédios (59%) apresenta 3 ou mais alojamentos, sendo que estes são maioritariamente arrendados (58%).

No período correspondente aos anos de 2001 a 2011, a freguesia perdeu habitantes, famílias e alojamentos. Pese embora tais perdas, a freguesia registou um acréscimo em termos de edifícios. A variação geral da capital distingue-se da freguesia de São Vicente, que ainda que tenha perdido habitantes e edifícios, registou um aumento do número de famílias e alojamentos.

Em termos do grau de instrução, a população residente nesta freguesia distingue-se, igualmente, dos dados obtidos para a capital. A percentagem de pessoas com o grau completo de Ensino Básico (1.º, 2.º ou 3.º ciclo) assume a incidência de 51%, superior à incidência identificada na Cidade de Lisboa (42%). Somente 19% dos habitantes possuem o nível de formação superior, contrastando significativamente com a incidência de 27% identificada na capital. A percentagem de pessoas que não sabem ler nem escrever na freguesia de São Vicente assume-se de 3,7%. São Vicente ocupa o décimo lugar das freguesias da Cidade de Lisboa em termos da taxa de analfabetismo, sendo que a incidência média na capital corresponde a 3,2%.

Freguesia de Belém

Breve nota Histórica e Caracterização Social

A zona ocidental da Cidade de Lisboa, delimitadas pelas ribeiras de Algés, e de Alcântara, a nascente – a que em parte corresponde a atual freguesia de Santa Maria de Belém²⁸ – foi habitada, de acordo com os arqueólogos, desde remotos tempos, havendo nela vestígios da presença humana na era do paleolítico.

Já com Portugal formado, no reinado de D. Afonso III, informam-nos as inquirições que na região o povoamento permanecia disperso, sem qualquer localidade digna de relevo, vivendo as populações essencialmente do amanho da terra. Mas já então se ia fazendo sentir a ligação à vizinha Cidade de Lisboa, em que uma ponte entretanto construída – Alcântara significa, precisamente, a ponte – desempenhava importante papel no tráfego entre os dois pontos.

A proximidade do Rio Tejo, por seu lado, foi determinado o surgimento de actividades ribeirinhas e daí adveio o desenvolvimento de uma pequena aldeia – a do Restelo -, nascida num surgidouro que levava os marinheiros a ficarem-se por aí, em vez de seguirem até Lisboa. No

²⁸ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Belém



século XIV, mouros forros cultivavam as terras confinantes e abasteciam a cidade; outros mouros, livres e escravos, dali partiam para a faina da pesca.

Durante a centúria seguinte, o porto do Restelo não sofreu incremento notório, nem na zona foram aparecendo quaisquer outras povoações que merecessem particular relevo. Aquilo que se verificou foi uma progressiva integração na Cidade de Lisboa, e mesmo a majestosa fundação da nova igreja e mosteiro por D. Manuel não correspondeu propriamente a um nítido sinal de resposta a qualquer crescimento populacional e urbano de realce. Com este soberano, deixou a primitiva igreja de pertencer à Ordem de Cristo, tendo antes o *Venturoso* atribuído a sua administração aos monges hieronimitas, congregação de forte pendor eremítico.

Ao mesmo tempo, atribuía D. Manuel ao novo templo a invocação de Santa Maria de Belém, de forma a aludir à adoração do menino pelos reis magos, vincando destarte o carácter régio da edificação. O mesmo monarca – nas palavras do célebre Damiam de Góis – mandou edificar sobre pedras lançadas no mar “uma torre de quatro plataformas, erguida em cantaria (...)”. Estava, assim, formado o monumental conjunto manuelino torre de Belém/mosteiro dos Jerónimos.

A partir de então, nessa franja de costa entre Lisboa e Belém, começaram a aparecer numerosas quintas, já não apenas meras propriedades de rendimento, mas também de recreio, onde a nobreza participou a residir temporariamente, num esquema de cariz sazonal. Com uma população que a pouco e pouco foi crescendo, novos conventos apareceram – essencialmente de freiras – e a natureza de subúrbio da capital foi-se acentuando, embora alguns relatos, como por exemplo o de frei Nicolau de Oliveira de 1620, já nos vão incluindo Belém dentro do perímetro da cidade. Algures entre 1551 e 1591 – como aponta Vieira da Silva – havia sido erguida a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, mas sendo o seu território demasiado vasto, tinha a paróquia duas sucursais, uma das quais instalada no mosteiro de Belém.

No terramoto do primeiro de novembro de 1755, Belém e Ajuda foram das zonas menos afectadas pela catástrofe. Tal circunstância concorreu para que muita gente para ali se dirigisse e se instalasse em numerosas barracas que foram sendo edificadas nos diversos baldios que então existiam. O próprio rei D. José e a corte fixaram-se numas barracas situadas numa das quintas régias, próximo do local onde mais tarde se ergueu o palácio da Ajuda. A permanência do monarca e do seu ministro – o futuro marquês de Pombal, entretanto nomeado ministro e secretário de Estado dos negócios do reino – fizeram do eixo Belém-Ajuda, ao longo do terceiro quartel de setecentos, o centro do funcionalismo e da burocracia, atraindo simultaneamente para a zona o comércio e os artífices. A presença militar foi outra realidade, com a instalação que, entretanto, se verificou, na calçada da Ajuda, dos quartéis do regimento de infantaria do conde de Lippe e do regimento de cavalaria de Mecklemburgo. Estava, assim, consolidada a definitiva integração daquela zona da Cidade de Lisboa.

Em 1770, foi formalmente criada a freguesia de São Pedro de Alcântara, abrangendo um território a poente da ribeira, desanexando da freguesia da Ajuda. Também no reinado de D. José, foi oficialmente instituído o bairro – judicial e administrativo – de Belém, que abrangia toda a freguesia da Ajuda, parte das de Alcantra e Santa Isabel, e ainda, no termo da cidade, as freguesias de Benfica, Belas, Barcarena e Carnaxide.



Os derradeiros anos do século XVIII e os primeiros decénios do XIX trouxeram à zona de Belém-Ajuda diversas contrariedades, acabariam por afastar dali o centro político do país. Em 1794, deu-se o grande incêndio na real barraca da Ajuda, obrigando a família real a abandonar o local e a instalar-se, sobretudo, no palácio de Queluz. Mesmo o início da construção do palácio da Ajuda, logo no ano seguinte, não impediu esse afastamento, pois a falta de verbas impedia a conclusão do novo paço e as invasões francesas, no dealbar do oitocentos, acabariam por determinar a transferência da família real e da corte para o Rio de Janeiro, de onde só regressariam em 1821, para se instalarem, sucessivamente, nos passos das Necessidades e da Bemposta.

Mas se já ao longo da segunda metade de setecentos se assistira ao aparecimento, em Belém, de diversas oficinas de artífices e de algumas indústrias, as primeiras décadas da centúria seguinte ficaram marcadas pelo efetivo desenvolvimento de um pólo fabril, em particular na zona de Pedrouços e Bom Sucesso, que abrangia produções tão diversas como as dos curtumes, cordoaria, estamparia, vidros, louças, tecidos de algodão e de seda, entre outras.

A 28 de dezembro de 1833, era formalmente instituída, por decreto, a freguesia de Santa Maria de Belém, com sede na igreja dos Jerónimos e abrangendo um território desanexado da freguesia da Ajuda. Nos anos subseqüentes, verificam-se diversos melhoramentos nas artérias da zona e Belém vivia então plenamente o pulsar quotidiano do ambiente citadino. O desenvolvimento industrial da nova freguesia acentuou-se ao longo da segunda metade de oitocentos. Um inquérito realizado em 1881 dá-nos conta da existência de, pelo menos, vinte e cinco fábricas no eixo Alcântara-Belém, que empregavam cerca de 1215 homens, 812 mulheres e 432 menores. Estávamos em plena revolução industrial e Belém encontrava-se na charneira dessa forte mudança social. Este fenómeno trouxe um outro, que foi o da fixação de uma população operária e o conseqüente surgimento dos primeiros pátios e bairros proletários.

Durante este período, conheceu Belém a sua maior autonomia administrativa: de 11 de setembro de 1852 a 18 de junho de 1885, existiu o concelho de Belém – cujo primeiro presidente foi o notável historiador Alexandre Herculano -, abrangendo as freguesias de Nossa Senhora da Ajuda, Santa Maria de Belém, parte das de São Pedro de Alcântara, Santa Isabel e São Sebastião da Pedreira, e ainda as freguesias de Nossa Senhora do Amparo de Benfica, São Lourenço de Carnide e Menino Jesus de Odivelas.

Belém conheceu então diversos desenvolvimentos urbanos, como a construção do aterro que vinha de Alcântara até à torre de São Vicente de Belém, a abertura de diversas docas ou a inauguração da linha-férrea para Cascais, que inicialmente apenas partia de Pedrouços. É também por estes tempos que as idas a banhos se começam a vulgarizar e que aparecem as primeiras coletividades de recreio e cultura.

Na transição para o século XX, a mancha urbana de Belém encontrava-se consideravelmente alargada e a população crescera significativamente; o surgimento do elétrico permitia fluxos de circulação com a zona central da cidade e durante as primeiras décadas dessa centúria muitas foram as alterações urbanísticas registadas nesta parte ocidental da capital. Mas mudança mais radical ocorreu em 1940 com a realização da Exposição do Mundo Português, evento que obrigou à demolição de uma boa parte do núcleo central de Belém e que hoje forma a grandiosa praça do Império.



Em 2012 fruto da reorganização administrativa, que entrou em vigor após as eleições autárquicas de 2013, resultou, da agregação da antiga freguesia de Santa Maria de Belém com a quase totalidade do território da antiga freguesia de São Francisco Xavier, a Freguesia de Belém.

A freguesia de São Francisco Xavier²⁹ nasce por decreto a 7 de fevereiro de 1959. Foi zona rural até meados do séc. XX, estando nos anos precedentes sob alçada administrativa das freguesias da Ajuda e de Belém.

São Francisco Xavier não nasce sozinha. O Decreto-Lei que a oficializa cria em simultâneas doze novas freguesias. Com este ato, o Ministério do Interior tenta ajustar as áreas às populações paroquiais visto não existir concordância numérica entre freguesias e paróquias.

A cidade cresce e dá origem a uma zona de expansão para além das suas delimitações anteriores. A população cresceu em algumas zonas periféricas e diminuiu no centro da cidade.

Ao mesmo tempo, cresciam as grandes moradias na encosta do restelo. Viradas para o Tejo e pertencentes a uma classe social abastada, estas casas impuseram-se na paisagem. Ao contrário do bairro de Caselas, de carácter tímido e reservado, o Restelo mostrava-se atrevido e pronto a ocupar a encosta sem cerimónias.

Enquanto Caselas, implantada na sua antiguidade geográfica e de costumes, reservou um lugar na história da cidade e marcou com as suas gentes o nascimento desta freguesia, o Restelo, ousado e virado para o mundo, permitiu a integração desta nova freguesia nos trajetos da modernidade e da vida cosmopolita. O percurso de ambos cruza-se num sentido de continuidade.

Além dos bairros de moradias de Caselas e do restelo, que marcaram uma presença inequívoca neste percurso de 50 anos, a freguesia viu crescer outra zona habitacional de prédios, edificada entre as décadas de sessenta e setenta. É, contudo, aqui que encontramos a maior fatia de população.

Em 1962 o Ministério do Ultramar, atual Estado Maior General das Forças Armadas, instala-se no despovoado Restelo. O imponente edifício, dotado de uma arquitetura inovadora, marca o início do processo urbanístico da zona. Os primeiros prédios começam a nascer na Av. Ilha da Madeira, ao fundo da Rua Tristão Vaz e na Rua Gonçalves Zarco.

A tímida mancha urbana começa a formar-se ao lado da paisagem rural que não se perde. Os campos de trigo, a produção agrícola ou as estreitas azinhagas permanecem ao lado dos novos moradores. A zona passa definitivamente de rural a urbana, na década de sessenta, com a chegada da água, da luz e dos esgotos.

Belém assumiu plenamente a sua condição de centro cultural e monumental, onde um conjunto patrimonial de elevado interesse histórico e artístico faz com que esta seja uma das zonas da cidade de maior influência turística. Jerónimos, Torre de Belém, Padrão das Descobertas, Palácio

²⁹ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Belém



de Belém e mesmo o moderno Centro Cultural fazem – como nos diz Maria Tavares Dias – com que, “quase sempre, cada guia acompanha tudo isto de evocações com caravelas aventureiras, descrições do manuelino e louvores às panorâmicas do Tejo”.

Freguesia de Benfica

Breve nota Histórica e Caracterização Social

De acordo com a versão de Fernão Lopes, cronista do século XIV, a origem do nome Benfica³⁰ encontra-se na história de uma mulher que terá dormido com um homem antes do casamento. “... *El-Rey por cumprir justiça mandou-o logo enforcar, e ia a mulher e os filhos carpindo atrás dele com grande lastimança, mas não lhe valeu. (Dizem que isto sucedeu no Termo de Lisboa, no Lugar de Bemfica, e que dizendo os que acompanhavam El-Rey, que a mulher ficava mal, respondeu El-Rey: Bem fica, e casando-a depois com outro lhe deu com que passar; e que celebrando-se a acção del Rey ficara este nome ao Lugar, que dantes tinha outro, porque as palavras dos Príncipes, ditas com discrição, ficam em Provérbios, e quase em Leis, e Ordenações.*”

Benfica era então uma aldeia de camponeses (os Saloios), onde abundavam hortas, pomares e jardins. No século XVI havia em Benfica três importantes Irmandades: Nossa Senhora do Amparo, Santo António e São Sebastião.

A partir de 1730 dá-se um grande aumento da população com os trabalhos da construção do Aqueduto das Águas Livres. As novas classes abastadas, seduzidas pela paisagem, foram atraídas para aqui.

Com a extinção do Termo de Lisboa em 1852, o território de Benfica é primeiro integrado no novo concelho de Belém e, mais tarde, em 1886, é dividido. A parte exterior à nova Estrada da Circunvalação de Lisboa é integrada em Oeiras (e actualmente na Amadora) e a parte interior é integrada em Lisboa, dando origem à actual freguesia. Em 1959 a sua divisão dá origem a São Domingos de Benfica. Por esta altura havia 17 000 habitantes, que cresceram para 50 000 em quarenta anos, dispersos pelos principais bairros da freguesia: Boavista / Charquinho / Pedralvas / Calhariz Velho / Calhariz Novo / Santa Cruz.

A cidade continuou a crescer velozmente, o que se reflectiu na crescente urbanização da freguesia. Da década de 1950 até à década de 1990 do século XX, a população triplicou de 17 843 habitantes para cerca de 50 000 habitantes.

No bairro de Santa Cruz a sede de um dos clubes mais antigos da cidade, o Clube Futebol Benfica (“FóFó”), desde 1895, com vários títulos nacionais de hóquei em patins e hóquei em campo.

³⁰ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Benfica



A maioria dos monumentos em Benfica ficaram das antigas quintas, destacando-se: Chafariz de Benfica, Igreja de Nossa Senhora do Amparo, Igreja do Calhariz, Parque Silva Porto, Portas de Benfica, Quinta do Peres, Quinta da Granja, Troço do Aqueduto das Águas Livres, Vila Ana.

Mais recentemente, a par da crescente edificação assiste-se ao decréscimo da população residente, não só pelo envelhecimento, mas também pela migração dos habitantes mais jovens para a periferia.

Benfica é uma freguesia portuguesa do concelho de Lisboa, com 7,94 km² de área e 36 821 habitantes (2011). Densidade: 4 637,4 hab/km², e engloba cerca de dois terços do grande pulmão da capital portuguesa, o Parque Florestal de Monsanto.

Freguesia de Carnide

Breve nota Histórica e Caracterização Social

Localizada no extremo norte do concelho de Lisboa, Carnide³¹ é uma das maiores freguesias da cidade, em extensão e em população. Apesar de ser uma das mais antigas, só foi integrada no perímetro urbano em 1885.

O povoamento de toda a vasta zona a norte do termo de Lisboa até Odivelas data de épocas recuadas, anteriores à romanização. Para além de vestígios de uma ocupação dispersa durante o neolítico, formaram-se alguns povoados de pequena dimensão, e que rapidamente foram absorvidos pela cultura e economia romanas.

Foi a partir do séc. I que se organizou sistematicamente o território, com explorações agrícolas sob a forma de vilas rústicas. Algumas eram grandes propriedades com casa senhorial e todo um conjunto de equipamento agrícolas necessários, desde os estábulos aos lagares.

Tradicionalmente rural, foi envolvida, nos últimos anos, no próprio processo de crescimento urbano da capital, de uma forma acelerada e nem sempre uniforme e correctamente programada. É, por isso, uma freguesia de contrastes – entre o velho e o novo, o antigo e o moderno, o urbano e o rural. É também um território marcado por diversidades e singularidades, com pequenas «ilhas» dispersas e desarticuladas funcional e urbanisticamente.

O nome de Carnide (celta, latino ou muçulmano) passou a generalizar-se apenas durante a idade média, ligado à unidade paroquial. Num documento de 1308 figura a expressão “sítio de Carnide” e “Carnedi” ou “Carnyde” aplicados à área da paróquia que englobava também a Pontinha e o Casal Falcão.

No século XV, a construção de uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Luz deu origem a uma romaria em setembro, que ainda se mantém. A feira era complemento das festividades religiosas que duravam vários dias, atraindo numerosos forasteiros da capital e arredores. Figuras famosas da boémia lisboeta frequentavam a feira, especialmente o conde Vimioso que, segundo a tradição, se fazia acompanhar pela Severa.

³¹ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Carnide



Em redor deste núcleo, surgem as quintas de verão da nobreza e casas religiosas. A população distribuía-se por dois núcleos distintos: Carnide, de arquitetura simples, e a Luz, de arquitetura monumental, habitada quase exclusivamente pelos religiosos das casas conventuais. O terramoto de 1755 atingiu a freguesia, danificando o santuário e a igreja paroquial que não voltaram a conhecer a anterior grandeza.

Já no início do século XIX, o Colégio Militar estabeleceu-se nas instalações do antigo Hospital Real da Luz (1601) e o Instituto de Surdos, Mudos e Cegos na antiga Quinta do Seminário (1825).

O carácter rural desta freguesia permaneceu até ao século XX, altura em que a expansão urbana levou à construção de bairros sociais (Padre Cruz, Bairro Novo de Carnide), numa primeira fase, e a partir da década de 70, à construção de urbanizações como a Quinta da Luz.

Verifica-se uma dinâmica ligada ao próprio crescimento populacional (é população essencialmente jovem) que se apresenta como sinal de vitalidade. As grandes questões colocam-se, hoje, nos domínios do planeamento, da habitação e da salvaguarda e valorização dos núcleos históricos, de modo a dar sentido coerente e qualificado a um espaço historicamente disperso, mas orgânico, e hoje cada vez mais retalhado e desarticulado. A dispersão é, desde logo, visível nos próprios limites administrativos da freguesia, estabelecidos na sua forma actual em 1959, antes da intensificação do seu crescimento populacional, sobretudo a partir da década de setenta. Assim, a freguesia ainda se encontra, hoje, com uma configuração administrativa, eventualmente adequada a épocas remotas, mas pouco significativa em relação ao crescimento dos últimos anos. Confinada a norte e noroeste pelos limites tradicionais do próprio concelho e a Sul pela Av. General Norton de Matos (Segunda Circular), os limites orientais e ocidentais que a separam das freguesias vizinhas do Lumiar e de S. Domingos de Benfica são um tanto arbitrários.

Marcada por sucessivas sedimentações históricas e culturais, a freguesia de Carnide tem um perfil próprio identificado no seu património e nas vivências sociais que interessa preservar e valorizar, na medida em que eles podem estruturar e referenciar a própria dimensão da imagem urbana e da vida contemporânea.

Freguesia do Lumiar

Breve nota Histórica e Caracterização Social

Na origem do nome que designa esta freguesia poderá estar a palavra latina *liminaris*, e, "limiar", "fronteira", a entrada e a saída da cidade.

Criada em 2 abril de 1266, a freguesia do Lumiar³² integra hoje três povoações antigas, Lumiar, Paço do Lumiar e Telheiras e um novo espaço com características modernas, a Alta de Lisboa.

A freguesia do Lumiar é uma das mais populosas da Cidade de Lisboa, com os seus cerca de 45.000 habitantes e 30.600 eleitores

³² Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia do Lumiar



O Lumiar foi criado em 2 de abril de 1266 (cf. D. Rodrigo da Cunha, Historiador, Ecl. Cidade de Lisboa, 1642, pág. 175), dado o seu crescimento em importância e população.

Em 1312, D. Dinis efectuou a partilha dos bens do Conde de Barcelos, ficando para D. Afonso Sanches, seu filho bastardo e genro do Conde, uma quinta e casa de Campo no Lumiar, a que se passou a chamar Paços do Infante D. Afonso Sanches. No reinado de D. Afonso IV, esta residência nobre tomou a designação de Paço do Lumiar, que ainda hoje se mantém e constitui um importante núcleo histórico da freguesia.

Uma das primeiras construções de relevo do Lumiar foi a Igreja Paroquial de São João Batista e de S. Mateus, que em 1276 seria sede de Paróquia. Ao longo dos séculos foram construídas inúmeras quintas e solares onde predominam as paredes revestidas de azulejo multicolor.

No século XVIII regista um assinalável crescimento com a abertura da Alameda do Lumiar (atual Alameda das Linhas de Torres), em 1682, a mando de D. Francisco de Castello Branco. Em 1852 passou a fazer parte do Concelho dos Olivais, sendo agregada a Lisboa em 1886.

O Lumiar, no início do séc. XVIII, era definido como “um sítio de nobres quintas, olivais e vinhas”, sendo os principais frutos da terra o vinho, trigo, cevada e o azeite. A terceira maior mancha verde da capital nasceu aqui, fruto da recuperação e junção da antiga Quinta das Conchas, seiscentista, com a Quinta dos Lilases, do século XIX.

Em meados do séc. XIX, realizavam-se no Lumiar três feiras anuais (fevereiro, junho e agosto), todas muito concorridas, especialmente a de Santa Brígida, em que havia romaria e benção do gado.

De 1852 a 1886, esta freguesia esteve integrada no concelho dos Olivais, sendo finalmente incorporada no território da Cidade de Lisboa, em 18 de julho de 1885.

Desde os princípios do séc. XIX, que a população da freguesia tem tido progressivo aumento. Em 1903, Júlio Castilho, o pai da olisipografia, morador no Lumiar, via a velha aldeia a transformar-se, escrevendo: “o nosso Lumiar, hoje cheio de palacetes e cortado de eléctricos, carruagens e automóveis, formou um bairro da Capital”.

Com a reforma administrativa, o Lumiar manteve a sua denominação – integrando as três tradicionais povoações antigas do Lumiar, Paço do Lumiar e Telheiras – tendo agregado território de Carnide e cedido território aos Olivais. A nossa freguesia confina com as freguesias de Alvalade, São Domingos de Benfica, Carnide, Olivais, e Santa Clara e com o concelho de Odivelas a Norte.

Já no século XX o cinema e o teatro impulsionaram esta zona da cidade. Foi construído o edifício da Tóbis Portuguesa, e começavam a construir-se os Estúdios Cinematográficos do Lumiar; o Museu do Traje, no Palácio Angeja-Palmela, e o Museu do Teatro no Palácio do Monteiro-Mor.

Assiste-se na freguesia a um forte aumento populacional – 2.840 habitantes em 1900 para mais de 30.000 em 2000, tendo a antiga aldeia perdido, nas últimas décadas, quase definitivamente as suas características com os diversos parques habitacionais.



Freguesia de Campolide

Breve nota Histórica e Caracterização Social

Várias hipóteses são atribuídas ao nome da freguesia, entre as quais “campo de lides”, “campo de Olide” (nome árabe masculino), ou campo “dos lites” (escravos libertos pelos visigodos). Na Idade Média foi eleita terra de bons vinhos, que deram origem ao conceituado vinho de “marca” de Campolide.

A freguesia de Campolide³³ foi criada com a remodelação administrativa de 1959, em antigo território de S. Sebastião da Pedreira e Santa Isabel. Entre o século XII e o século XV, as freguesias dos Mártires e de Santa Justa, faziam parte do seu território.

No território que hoje constitui a freguesia de Campolide, são conhecidos vestígios de ocupação humana desde os alvares da Pré-História. Várias estações arqueológicas estão referenciadas na área de Campolide, desde o Paleolítico Inferior (Alto da Serafina, Calçada dos Mestres, Casal do Sola, Terras do Pita, Santana, Rabicha) ao Neolítico e Calcolítico (Sete Moinhos, Vila Pouca).

Dos períodos Romano e Visigótico não são conhecidos vestígios em Campolide e a presença muçulmana só pode ser atestada pelo topónimo Olide.

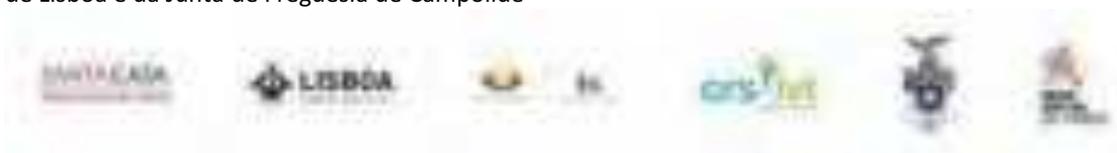
A julgar pelas mais antigas referências conhecidas (sécs. XII e XIII), a evolução da palavra terá ocorrido da seguinte forma: Campoliti> Campolidi> Campolide. Outras explicações foram apresentadas por Duarte Nunes de Leão (séc. XVI), que considerava ser o “campo em que os da lide estavam alojados” durante o cerco de Lisboa pelos castelhanos, em 1384 (porém há quem diga que este campo de lides se referia a garraíadas, enquanto outros se referem a amanho de terra e outros ainda a escaramuças com invasores); e por Júlio de Castilho, para quem teria origem num campo dos “lites” (nome dado aos escravos libertos pelos Godos) e que estes teriam sido os colonizadores desta área. No entanto, Norberto de Araújo, autor de “Peregrinações em Lisboa” põe de parte estas explicações, porque já em 1147, o cruzado Osberno se referia à zona de Santos por “Campolet” ou “Campolit”, e em 1211 se referia que o Rei D. Afonso II possuía “duas véneas in Campolide”.

À data da reconquista de Lisboa (1147), Campolide era uma designação genérica que abrangia um território muito vasto, pelo que, muitas referências documentais antigas sobre Campolide não dizem respeito à actual freguesia e tão só ao nome.

Os Hospitalários (depois Ordem de Malta), proprietários de duas vinhas, e assim continuaram até ao séc. XVIII, trocaram com Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), em 1740 propriedades passando este último a ser proprietário da “Quinta da Quintinha” (Calçada da Quintinha) e da “Ermida da Senhora de Santana”, no local em que se fixou uma pequena burguesia pombalina.

O Campolide medieval era, tal como outros lugares que hoje integram a cidade, um povoado “fora de portas”, e todo o seu terreno constituiu, desde sempre, uma boa terra de cultivo, onde havia várias quintas. Em toda a encosta existiam olivais, pomares e vinhedo. As crónicas

³³ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Campolide



afonsinas referem que Lisboa bebia os bons vinhos de Palmela e de Campolide. Aliás, D. Afonso II possuía “duas véneas in Campolide” A qualidade do vinho e a economia de transportes levaram a que Lisboa, durante séculos, bebesse os seus vinhos. Um documento de 1340 refere-se também à "Vinha de D. Fernando em Campolide". Esta vitivinicultura estendeu-se pelo menos até ao século XVI e nessa época, o vinho de Campolide, era o que chamamos hoje um vinho de marca. Também a fruta e o azeite aqui produzidos eram consumidos em Lisboa.

Atravessa esta freguesia o surpreendente Aqueduto das Águas Livres, monumento nacional, obra monumental que tanta admiração despertou em conhecidos viajantes estrangeiros. O Aqueduto das Águas Livres, foi mandado edificar por D. João V em 1732, para comemorar a entrada das águas livres em Lisboa, provocou uma incontornável transformação da paisagem.

Esta magnífica obra foi construída entre 1732 a 1748, e atravessa com imponentes arcos o vale da ribeira de Alcântara de Monsanto para Campolide. O gigantesco empreendimento, veio alterar profundamente a paisagem, pois ao mobilizar numerosa mão-de-obra, muitos dos trabalhadores acabaram por se fixar em Campolide, na chamada Encosta de Campolide, nascendo então o que passou a ser o Bairro da Liberdade, para acolher os milhares de operários do Aqueduto.

Relacionados com a obra foram abertos caminhos e estradas que condicionaram a organização do espaço urbano nesta zona. Multiplicaram-se as habitações precárias, e que precárias e degradadas permaneceram ao longo de décadas,

A configuração actual de Campolide resulta em grande parte, da muita gente que foi necessária para as obras de construção des aqueduto. Daí que desde o século XVIII se tenham distinguido duas áreas urbanas na freguesia, uma inicialmente para os “mestres”, com melhores condições de residência, e outra para os “operários”, improvisada e semeada de barracas.

Numa encosta instalaram-se os mestres da obra, na atual Calçada dos Mestres, e os operários no Bairro da Liberdade.

No séc. XIX, Campolide foi cenário de violentos combates entre as tropas absolutistas e os liberais entrincheirados nos redutos de Campolide, Atalaia e Palhavã, este último o único de que restam vestígios perto da Escola Marquesa de Alorna. Decorria o ano de 1833 e a comandar as tropas liberais estava o Duque de Saldanha, que estabeleceu o seu quartel-general no palácio do Genioux (mandado construir por um comerciante francês desse nome, em 1823). Ao que consta também o regente D. Pedro veio observar os combates em Campolide, utilizando para esse efeito a torre da Quinta de Estêvão Pinto.

Em 1852, com a construção da Estrada da Circunvalação (vinha de Alcântara pelas ruas Maria Pia, Arco do Carvalhão, Alto do Carvalhão, Carlos Mascarenhas, Marquês de Fronteira), uma parte de Campolide ficou dentro dos limites da cidade (intramuros) e outra «fora de portas» (extramuros), assim se mantendo até às delimitações de 1885 e 1922. Em Campolide havia três «portas» ou postos fiscais: Arco do Carvalhão (actual nº 44), Alto do Carvalhão (actual Rua Prof. Sousa Câmara, nº 210), e Campolide (esquina da Rua Marquês de Fronteira, 165, com Rua de Campolide, 55). Em frente deste, nos baixos do prédio do Genioux era o posto de despacho de Campolide.



À história de Campolide e em particular à do Aqueduto andam associados os crimes de Diogo Alves, famoso assassino e assaltante de origem galega. Diogo Alves, de alcunha “O Pancada”, liderou uma quadrilha que espalhou o terror, assaltando as vítimas no “Passeio dos Arcos”, de onde as lançaria sobre a ribeira. O Passeio foi encerrado definitivamente em 1852.

Na Quinta da Torre veio instalar-se, em 1858, o Pr. Carlos João Rademaker, com o intuito de aí organizar "clandestinamente" a sede da Companhia de Jesus, até que, em 1880 passou a sede oficial da Província Portuguesa. Aí se organizou o célebre Colégio de Campolide (que teve a sua inauguração a 28 de junho desse ano), que serviu de modelo a todos os outros da Companhia e onde se concretizou uma notável reforma pedagógica do ensino em Portugal.

As deslocações de Lisboa para Campolide foram facilitadas em 1882 com o estabelecimento de carreiras da Companhia Rippert para as Portas de Campolide. Em 1885 foi inaugurada a Penitenciária de Lisboa, começada a construir em 1874, logo após a abolição da pena de morte em Portugal, e que imitava o modelo inglês da prisão de Birmingham. Perto, em 1862, tinha sido inaugurado o Reservatório do Pombal, para abastecimento de água às zonas altas da cidade. De 1863 a 1868 foi construído o Quartel de Artilharia Um que, após diversas funções, acabou por ser um anexo do Hospital Militar e hoje é a sede do Instituto Geográfico Português.

O desenvolvimento de Campolide mais urbano ocorreu sobretudo depois da construção da linha-férrea de Alcântara a Campolide (1886) e do túnel do Rossio, ou da Rabicha (1890). Ao mesmo tempo, as antigas terras dos Braamcamps, desde a Rua de Campolide até à Calçada dos Mestres, eram vendidas em lotes, pela condessa do Paço do Lumiar, para construção do chamado Bairro Novo de Campolide.

As primeiras ruas foram numeradas de 1 a 4 e correspondem às actuais Conde das Antas, General Taborda, Vítor Bastos e Carlos Mascarenhas. O aumento de moradores levou a que, em 1905, Campolide começasse a ser servido por uma linha de «eléctricos».

Junto à ribeira tinham-se estabelecido algumas unidades fabris, como por exemplo uma fábrica de cola, perto do Tarujo, e uma fábrica de curtumes, em Santana. Debaixo dos arcos do Aqueduto, ficava a fábrica de estampania do Sr. Frick. Na rua Soares dos Reis, laborava desde 1901 a Fábrica de Produtos Cerâmicos de Campolide.

Em direcção a Sete Rios subsistiam quintas onde algumas famílias de Lisboa vinham passar férias. Havia também o hábito dos doentes da «tísica» virem na Primavera convalescer para Campolide. Autores da época referem que o Casal do Sol (ou do Sola), junto à Quinta da Pedreira Preta, tinha o «aspecto de um recanto de Sintra entre o arvoredos».

As transformações urbanísticas após a construção do viaduto Duarte Pacheco, e os desalojamentos para a construção da Avenida Calouste Gulbenkian, originaram, a partir de 1960, uma diminuição da população. O Palácio da Justiça e o Campus Universitário da Universidade Nova, fixaram então na freguesia o setor dos serviços.

Nos anos 90, Campolide iniciava o Plano Especial de Realojamento, com a demolição das barracas existentes. Bairro da Liberdade, sítio do Olival, Casal do Sola, Quinta da Bela Flor, Quinta do José Pinto, foram as zonas intervencionadas.



Resultado da reforma administrativa de 2010, nasce na Cidade de Lisboa a freguesia de Avenidas Novas, a qual agregou as freguesias de S. Sbeastião da Pedreira, Nossa Senhora de Fátima e parte da freguesia de Camplide.

Freguesia de Avenidas Novas

Breve nota Histórica e Caracterização Social

Resultado da reforma administrativa de 2010, nasce na Cidade de Lisboa a freguesia de Avenidas Novas³⁴, a qual agregou as freguesias de S. Sbeastião da Pedreira, Nossa Senhora de Fátima e parte da freguesia de Camplide.

Os primeiros vestígios da ocupação humana no território que agora pertence às Avenidas Novas remontam aos anos 50 d.C., dos quais datam alguns objetos de sílex e cerâmica descobertos entre a Avenida 5 de Outubro e a Avenida das Forças Armadas. Era pela zona da Avenida da República que os romanos faziam chegar à metrópole os produtos criados nas zonas rurais, através de uma estrada que ligava Torres Vedras a Loures e daí a Lisboa.

Em 1180 nasce o Bairro Santos ao Rego, que deriva da expansão dos campos que o rodeavam. O nome Rego tem origem num regato (ribeiro) que nascia no Campo Pequeno em direção a Palhavã e que atravessava a zona do Bairro.

Em 1755, depois do terramoto seguido de marmoto que assolou Lisboa, muitos dos habitantes da capital, assustados com a destruição e com possíveis réplicas da catástrofe, fugiram da parte baixa da cidade, e fixaram-se no território que hoje compõe a freguesia de Avenidas Novas que sofreu, à data, um enorme crescimento demográfico.

A origem do nome Avenidas Novas surge, no final do século XIX, com a reestruturação do território executada por Ressano Garcia, em que se destacam as ruas largas e as fachadas com logradouros ajardinados - acompanhando de uma forte componente ambiental: a plantação de choupos, acácias do Japão, faias, ailantos, acácias brancas, entre outras espécies - características da Arte Nova e Art Déco. Esta renovação urbana foi inspirada no Plano de Extensão de Paris, concretizado por Georges-Eugène Haussmann, a que Ressano Garcia assistiu enquanto estudante na capital francesa.

Surgem também por esta altura as moradias unifamiliares, de fachadas ecléticas, no estilo Arte Nova e Art Deco, ocupados sobretudo por uma classe média, classe média-alta e alta em expansão.

O Parque da Liberdade (atual Parque Eduardo VII de Inglaterra) já constava do projeto final de Ressano Garcia, aprovado em 1889, apesar de, a sua atual configuração ter sido projetada pelo arquiteto Francisco Keil do Amaral já na década de 40 do século XX.

³⁴ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da da Junta de Freguesia de Avenidas Novas



Nos finais do século XIX, mais precisamente em 1890, a construção da Linha Férrea de Cintura, onde se integrava a estação Rego-Lisboa, fomentou ainda mais o crescimento e desenvolvimento das Avenidas Novas.

Com uma área de 2,92 km² e mais de 23 000 habitantes, a Freguesia de Avenidas Novas apresenta uma configuração de ruas que se entrecruzam de forma perpendicular criando quarteirões quadrados. As avenidas principais que lhe deram o nome iniciam-se na Rotunda do Marquês de Pombal com o Parque Eduardo VII e a Rua Fontes Pereira de Melo, passando pela rotunda de Picoas e seguindo em direção ao Jardim do Campo Grande, pela Avenida da República e suas ruas adjacentes.

A freguesia de Avenidas Novas é hoje um dos centros de negócio estratégico na cidade, e tem no seu território universidades, embaixadas, museus e duas das maiores salas de espetáculo de Lisboa.

Freguesia de Penha de França

Breve nota Histórica e Caracterização Social

A Freguesia deve o seu nome a uma ermida em honra de Nossa Senhora da Penha de França³⁵, fundada em 1598, no local onde está agora a Igreja de Nossa Senhora da Penha de França.

No seu atual território, que vai do rio Tejo à colina da Penha de França, há muitas centenas de anos que existem núcleos populacionais (a partir de 1500) localizados quer na zona ribeirinha, em redor dos conventos da Madre de Deus e Santos-o-Novo, quer em torno da ermida da Penha de França e, mais tarde, convento com o mesmo nome (atual Comando-Geral da PSP).

Apesar destes núcleos, até ao final do séc. XIX, início do séc. XX, o território era eminentemente rural, situado no termo de Lisboa e constituído por campos abertos, hortas, quintas e solares de veraneio e mosteiros.

O Convento da Penha de França, fundado em 1598, está na origem do nome desta freguesia. O seu território deriva das freguesias medievais de Santo Estêvão de Alfama, Santa Justa e Olivais, no chamado Termo de Lisboa. Situada a 110 metros de altitude é um dos grandes miradouros da cidade.

Com o Terramoto de 1755, as quintas (do Pina, do Coxo, do Bacalhau, entre outras) e os solares (do Gadanho, dos Peixinhos, do Alto da Eira, de Santo António e o da Machada), foram sendo abandonados.

Entre as tradições da Penha de França destaca-se a “Procissão do Forrolho”, realizada de noite, e que consistia em bater ao ferrolho das portas para acordar os devotos.

Mandado construir em 1833 pela Rainha Dona Maria II, após uma epidemia de cólera em Lisboa, o Cemitério do Alto de São João foi, durante mais de um século, o cemitério da cidade, escolhido

³⁵ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Penha de França



para homenagear as suas figuras mais ilustres. O primeiro forno crematório do País foi construído aqui, em 1925.

A 13 de abril de 1918 é criada a freguesia da Penha de França. Em 1959, por via de uma reforma administrativa, o seu território é diminuído e parte dele passa a pertencer às freguesias de São João e do Alto do Pina.

No século XIX estabelecem-se as primeiras fábricas nos vales de Chelas e Xabregas, não perdendo, porém, o seu caráter rústico, pelo que continua a ser a zona preferida pelos lisboetas para o passeio, segundo nos relata Almeida Garrett nas “Viagens na Minha Terra”.

A fusão das antigas freguesias São João e Penha de França dá-se em 2012 com a nova reforma administrativa.

Freguesia de Campo de Ourique

Breve nota Histórica e Caracterização Social

Campo de Ourique³⁶, talvez por fazer lembrar o campo no Alentejo, onde Dom Afonso Henriques venceu os muçulmanos e se autoproclamou rei, é o bairro que dá nome a esta nova freguesia. Projetado por Frederico Ressano Garcia, após a implantação da República em 1910, compreende o retângulo entre as ruas Ferreira Borges e Tomás de Anunciação, Campo de Ourique e Saraiva de Carvalho.

A freguesia de Campo de Ourique ocupa hoje a quase totalidade do território que em 1741 foi atribuído à então criada Freguesia de Santa Isabel. Foi em tempos a paróquia de Santa Isabel, durante séculos a mais populosa de Lisboa, estendendo-se, então como agora, até aos limites da Estrela, Prazeres, Campolide e Vale de Alcântara.

Esta Freguesia viria a ser desmembrada séculos mais tarde, em 1959, para dar origem à Freguesia de Santo Condestável.

No século XVIII havia dois polos habitacionais; um nas imediações da Igreja de Santa Isabel, e outro no Rato, na zona da Fábrica das Sedas, fundada por D. João V.

Para alimentar os bichos-da-seda e garantir a matéria-prima para a fábrica, Marquês de Pombal mandou aqui plantar Amoreiras, nascendo assim o jardim de seis mil metros quadrados, delimitado pelo Aqueduto das Águas Livres. Ao lado, a Mãe d'Água, local de abastecimento histórico de água à cidade.

A abertura das vias principais foi orientada pelo Cemitério dos Prazeres, criado após o surto de cólera na cidade em 1833. Cem anos depois abre-se a Avenida Alvares Cabral, mais um momento importante na definição urbanística do território.

³⁶ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Campo de Ourique



Foi no bairro de Campo de Ourique que começou o movimento revolucionário de 5 de outubro de 1910, de implantação da República.

Uma das ruas mais conhecidas é a Ferreira Borges, arborizada a fazer lembrar uma avenida. Aí, o edifício cor-de-rosa, cuja parede lateral se prolonga, pertence ao Quartel (que foi do Regimento dos Sapadores do Caminho-de-Ferro), muito modificado na sua traça original, fulcro do bairro, e a partir do qual se traçou o reticulado geométrico das ruas, bem planificadas.

Dois dos regimentos “históricos” que ocuparam o Quartel, o 4 de Infantaria e o de Infantaria 16, ficaram perpetuados em arruamentos. A estátua da Maria da Fonte foge a este cenário, representa a heroína popular, colocada no Jardim Teófilo Braga, vulgarmente conhecido por Jardim da Parada, por ter sido o antigo terreiro da parada do quartel.

Durante a Primeira República, consolidaram-se no Bairro as tradições republicanas e reivindicativas de Campo de Ourique – em 1914 ocorreram aqui diversas greves, protestos e outras manifestações populares, o primeiro desafio do movimento operário ao governo de Afonso Costa.

Durante a II Guerra Mundial, Campo de Ourique serviu de refúgio a muitos judeus e, mais tarde, em 1958 foi vivida com afã a campanha eleitoral de Humberto Delgado. De 1969 a 1973 a força da oposição centrava-se na freguesia, onde ficava a sede da CDE (Comissão Democrática Eleitoral).

Importantes foram também as tertúlias nos: “Café Latino”, “A Tentadora”, “Ruacaná”, “O Canas”. Aqui se sediaram movimentos patrióticos e republicanos, além de muitos nomes da cultura e política como Fernando Pessoa e Bento Jesus Caraça.

Para sempre ligada a esta freguesia está a expressão “Resvés Campo de Ourique”. Para alguns, surge em 1755 quando o terramoto destruiu a cidade até à zona de Campo de Ourique, milagrosamente poupada. Para outros, tem a ver com o facto de ser atravessada pela Rua Maria Pia, ficando “por um triz, por pouco, à justa”, como parte limítrofe da cidade.

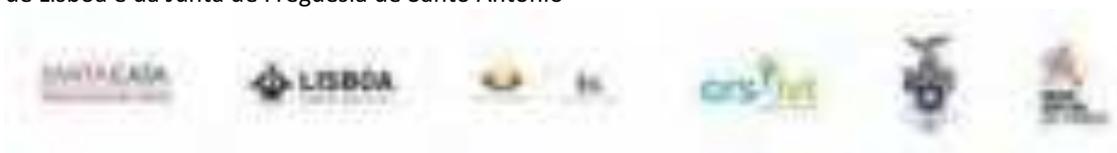
Freguesia de Santo António

Breve nota Histórica e Caracterização Social

No final do século XII, e sob a autoridade do Bispado de Lisboa, surgem na capital as dez primeiras freguesias (terreno delimitado, na cidade ou no campo, em que habitavam indivíduos que seguiam o mesmo culto, tendo como ponto principal o templo ou a igreja matriz). Em 1247, nasce São Mamede, famosa por albergar o Jardim Botânico de Lisboa e o Edifício da Imprensa Nacional. É a mais antiga das freguesias que hoje formam a de Santo António³⁷.

No século XVI, extinguem-se as comunas judaicas e a mouraria de Lisboa. Simultaneamente, as conquistas, a navegação e o comércio marítimo trazem mais riqueza ao reino. Um aumento da

³⁷ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Santo António



população traz a necessidade de criar mais freguesias. Doze novas paróquias surgem assim em novembro de 1567. Entre elas, a freguesia de S. José, que se destaca por hospedar locais como o Parque Mayer, a Avenida da Liberdade e o Cinema Tivoli.

Foi o local escolhido para o clero e a nobreza aqui construírem as suas casas, dada a proximidade com o centro e a tranquilidade de então. A urbanização mais densa registou-se após o Terramoto de 1755 que provocou a destruição e o desmoronamento de várias casas e edifícios de Lisboa.

Mais uma vez é preciso redistribuir e reorganizar a cidade. Por isso, entre outras duas, aparece a Freguesia de Sta. Joana – mais tarde chamar-se-á freguesia Coração de Jesus, abrangendo a zona do Marquês do Pombal e da Avenida da Liberdade.

A Avenida da Liberdade, inaugurada em 1886, rasgada a partir do Passeio Público, é o traço comum das três freguesias agora agregadas numa só, cujo nome é uma homenagem ao mais popular Santo de Lisboa.

Desde então, a Avenida foi assistindo à construção de palacetes românticos e espaços públicos modernistas como o Parque Mayer, em 1922.

A área que se desenvolveu ao longo do eixo das atuais Rua de Santa Marta, S. José e Portas de Santo Antão, era no século XVI uma das principais entradas de abastecimento da cidade. Por aqui se foram estabelecendo casas religiosas (Conventos de Santa Joana, da Anunciada, Hospício dos Brunos, Igreja de S. Luís dos Franceses) e grandes casas nobres (Palácios dos Condes de Castelo Melhor, dos Marqueses do Lourical, dos Condes de Povolide).

A partir do século XVIII, o território da atual freguesia de Santo António conhece novo desenvolvimento com a construção do Aqueduto das Águas Livres e o arranque da construção da Mãe d'Água, e é instalado um complexo fabril e um bairro para os seus operários.

Um novo impulso urbanístico surge com o desenvolvimento do Real Colégio das Manufaturas, de acordo com um plano pombalino, a par da construção de grandes casas da burguesia. No final do século XIX e início do século XX, nascem novos arruamentos na sequência da urbanização do antigo Vale de Pereiro e são construídos edifícios Arte Nova e Art Déco.

O Bairro Barata Salgueiro, o Bairro Camões, (inaugurado em 1880 no tricentenário da morte do poeta Luís de Camões) o edifício do Diário de Notícias, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, o Edifício “Franjinhas”, são reveladores da dinâmica urbanística deste local.

Em 2013, em resultado da fusão das antigas freguesias S. José, S. Mamede e Coração de Jesus surge a freguesia Santo António.



Freguesia da Estrela

Breve nota Histórica e Caracterização Social

Um convento beneditino fundado em 1572, dedicado a Nossa Senhora da Estrela, está na origem do nome desta nova freguesia³⁸. O edifício é hoje ocupado pelo Hospital Militar Principal.

Ali perto, com o mesmo nome, a Basílica mandada construir por Dona Maria I, única monarca portuguesa da dinastia de Bragança aqui sepultada. Os seus arquitetos, Mateus Vicente e Reinaldo Manuel, inspiraram-se no Convento de Mafra, procurando evitar os erros ali cometidos. Aqui se situa uma das melhores vistas panorâmicas da cidade, o Alto do Zimbório da Estrela.

No mesmo local está um dos mais belos jardins de Lisboa, o Jardim Guerra Junqueiro, mais conhecido por Jardim da Estrela, com o mais antigo coreto da cidade. Numa jaula do jardim esteve o famoso leão da Estrela, oferecido em 1871 por Paiva Raposo.

Neste vasto território, que agrega Lapa, Santos-o-Velho e Prazeres, homens do mar e escravos foram-se instalando ao longo dos tempos, em ruas e vielas no Sul, paralelamente ao rio, originando o Mocambo, mais tarde Madragoa, enquanto no norte se estabelecia a burguesia.

Na Madragoa concentrou-se uma importante comunidade proveniente da região de Ovar. Enquanto os homens se dedicavam à pesca, as mulheres - conhecidas por ovarinas ou varinas - vendiam peixe pelas ruas da cidade, marcando o imaginário lisboeta com os seus pregões. A sua designação, que remonta apenas ao século XIX, provém da antiga Rua da Madragoa, onde terá habitado uma família nobre madeirense, cuja generosa mulher era conhecida por Mandragona.

Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, alguns conventos e palácios foram ocupados pela população carenciada, como o convento das Bernardas, que chegou a acomodar centenas de pessoas nas antigas celas.

No âmbito da reorganização administrativa de Lisboa em 2012 a fusão das antigas freguesias Lapa, Santos -o -Velho e Prazeres dão origem à atual freguesia da Estrela

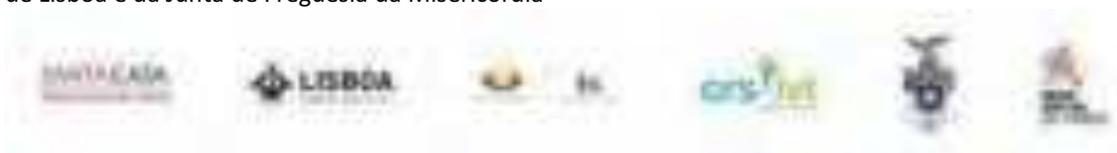
Freguesia da Misericórdia

Breve nota Histórica e Caracterização Social

A Freguesia da Misericórdia³⁹ resulta da agregação das antigas Freguesias da Encarnação, Mercês, Santa Catarina e São Paulo. A origem do nome da Freguesia deve-se à presença da sede da Santa Casa da Misericórdia na Igreja e Casa Professa de São Roque, desde 1768.

³⁸ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa

³⁹ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia da Misericórdia



O território hoje conhecido como Misericórdia foi, ao longo dos séculos, casa de diversas instituições religiosas de apoio à infância, para cristianização de mouros e judeus e para o recolhimento de mulheres penitentes. Com a expulsão dos jesuítas, as casas da Companhia de Jesus foram doadas à Santa Casa da Misericórdia.

Ligada à produção agrícola, a Freguesia e as suas colinas abasteciam a cidade na época muçulmana, principalmente através da produção de oliveiras, frutos e cereais. Com os Descobrimentos, o bairro cresceu para Norte, adquirindo uma população mais ligada às atividades marítimas.

Séculos mais tarde, a importância estratégica e comercial deste “bairro marinho”, tornou prioritária a reconstrução após o terramoto de 1755. Apesar dos estragos, a estrutura dos arruamentos não foi alterada. Nasce então o Cais do Sodré, nome que homenageia Vicente Sodré, nome que homenageia Vicente Sodré, navegador responsável pelos primeiros contactos comerciais e diplomáticos com a Índia.

A presença da nobreza ficou marcada pela construção de inúmeros palácios: Cunhal das Bolas, Alvito, Almada Carvalhais, Marquês de Ficalho, Conde de Lumiares, Marquês de Minas, Bichinho de Conta, Ludovice, Condes de Tomar, entre outros.

Local de agregação de uma classe artística, foram várias as figuras da vida cultural e política que viveram no antigo e atual território da Freguesia. Podem destacar-se nomes como o de Sebastião José de Carvalho e Melo, Manuel Maria Barbosa du Bocage, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, Gonçalves Crespo, Albel Manta e António Quadros.

No século XIX, artistas e intelectuais frequentam os seus teatros e cafés. A imprensa ocupou os palácios devolutos, e jornais como Diário de Notícias, Revolução de Lisboa, Mundo, Século, animavam a vida noturna do Bairro, que se tornava mais acessível com os novos elevadores da Glória, da Bica e da Estrela, também conhecido como Maximbombo.

O bairro popular das festas, arraiais e marchas convive hoje com a mais atual cultura urbana, com novos comércios, galerias de arte, teatros, etc, onde diversas iniciativas, eventos são características desta Freguesia tradicional, mas em mudança.

A Freguesia da Misericórdia, que possui 1,11 km² de extensão, possui cerca de 13.000 habitantes resulta da fusão, no âmbito da reorganização administrativa de Lisboa em 2012, das antigas freguesias Mercês, Santa Catarina, Encarnação e São Paulo.



Freguesia de Santa Maria Maior

Breve nota Histórica e Caracterização Social

A Junta de Freguesia de Santa Maria Maior⁴⁰ é o coração de Lisboa, resultante da fusão de 12 antigas freguesias do centro histórico da cidade, o que culmina com a agregação de 5 dos principais bairros típicos: Alfama, Baixa, Castelo, Chiado e Mouraria. É uma freguesia rica pelas diferenças, com um mosaico social, cultural e paisagístico variado.

Agregando doze freguesias que partilham um longo passado comum, a freguesia de Santa Maria Maior, está intimamente ligada à Sé de Lisboa, inicialmente Igreja de Santa Maria Maior, mandada construir em 1150 por D. Afonso Henriques, três anos depois de ter conquistado Lisboa aos Mouros.

As duas primeiras freguesias de que há notícia, após a reconquista da cidade, são S. Vicente e Santa Maria dos Mártires, locais onde os cruzados acamparam e fizeram cemitérios durante o cerco, daí a designação “mártires”. Na sua origem, esta paróquia abrangia um vasto território desde a zona baixa da cidade até Oeiras.

Ainda na época medieval, a colina do castelo vai perdendo importância comercial e política, relativamente à baixa, até que no século XVI o poder muda-se para a Ribeira. As diferenças acentuam-se com o terramoto de 1755, onde toda a baixa é remodelada segundo o plano geométrico de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. O mesmo não sucede no Castelo, Alfama e Mouraria, onde ainda é possível rever a Lisboa Medieval.

Formada ao longo de um eixo central constituído pela Rua Augusta, a Baixa assenta sobre estacaria em pinho verde. Os andares superiores dos edifícios foram construídos usando a designada gaiola pombalina, uma estrutura interior de madeira projetada para resistir aos sismos. Os modelos foram testados com a utilização de tropas em marcha para simular um terramoto. Para a prevenção aos incêndios, todos os quarteirões tinham poços de água nos saguões e as paredes entre os edifícios eram mais altas que o telhado.

No lado ocidental, na paróquia de Santa Justa, uma das mais antigas da cidade, há notícia de que, em 1173, o corpo de São Vicente, padroeiro de Lisboa, terá sido aqui recebido. Na baixa pode ainda hoje visitar-se as Galerias romanas da Rua da Prata. O passeio é curto e labiríntico por estas escuras e húmidas galerias do tempo do imperador Augusto (séc. I d.C.). Hoje, dá-se por quase certo de que terão estado também ligadas a atividades portuárias e comerciais.

Santa Maria Maior reúne as zonas do Centro Histórico de Lisboa, com 3,01 km² de área, e cerca de 12 822 habitantes; resulta da reorganização administrativa de Lisboa de 2012, da fusão das antigas freguesias Mártires, Sacramento, São Nicolau, Madalena, Santa Justa, Sé, Santiago, São Cristóvão e São Lourenço, Castelo, Socorro, São Miguel e Santo Estêvão.

⁴⁰ Os dados apresentados decorrem das informações disponibilizadas no *Website* da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior



Ações de Sensibilização do Projeto Radar

Enquadramento

O Projeto Radar tem vindo a ser acompanhado de um robusto plano de difusão como forma de sensibilizar e apresentar os seus objetivos e modo de atuação, mas também com a intenção de promover uma maior confiança junto da população 65+, foco da intervenção.

A promoção e a divulgação são propósitos de determinadas ações e atividades, onde se torna fundamental desenvolverem-se ações de sensibilização, reconhecidas e benéficas essencialmente para a qualidade de vida, a prevenção do isolamento e solidão, o reforço da autonomia e o incremento do bem-estar nesta fase de vida.

As ações de sensibilização podem tornar-se bastante satisfatórias atendendo a que influenciam um elevado número de pessoas a quem as mesmas se destinam efetivamente, podem ser desenvolvidas em locais ou pontos pensados estrategicamente, bem como incluir pessoas com reconhecida influência na Comunidade.

Assim, e reconhecidos os benefícios das mesmas, afigura-se serem momentos enriquecedores para a sensibilização e a disseminação dos propósitos do Projeto Radar, e na promoção da longevidade, que pressupõe o envolvimento das comunidades como promotoras de projetos locais de lazer, de cariz cultural e intergeracional, integrando a população 65+ como produtora de conhecimento e mais-valias nas artes e na cultura, para reforço da cidadania e da participação cívica.

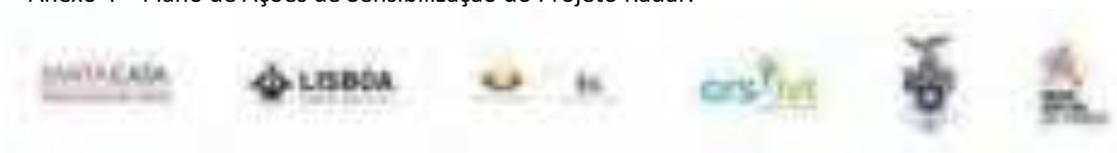
Com o término de mais uma Fase torna-se pertinente afigurar momentos enriquecedores para a disseminação dos objetivos do Projeto, bem como para refletir e redefinir novas estratégias de atuação adaptadas ao perfil deste grupo populacional.

Dando ênfase ao conhecimento e experiência adquiridos com o desenvolvimento e monitorização do Projeto, ao longo do processo de levantamento de entrevistas no terreno, importa promover um espaço de tempo digno, de um reconhecimento e promoção com o objetivo de sensibilizar a sociedade para as questões da longevidade e a necessidade de consciencializar a população com 65+ das suas capacidades.

De forma sistematizada, as ações de sensibilização⁴¹, 22, propõem-se a:

- Promover os princípios e objetivos do Projeto Radar, sensibilizando para a coesão, mobilização e mudança social;
- Promover a efetiva participação da comunidade e das entidades públicas e privadas na dinâmica do Projeto;
- Promover o aumento da adesão e da participação da população 65+;

⁴¹ Anexo 4 – Plano de Ações de Sensibilização do Projeto Radar.



- Promoção e divulgação do website (promoção, difusão, divulgação de documentos, de ações, contactos úteis dos estabelecimentos (comerciais e outros), entre outros);
- Entregar novos materiais/brindes informativos;
- Reforçar e promover a adesão dos Radares Comunitários;
- Aferir a receptividade da população ao Projeto Radar;
- Analisar a aderência a novos formatos de participação;
- Levantamento de questões, contributos, apreciações, e potencialidades do Projeto;
- Possibilidade de sinalizar os serviços aquando situações de agravamento de vulnerabilidade;
- Gerir, monitorizar e concertar respostas;
- Proporcionar momentos de bem-estar emocional e psicológico, valorizando a pessoa 65+;
- Incentivar a população 65+ para a participação em atividades de animação cultural e expressão artística, lazer e ocupação com base nos interesses culturais e recreativos.

Público-alvo

Todas as pessoas da Cidade de Lisboa, com particular enfoque na população 65+ que vivam sozinhas ou acompanhadas por outra pessoa do mesmo grupo etário, do conhecimento (ou não) das instituições e da comunidade em geral.

Por outro lado, mesmo que se trate de uma pessoa que não cumprindo os objetivos do Projeto Radar pode habitar nas freguesias de Lisboa, e por isso ajudar a promover dinâmicas de sensibilização para a coesão, mobilização, e mudança social. Estima-se que estas pessoas possam contactar diariamente com outras pessoas com mais de 65 anos que podem ser entrevistadas no âmbito do Projeto Radar, e por isso levantar questões pertinentes que facilitem o esclarecimento de possíveis dúvidas. Constituem-se como uma potencial fonte de divulgação junto da comunidade, realizando apreciações e contributos importantes.

Estratégias de Trabalho

O Projeto Radar pretende promover uma mudança de paradigma, isto é, ao invés das pessoas procurarem as instituições, pretende ele próprio ir ao encontro das pessoas de forma a prevenir as eventuais invisibilidades do sistema, assumindo um carácter proactivo e reflexivo sobre as situações com que se depara.

Neste sentido, reforçando o dinamismo referido definiram-se três grandes estratégias de Divulgação e de esclarecimento, nomeadamente:

Ações de Sensibilização na Colónia de São Julião da Ericeira, nos meses de setembro e outubro, em articulação com o Espaço Santa Casa.

O espaço da Colónia promove ações com pessoas 65+ que vivem nas diversas freguesias da Cidade de Lisboa e que frequentam alguns dos estabelecimentos da SCML (Centos de Dia, ERPI's e Centros de Desenvolvimento Comunitário).

Objetivos:

- Apresentação do Projeto e explicação dos objetivos;



- Apoio audiovisual com recurso a *PowerPoints*, *Spot* Publicitário, filme *On Going* e outras imagens relevantes alusivas ao Projeto;
- Entrega de material referente ao Projeto (distribuição de material/brindes informativos);
- Desenvolvimento de dinâmicas lúdicas e de partilha (levantamento de opiniões; escuta de contributos; avaliação da receptividade);
- Realização de entrevistas aos interessados.

Calendarização:

- 7 de outubro (CSP Bairro das Furnas - Centro de Dia e D. Maria I - Centro de Dia);
- No dia identificado, no período da manhã, cerca de duas horas.

Ações de Rua em locais relevantes ou mais significativos de cada uma das Freguesias (em anexo: roteiros de rua e eventos específicos)

As técnicas de mobilização devem tirar partido dos eventos públicos e comunitários e dos momentos informais de encontro entre os residentes de uma determinada freguesia, procurando os locais de maior concentração da população 65+. Poderá ser benéfico revistar as ruas mais percorridas durante a aplicação do levantamento à população 65+, de forma a reforçar a relação já criada pelas equipas de entrevistadores com o comércio local e habitantes.

Objetivos:

- Apresentação do Projeto e explicação dos objetivos;
- Promover a efetiva participação da comunidade;
- Promover a efetiva comunicação com cada Junta de Freguesia;
- Promover o aumento da adesão e da participação da população 65+;
- Promoção e divulgação do website (promoção, difusão, divulgação de documentos, de ações, contactos úteis dos estabelecimentos, entre outros);
- Reforçar e promover a adesão dos Radares Comunitários;
- Promover uma reportagem fotográfica das dinâmicas criadas;
- Entrega de material referente ao Projeto (distribuição de material/brindes informativos);
- Desenvolvimento de dinâmicas lúdicas e de partilha (levantamento de opiniões; escuta de contributos; avaliação da receptividade);



- Realização de entrevistas aos interessados (somente nas freguesias da fase piloto e 2ª Fase).

Calendarização:

- De 16 a 27 de setembro (às sextas-feiras desenvolveram-se somente no período da manhã (visto o período da tarde ser dedicado aos *Focus Group*) - Freguesias onde iniciaram a 2ª Fase do Projeto, com exceção de 3 Equipas que deverão repartir-se e promover as ações nas freguesias da fase piloto (TL Diana Dias - Ajuda, a Equipa do TL Tiago Silva - Areeiro e a Equipa do TL Flávio Moura - Olivais).
- De 30 de setembro a 7 de outubro (à sexta-feira somente no período da manhã) - Freguesias da 3ª Fase do Projeto (durante o dia, duas freguesias, uma no período da manhã, outra da tarde).
- Todos os dias, no período da manhã e da tarde, à exceção das sextas-feiras somente no período da manhã.

Ações na Unidade de Missão Santa Casa

Reflexão individual por parte dos membros de cada equipa de Entrevistadores, num primeiro momento, sendo posteriormente conjunta, sobre a Freguesia onde atuaram. Considerando o desígnio de serem guardiões (Entrevistadores) do Projeto Radar, importa refletirem sobre a natureza e a dinâmica da e das freguesias onde desenvolveram o trabalho de terreno.

Objetivos:

- Desenvolver influência com o objetivo de melhorar/aumentar a eficácia e eficiência do Projeto Radar, vital para o cumprimento dos objetivos delineados e o sucesso global do mesmo;
- Desenvolver competências para trabalhar em equipa mais eficazmente;
- Orientar situações e dinâmicas próprias do trabalho em equipa, para minimizar ineficácias na comunicação, na tomada e implementação de decisões;
- Gerir a diversidade e o seu potencial de conflito;
- Desenvolver, restaurar e ampliar a confiança, através de comportamentos;
- Aumentar a capacidade de comunicar de forma transparente, respeitosa e direta;
- Contribuir para o aumento da confiança no seio da equipa a que pertencem;
- Melhorar o desempenho coletivo das equipas.

Calendarização:

- De 16 de setembro a 3 de outubro (excetuando as sextas-feiras), uma equipa de cada freguesia, o dia todo na UMSC.



- De 16 a 27 de setembro (excetuando as sextas-feiras da parte da tarde), a Equipa do Parque das Nações e do Beato, uma equipa por semana, para desenvolvimento de apoio técnico na UMSC. Este critério foi definido tendo por base as equipas com levantamentos menores, Radares Comunitários com informação mais completa, e que não passam pelas freguesias da Fase Piloto.

Considerações

As ações de sensibilização surgem como uma mais-valia para dar ainda mais visibilidade ao Projeto, pois a longo prazo com a colaboração dos Radares Comunitários e de toda a população pretende-se que o mesmo funcione de forma autónoma.

Este Programa passa pela construção de comunidades autónomas, onde se exige uma mudança tanto a nível dos comportamentos de um vasto conjunto de entidades e indivíduos, mas também a mudança das condições ou fatores sociais que afetem o desenvolvimento comunitário.

Estas intervenções deverão ser encaminhadas para a UMSC, que por sua vez introduz os conteúdos no *Website* para a promoção do mesmo, bem como do trabalho que está a ser desencadeado. Os conteúdos do *Website* deverão dar conta do trabalho desenvolvido e desencadeado por todos os intervenientes do Projeto e Radares Comunitários, bem como promover respostas locais integradas e de proximidade, operacionalizando uma estratégia capaz de fortalecer e promover a identidade do projeto.

Formação On Job

A formação profissional tem sido ao longo do Projeto um investimento contínuo potenciando uma atitude crítica e participativa de todos os elementos que constituem as equipas de proximidade, bem como os restantes elementos de backoffice da Unidade de Missão Santa Casa (UMSC).

Idealizada em dois tempos distintos, mas conceptualmente indissociáveis a Formação On Job acontece num contexto de participação constante, resultando numa co-construção contínua e atual onde se destaca os *Focus Group* e ações de formação específicas.

No que respeita à fase piloto do Projeto Radar, foram totalizadas 19 sessões do Plano de Reunião *Focus Group*, sendo que estas contaram com a presença das Equipas de Rua (dez Entrevistadores), um dinamizador e um auxiliar de moderação (Equipa *Backoffice* UMSC), bem como de parceiros internos e externos, e ainda o Conselho Consultivo.

O Plano de Reuniões *Focus Group* 2.ª Fase contemplou 27 reuniões, entre as quais destacamos a primeira reunião destinada aos *Team Leaders*; durante a 3ª Fase foram realizadas 13 reuniões. Estas foram igualmente dinamizadas à semelhança das fases anteriores e contemplaram também com a participação de parceiros, internos e externos do projeto, e ainda o Conselho Consultivo.



A recente função de *Team Leader* exigiu a implementação de um plano específico que integrou ações de formação e reuniões *Focus Group* especialmente concebidas para estes elementos. Procurou-se desenvolver capacidades de liderança, coordenação, comunicação, motivação, tomada de decisão, trabalho em equipa, resolução de conflitos e competências relacionais e emocionais.

A par destas sessões, e no decorrer das mesmas, surgiu a necessidade de construir um documento que facilitasse a integração dos novos elementos na Equipa de Entrevistadores, ao qual se deu o nome de “Abordagem da Entrevista”⁴². Este registo resultou do esforço dos *Team Leaders* em sistematizar os passos metodológicos e os procedimentos utilizados, bem como a pertinência das questões e formas de as colocar aos Entrevistados.

Enquanto momentos privilegiados de desenvolvimento profissional, as reuniões *Focus Group* mantidas ao longo do Projeto, promoveram o aperfeiçoamento dos modelos de atuação e a maior eficácia, eficiência e efetividade dos processos, numa perspetiva de melhoria contínua. Fomentou-se a reflexão e a análise crítica de conceitos centrais ao Projeto, como os de isolamento social e solidão, enquadrando-os no eixo das expectativas, privações e potencialidades do grupo populacional 65+. Refira-se ainda, a realização de uma ação de formação no âmbito do programa PRIA, destinada aos Entrevistadores.

Cada interação estabelecida no âmbito do Projeto Radar encerra um significativo potencial de desenvolvimento profissional, considerando a natureza eminentemente relacional das funções de Entrevistador. Como tal, quer no contacto com o grupo populacional 65+, quer no relacionamento com outros profissionais e parceiros, internos e externos, os Entrevistadores, atuando nos seus contextos, tiveram a oportunidade de apurar a sua prática e alargar os seus conhecimentos. Quer se encontrem integrados em Equipas de Rua, Equipa de Apoio a Idosos (EAI) ou desenvolvam funções na UMSC, os Entrevistadores enfrentam desafios profissionais constantes, sendo confrontados com a impreterível necessidade, diariamente renovada, de tomar decisões e executar ações técnicas apropriadas.

A metodologia de formação profissional adotada continua a revelar-se proveitosa atendendo à densa e complexa natureza das funções do Entrevistador. Permanentemente em contexto, o Entrevistador/técnico Radar é solicitado de forma contínua, deparando-se com novos e renovados desafios numa frequência diária. A natureza relacional, pontuada de interações constantes – com pessoas pertencentes ao grupo etário 65+, colegas de trabalho, parceiros internos e externos e outros elementos significativos – impele o Entrevistador/técnico Radar à tomada de decisão e à ação. O potencial de desenvolvimento profissional, contido em todas estas situações, torna-se assim perceptível.

Sendo evidente a possibilidade de melhoria no próprio contexto da prática profissional, a consciência concreta – e trabalhada – deste potencial, acontece, por excelência, aquando das reuniões *Focus Group*, cujo plano decorreu numa ótica de continuidade, embora diversificada.

Nessas sessões de trabalho – reunindo sob composição variada -, dinamizadas pela coordenação e outros elementos afetos à UMSC, e contando com a presença regular dos parceiros e demais entidades relevantes, as circunstâncias de trabalho acima referidas,

⁴² Anexo 6 - Abordagem na Entrevista.



partilhadas entre todos, são alvo de debate alargado. Através de diferentes metodologias e práticas pedagógicas, esses momentos favorecem o desenvolvimento pessoal dos participantes, as suas competências técnicas, teóricas e emocionais.

Também a recente função de *Team Leader* exigiu a implementação de um plano específico, que integrou ações de formação e reuniões *Focus Group* especialmente concebidas para estes elementos. Procurou-se desenvolver capacidades de liderança, coordenação, comunicação, motivação, tomada de decisão, trabalho em equipa, resolução de conflitos e competências relacionais e emocionais.

A partir do dia 9 de setembro, foram integrados mais quatro entrevistadores, que acompanharam o desenvolvimento dos trabalhos no terreno – num período de desenlace da 2.ª Fase do Projeto –, inseridos nas Equipas de Rua e nos territórios cujos levantamentos populacionais se encontravam ainda por concluir. Esta circunstância marcou um outro aspeto inovador desta 2.ª Fase: a emergência do mentor. Papel assumido por quatro *Team Leaders* – cada um responsável por mentorear cada um dos 4 Entrevistadores recém-chegados –, os mentores, transmitindo conhecimento e experiência através de um acompanhamento de estreita proximidade e personalizado, foram responsáveis por guiar e aconselhar os novos elementos na aproximação às funções a desempenhar.

No âmbito da Formação *On Job*, procurou-se estimular competências de pensamento analítico com a implementação de uma dinâmica formativa que exigia aos Entrevistadores a realização de uma reflexão escrita sobre as particularidades das freguesias em que atuaram, das suas populações e de outros aspetos relevantes quanto à prossecução do Projeto. Individual numa primeira fase, o exercício tomou outras dimensões quando os Entrevistadores, em grupo, compararam as suas visões e conjuntamente elaboraram documentos únicos. Esta metodologia favoreceu a emergência de novas perceções e significados partilhados acerca do Projeto Radar, dos territórios e das pessoas por ele abrangidas.

Acompanhamento e Monitorização

No que respeita ao Acompanhamento e Monitorização, a UMSC adoptou como prática corrente o acompanhamento de proximidade das Equipas de Rua (Entrevistadores), monitorizando de perto e de forma contínua os trabalhos efetuados – e, por conseguinte, a implementação do Projeto.

Neste contexto, importa referir o suporte diário prestado às Equipas de Rua, com as quais a UMSC mantém múltiplos canais de comunicação. São recorrentes – assumindo frequência diária –, a título de exemplo, as chamadas telefónicas entre elementos da UMSC e Entrevistadores. Estas constituem uma importante modalidade de acompanhamento e monitorização, pois possibilitam, entre outras funções, a rápida transmissão de informação pertinente ao Projeto e às suas atividades: destacamos a título de exemplo a prática do envio de *briefings* diários por parte dos Entrevistadores contribuindo assim para o contínuo *feedback* entre territórios e UMSC. Também a comunicação escrita, efetuada por via de correio eletrónico, assume grande importância nas práticas correntes de acompanhamento e monitorização. Formando um meio de comunicação que propicia a reflexão – associada à



transmissão de informação mais complexa e extensa –, por ele passa o envio de *briefings* diários, elaborados pelos Entrevistadores (e destinados à UMSC), função na qual os *Team Leaders* assumem maior preponderância, que incidem detalhadamente sobre o trabalho desenvolvido no terreno. Fruto de um pensamento maturado, os *briefings* são fonte de informação permanente sobre o curso do Projeto. A informação neles presentes encontra-se na origem do aperfeiçoamento de normas, procedimentos e formas de atuar.

Relativamente aos *briefings* diários, será pertinente dar notas das significativas alterações introduzidas no Projeto. Estes relatos, que durante a Fase Piloto eram alternadamente elaborados entre os elementos de cada dupla de Entrevistadores, passaram a fazer parte das tarefas diárias dos *Team Leaders* e a ser, também, responsabilidade intercalada entre os restantes Entrevistadores de cada equipa. Ou seja, por cada Equipa de Rua produziu-se dois *briefings* diários. Os documentos tomaram características distintas, naturalmente relacionadas com as funções assumidas por cada elemento: enquanto os *briefings* da autoria dos *Team Leaders* se enquadraram numa perspetiva de continuidade dos trabalhos, as reflexões produzidas pelos restantes membros das equipas evidenciaram uma perceção mais pessoal da experiência diária.

A UMSC, além da resposta aos *briefings*, coloca à disposição dos Entrevistadores, diariamente, os Totais Diários do Projeto Radar (documento informativo acerca do número de entrevistas realizadas por freguesia) e, semanalmente, divulga o Ponto de Situação (resumo semanal das atividades) junto dos parceiros e Entrevistadores. Com a finalidade de apoiar as Equipas de Rua e de promover as boas práticas são ainda difundidos materiais de suporte relevantes no âmbito do Projeto. Compreendendo o relato diário dos trabalhos no terreno, num cuidado exercício de reflexão crítica, este elemento de comunicação adquire significativa importância na perspetiva de monitorização e acompanhamento do Projeto – favorecendo o desígnio de melhoria contínua, o aperfeiçoamento de normas, procedimentos e práticas. A estas, a UMSC endereça ainda variados documentos de suporte de particular interesse.

A UMSC desempenha assim uma função primordial no que respeita ao acompanhamento e monitorização do Projeto Radar. Não esgotando a sua ação numa perspetiva de supervisão interna, procura assumir um papel de facilitador à participação dos parceiros neste processo partilhado de corresponsabilidade. No quadro do acompanhamento e monitorização, e em particular no âmbito dos Radares Comunitários, a UMSC elaborou um vasto plano de sensibilização que levou uma equipa especialmente formada para o efeito a percorrer, nas freguesias que receberam a 1.ª e a 2.ª Fases do Projeto, a já intrincada rede de estabelecimentos aderentes. Pretendia-se, entre outras finalidades, verificar o processo de adesão dos Radares Comunitários, sensibilizar para a importância do Projeto, promover a sua efetiva participação, esclarecer dúvidas e recolher informação relevante.

No plano do acompanhamento e monitorização interinstitucional, dimensão que consubstancia o trabalho em rede que define o Projeto, importa salientar as comunicações frequentes entre parceiros, nomeadamente o envio de relatórios periódicos – da autoria da UMSC –, de progresso mensal e intercalar.



Comissão de Acompanhamento

O Programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades” tem, na sua génese, a ambição de contribuir para que a idade seja um fator de integração, de reconhecimento e de cidadania. Pretende igualmente repensar as políticas, as respostas existentes e as ações a desenvolver por forma a ocasionar diferentes visões e contributos, incorporando a participação de pessoas representativas dos grupos a que dizem respeito.

Neste sentido, e atendendo à relevância da experiência com o Conselho Consultivo e a obtenção de uma maior abrangência no cumprimento do Programa e dos demais projetos, a UMSC iniciou, em setembro de 2019, as reuniões com a Comissão de Acompanhamento, composta por 9 elementos de diferentes freguesias da Cidade de Lisboa (Alcântara, Arroios, Beato, Benfica, Campo de Ourique, Misericórdia, Penha de França, Santo António e São Vicente). Esta assembleia consultiva possui a responsabilidade e o dever de contribuir com os conhecimentos e auscultações que recolhe junto das comunidades, com o intuito de proporcionar uma melhoria no acompanhamento e intervenção realizado com e para as pessoas 65+ residentes na Cidade de Lisboa.

Estas pessoas deverão ser reconhecidas nas comunidades a que pertencem, possibilitando que, nas reuniões se convoque um conjunto de contributos e de apreciações que concedem maior vigor, rigor e multiplicidade de visões na implementação das medidas e políticas (existentes e a criar) que lhes dizem respeito a si e aos grupos a que pertencem. A ideia é que seja o mais representativo deste grupo etário, permitindo o acompanhamento das intervenções a um maior número de pessoas.

A Comissão deverá reunir uma vez por mês, nas quartas (últimas) sextas-feiras de cada mês, de forma a estimular o diálogo e o surgimento de novas ideias e conceitos. A presença regular dos mesmos elementos deverá ser uma mais-valia ao possibilitar o fomento da confiança e de um maior espírito de partilha.

Tal como afirma Silva (2013), se é certo que vivemos cada vez mais, importa que esses anos sejam melhores. Neste sentido, é decisivo garantir que as pessoas 65+ permaneçam ligadas à sua comunidade e à sociedade em geral. Só assim poderão desenvolver laços sociais que assegurem o seu bem-estar, contribuir com todo o seu potencial e receber melhores apoios e cuidados quando necessário.

Verifica-se na nossa sociedade uma desvalorização dos papéis sociais associada ao avanço da idade, e que se constituiu como um fator desmobilizador de uma maior participação social e envolvimento nas questões públicas deste grupo populacional.

Na perspetiva e filosofia da UMSC, é fundamental e extremamente necessário, produzir uma mudança e rutura na forma como se olha e considera a pessoa 65+, não olhando apenas para esta população como aquela que necessita de apoio e suporte, mas também e principalmente como um ativo a valorizar. Deste modo, é crucial reconhecermos e valorizarmos o enorme contributo que as pessoas 65+ prestam à sociedade, criando por isso, mais oportunidades para que este grupo populacional possa desenvolver o seu potencial, com vista a uma maior inclusão (cf. Silva, 2013: 140).



É com esta intencionalidade e objetivo – de valorização e reconhecimento dos papéis sociais desempenhados pelos cidadãos ao longo de toda a vida – que se constituem estas duas assembleias colaborativas e de auscultação, fundamentais e complementares no cumprimento do Programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades” e do Projeto Radar. A reciprocidade que se pretende alcançar permite a obtenção de uma maior abrangência de conhecimentos e de vontades, tornando os seus contributos mais representativos da população 65+.

Todos os representantes estão no mesmo nível de envolvimento e de participação, não se sobrepondo no exercício da sua cidadania, considerando a dignidade e a especificidade de cada pessoa, assim como a multiplicidade de experiências e de expectativas desenvolvidas nos mais variados contextos de vida.

O conceito de cidadania refere-se à consciência que cada indivíduo/grupo tem dos seus direitos e deveres perante a comunidade/sociedade a que pertence. É um conceito de grande relevância, não só no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas da comunidade, mas também no desenvolvimento desta enquanto sociedade heterogénea (Azeredo, 2016: 69). Na relação entre indivíduo e sociedade, podemos distinguir quatro dimensões da cidadania que são alcançadas através de processos de socialização que ocorrem na família, trabalho, organizações cívicas, partidos políticos, bem como através de associações, meios de comunicação, vizinhança e grupos de pares. Essas dimensões são as seguintes: política/jurídica (refere-se a direitos e responsabilidades políticas); social (relacionada com o comportamento entre indivíduos na sociedade); cultural (ligada à consciência de um património cultural comum) e económica (associada à relação entre um indivíduo e o mercado de trabalho como consumidor). Para que a cidadania plena seja alcançada/exercida, é necessário que o cidadão seja capaz de exercer estas quatro dimensões (Council of Europe, 2017).

Pretende-se que as reuniões de ambos os grupos se verifiquem em contextos e momentos diferentes, ainda que ocasionalmente se possa equacionar a sua junção e/ou a partilha de contributos e visões, direta ou indiretamente (através dos interlocutores permanentes). Desta forma, obtém-se um alargamento e uma maior sustentação das propostas e recomendações resultantes do diálogo dos vários agentes com benefícios claros para o Programa e para a vida da população em geral.

A UMSC acredita e promove a participação e o envolvimento dos cidadãos (pessoas 65+) na reflexão, acompanhamento e desenvolvimento dos trabalhos que vai concretizando. Importa assim, referir que a participação consiste no envolvimento das pessoas nas decisões que as afetam sendo que o nível de envolvimento das mesmas no processo de decisão dependerá da entidade promotora (cf. Vieira, 2015:160).

A participação ou a não-participação é fonte de identidade e revela algumas dimensões da nossa vida, tais como: a forma como nos situamos; aquilo com que nos preocupamos ou que negligenciamos; o que tentamos escolher e influenciar; o que evitamos e ignoramos; as orientações que seguimos; e a forma como nos envolvemos com determinados assuntos/causas. Esta contraposição entre participar e não participar não resulta unicamente das escolhas pessoais, mas também envolve os processos de formação e educação na comunidade, diferentes níveis de configuração das relações sociais, bem como diferentes processos de constituição do self (cf. Vieira, 2015: 124-135).



A UMSC pretende desta forma promover a participação das pessoas 65+ com o intuito de mobilizar esta faixa etária da população, a fim de que estas possam influenciar e contribuir para o desenvolvimento do seu bem-estar e das gerações futuras. Esta promoção da participação origina uma forma de combate ao isolamento e solidão não desejada (cf. WHO, 2007:40), e ainda mais relevante, uma valorização e reforço da experiência, sabedoria e conhecimentos deste grupo populacional.

Deste modo, e tal como refere Fonseca (2006, citado em André, 2019:44), a participação das pessoas 65+ nos processos de decisão relacionados com a promoção da longevidade na comunidade, para além de ter efeitos potenciadores no seu bem-estar físico e psicológico (autonomia, autoconceito, autoestima, locus de controlo), poderá ter um importante efeito na mudança dos papéis sociais atribuídos aos mais velhos no contexto da comunidade.

A autora Isabel Vieira (2015: 142) refere que a participação contém uma dimensão de poder, e que por isso, participar pode também ser um exercício de poder, uma vez que poder, segundo Giddens (2000), consiste na capacidade de os atores assegurarem resultados. Neste sentido, pode-se afirmar que o processo participativo contribui para a tomada de decisão, e que poderá por isso, contribuir para novas formas de intervenção, de desenho de respostas sociais e para alterações de políticas públicas, mais adequadas e próximas da realidade e necessidades vivida pelo grupo populacional a que se destinam.

Com a constituição e a manutenção destes grupos de participação pretende-se devolver autonomia e reconhecimento a este grupo populacional, fomentando a pluralidade de ideias, o compromisso com a cidadania e a apropriação do espaço para uma maior coesão, mobilização e mudança social.

Plataforma Digital Projeto Radar: adaptações e melhorias

O Projeto é caracterizado por diversos assuntos que o individualiza e o torna distinto e inovador de muitos outros, nomeadamente com a criação exclusiva de uma Plataforma Digital do Projeto para o desenvolvimento desta iniciativa. Os Entrevistadores do Projeto Radar submetem as entrevistas, com o devido Consentimento Informado assinado pelo titular dos dados pessoais, na respetiva Plataforma, onde todos os parceiros envolvidos poderão ter acesso às situações, em tempo útil, que carecem de intervenção dos seus serviços. Possibilita, assim, uma maior articulação entre parceiros, criação de mecanismos integrados e sustentados, o rápido acesso, centralização e otimização da gestão de informação, que fundamente as ações sociais.

Nesta Plataforma é possível verificar se determinada pessoa já beneficia de algum apoio por parte dos serviços com responsabilidade na área social, permitindo otimizar os recursos e chegar a mais pessoas.

O Projeto Radar tem fundamento na metodologia de aproximação à investigação-ação participativa, pelo que as respostas são planeadas consoante as situações e evidências que vão surgindo ao longo do trabalho desenvolvido. Neste sentido, muitos dos procedimentos e desenvolvimentos são aperfeiçoados no decorrer do Projeto.



A Plataforma Digital Projeto Radar sofreu algumas alterações desde a sua conceitualização. Estas alterações incidem particularmente no que diz respeito ao procedimento de inserção dos Radares Comunitários bem como apresenta novidades relativamente à sua continuidade.

No que diz respeito aos Radares Comunitários, estes inicialmente eram inseridos numa base de dados em ficheiro Excel, passaram a ser registados diretamente na Plataforma por quem os angaria.

Ao serem integrados, os Radares Comunitários ficam na condição de “Ativos”, existindo também a possibilidade de alterar esse estado para “Inativo”, aquando do conhecimento de alguma desistência. Nesta situação, quem detém acesso à Plataforma terá um papel fundamental, podendo identificar situações mais facilmente e manter a plataforma com informação atualizada.

É de salientar que estará disponível um campo de observações para que se descreva o motivo pelo qual ocorreu a desistência, caso seja do conhecimento.

Por outro lado, na Fase de Continuidade, os parceiros passaram a poder encaminhar situações diretamente a partir da Plataforma e integrar o Projeto Radar nos atendimentos e ocorrências. Este elemento contribui assim para atualização participada e constante da Plataforma.

Um outro procedimento/adaptação desenhado e desenvolvido na continuidade do Projeto Radar assenta no pressuposto da otimização e da gestão de informação, no sentido da agilização dos processos para uma intervenção precoce e mais ajustada a cada situação.

A proteção de dados é uma questão fundamental quer para as organizações envolvidas, quer para os participantes. Neste sentido, a exigência subsiste no garante de que todos os procedimentos, ferramentas e instrumentos utilizados no Radar obedeçam às obrigações e às formalidades do normativo do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Sendo um Projeto que tem na sua génese a recolha, o registo e a partilha de informação pessoal é fulcral garantir as obrigações e os requisitos do RGPD, tanto no registo informático (Plataforma Radar), como na partilha de dados com as organizações parceiras (email do Projeto, entre outros). Existe uma grande preocupação em garantir que o Projeto seja totalmente transparente e lícito, assim como, transmitir aos titulares dos dados que estes são tratados com segurança.

A este respeito importa considerar a questão relativa à licitude do tratamento dos dados e respetivo fundamento legal – Artigo 6º, RGPD. De acordo com este preceito legal, para que esteja justificada a licitude da recolha e tratamento dos dados, é suficiente que se verifique uma das situações nele contempladas. No caso concreto do Projeto Radar, existe uma dupla fundamentação jurídica à licitude do tratamento dos dados, ou seja, via al. a) e al. e), do Artigo 6º, nº 1, RGPD (consentimento do titular dos dados pessoais e prossecução de funções de interesse público, respetivamente).



Salientamos que, uma vez solicitado o “Consentimento Informado”, o titular dos dados tem o direito de o retirar a qualquer momento. Apesar de a retirada desse consentimento não comprometer a licitude do tratamento efetuado com base na autorização previamente dada, o RGPD confere ao titular o direito ao apagamento dos seus dados, ou seja, o direito a ser esquecido (artigo 17.º, número 1, alínea b). Este preceito determina que:

“O titular tem o direito de obter do responsável pelo tratamento o apagamento dos seus dados pessoais, sem demora injustificada, e este tem a obrigação de apagar os dados pessoais, sem demora injustificada, quando o titular retira o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea a), ou do artigo 9.º, n.º 2, alínea a) e se não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento”.

Além de se estar, enquanto responsáveis pelo tratamento dos dados pessoais dos participantes do Projeto Radar, obrigados a apagar os dados quando o consentimento é retirado, tem-se também, segundo o disposto no artigo 19.º do RGPD, a obrigação de notificar ao participante o apagamento dos seus dados pessoais:

“O responsável pelo tratamento comunica a cada destinatário a quem os dados pessoais tenham sido transmitidos qualquer retificação ou apagamento dos dados pessoais ou limitação do tratamento a que se tenha procedido em conformidade com o artigo 16.º, o artigo 17.º, n.º 1, e o artigo 18.º, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado. Se o titular dos dados o solicitar, o responsável pelo tratamento fornece-lhe informações sobre os referidos destinatários”.

Considerando esta possibilidade legalmente concedida às pessoas entrevistadas, a UMSC estabelece o seguinte procedimento a adotar em caso de desistência de participação no Projeto Radar:

- No momento em que se recebe uma comunicação, por parte do participante, a retirar o consentimento anteriormente conferido, quer por e-mail como por carta registada, terá de ser enviada uma resposta pela mesma via;
- Será enviada uma “resposta tipo” para estas solicitações, previamente elaborada, no prazo de 2 dias úteis;
- O pedido de desistência tem que ser enviado através do sistema interno +SIMP, informando que foi enviada comunicação ao participante, via carta ou e-mail, cumprindo o procedimento;
- No +SIMP, acesse ao separador: Pedido → Aplicacional → Configuração/Dados → Projeto Radar e solicitar o apagamento dos dados do entrevistado da plataforma do Projeto Radar. Aqui deve-se submeter o mínimo de dados pessoais possíveis, identificando o participante com o nome completo e a freguesia.



Plano de Comunicação e Marketing

No que concerne ao Plano de Comunicação e Marketing, importa salientar que a utilização de material de divulgação e promoção produzido e difundido nos meses de julho de 2019 a fevereiro de 2020 ascendeu aos 164.390 exemplares⁴³.

Fundamentação dos Posters Científicos

No âmbito do Ano Nacional da Colaboração, decorreu um ciclo de três eventos “Colaborar faz toda a diferença”, iniciativa promovida em parceria com a Câmara Municipal de Vila de Nova de Gaia, integrando o Fórum Internacional de Gaia 2019.

Sendo o Projeto Radar considerado como uma prática promissora de colaboração, na área, a organização do evento convidou a UMSC para participar como orador num dos painéis no encontro de dia 18 de setembro, dedicado ao tema “Colaborar faz toda a diferença no... Envelhecimento”, partilhando a sua experiência de colaboração neste projeto⁴⁴.

Para a participação na conferência foi solicitada a realização de um poster relativo à importância do trabalho colaborativo no âmbito do Projeto Radar⁴⁵.

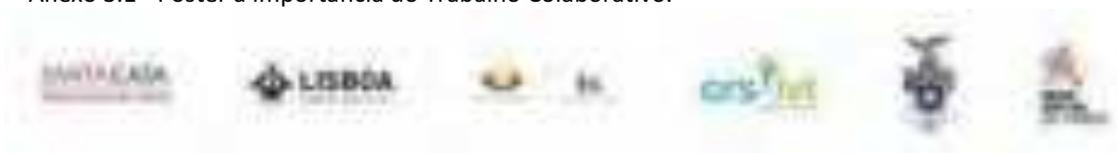
No seguimento desta participação, a UMSC acabou por considerar que esta seria uma excelente estratégia de divulgação e informação do Projeto Radar, concluindo que seria pertinente a elaboração de mais posters de forma a contar toda a história do Programa e do Projeto, clarificando os propósitos dos mesmos, as metodologias utilizadas, integrando as questões da intergeracionalidade e da teoria da mudança, práticas humanistas na intervenção próxima, bem como realçar a imagem positiva e de valorização da população 65+ que pretendemos alcançar.

O objetivo da elaboração destes posters foi o de fazer uma exposição no II Simpósio Interações, que teve lugar nos dias 5 e 6 de dezembro de 2019. Este Simpósio teve como objetivo partilhar as ações sistemáticas e integradas desenvolvidas pelo Programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades”, em que se inclui o Projeto Radar. Estes posters são uma oportunidade para partilhar a história do Projeto e o seu propósito, bem como obter opiniões acerca do mesmo, na medida em que transmitem de forma clara, dinâmica, apelativa e sintética a informação, facilitando a sua partilha e a discussão do tema com a audiência.

⁴³ Material de Comunicação e Marketing distribuído entre julho de 2019 e fevereiro de 2020

⁴⁴ Anexo 2 - Relatório de Participação “Colaborar faz toda a diferença...no Envelhecimento” – Vila Nova de Gaia, 18.09.2019.

⁴⁵ Anexo 3.1 - Poster a Importância do Trabalho Colaborativo.



O Projeto Radar assenta em princípios de parceria e de devolução contínua de resultados à comunidade e aos seus principais destinatários e atores, segundo uma perspetiva holográfica e numa lógica de interdependência. Esta complexidade colaborativa desenvolve-se em dois níveis de articulação/interação: um 1º nível de Gestão Estratégica e Planeamento e um 2º nível de Coordenação e Implementação, em conformidade com o desenvolvimento institucional.

Este sistema de articulação de dois níveis responde aos necessários desafios de organização, simplificação, dinamização e monitorização, permitindo gerir e implementar respostas diferenciadas, holísticas, articuladas, integradas, concertadas e de proximidade com todos os agentes que trabalham com e para a população 65+. Tal pressupõe a reorganização e otimização da rede de equipamentos e respostas, e a implementação de um modelo de intervenção comunitária e de desenvolvimento local.

Considerando estes propósitos, a partilha de conhecimento revela-se essencial, conduzindo a diversas vantagens, como a sistematização do método de trabalho, que origina uma base de conhecimento e eficiência crescentes com o propósito de dotar a cidade de uma rede de recursos. Esta estrutura organizacional facilita um maior enfoque nas transformações pretendidas e na melhoria dos serviços e respostas existentes, promovendo a inovação e o *empowerment* das pessoas, das organizações e das comunidades.

Para possibilitar uma maior articulação entre parceiros, foi criada a Plataforma Digital Projeto Radar para sustentar mecanismos integrados e permitir o acesso, a centralização e a otimização da gestão de informação e a consequente atuação.

A conceção do *Website*, acessível à comunidade em geral, promove o acesso à informação, bem como a responsabilidade social. Os seus conteúdos deverão dar conta do trabalho desenvolvido e desencadeado pelos parceiros, Radares Comunitários, bem como promover respostas locais integradas e de proximidade, operacionalizando a identidade do Projeto.

A constituição de um Conselho Consultivo, composto por sete membros de diversos âmbitos multidisciplinares com elevada experiência e reconhecido mérito em distintas áreas de intervenção e de uma Comissão de Acompanhamento formada por pessoas 65+, reconhecidas nas comunidades, pretende estimular o diálogo e o surgimento de novas ideias e conceitos, devendo ser uma mais-valia ao possibilitar um conjunto de contributos e de apreciações que concedem maior vigor, rigor e multiplicidade de visões na implementação das medidas e políticas (existentes e a criar) a que lhes dizem respeito.

Tratando-se de um Projeto colaborativo, o seu desenvolvimento é acompanhado de uma estratégia de organização e de funcionamento partilhada ao nível da informação, das decisões e da gestão, através de reuniões sistemáticas com os parceiros internos e externos, onde cada entidade partilha contributos e melhorias, resultado do trabalho realizado, assim como de reavaliação dos pontos críticos da atuação.



Esta metodologia de articulação e de funcionamento baseia-se numa visão sistémica e procura contrariar o excesso de individualização na atuação, fomentando o trabalho em rede e uma maior participação na elaboração dos programas e planos.

A plena articulação entre os parceiros possibilita que o Projeto Radar se constitua como um mecanismo articulado de prevenção precoce de situações de risco e de vulnerabilidade, de promoção de uma rede de Radares Comunitários e de reforço dos parceiros, que trabalham de forma integrada, respondendo a uma necessidade de organização setorial, que estrutura a diversidade de instituições em termos de conhecimento, de informação, de estratégia, de planeamento e de ação. Em conclusão, torna-se imperiosa uma transparente articulação, que privilegia a troca de saberes, partilha, reflexão e discussão, potenciando a criação de redes de conhecimento e sinergias.

Poster - Projeto Radar⁴⁶ - Um Projeto de proximidade, intervenção e acompanhamento à população 65+

Um dos propósitos da UMSC é coordenar as responsabilidades no âmbito do Programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades”, assegurando uma relação estruturada e articulada com a CML, bem como com os restantes parceiros da Rede Social, tendo como um dos focos potenciar os recursos existentes, assegurando a distribuição territorial na Cidade de Lisboa e envolvendo todos os serviços nesta estratégia. Atendendo ao enfraquecimento dos laços sociais que se tem observado ao longo dos anos, entendeu-se pertinente repensar a intervenção e as respostas a nível social, aproveitando também para colmatar a ausência de um levantamento deste grupo populacional.

Surge assim o Projeto Radar, que une diversas entidades com competências na área social, para que, de forma integrada e partilhada, se concentrem todos os esforços para agilizar respostas mais céleres, assertivas e adequadas aos desafios da longevidade, bem como melhorar a qualidade dos serviços prestados e a promoção de uma política de acompanhamento.

O Projeto tem como foco a constante e contínua devolução de esclarecimentos e pontos de situação dos resultados à comunidade e aos seus principais destinatários e atores, sendo acompanhado de uma estratégia de organização e de funcionamento partilhada ao nível da informação, das decisões e da gestão, através de reuniões sistemáticas com os parceiros, onde cada entidade partilha contributos, resultados do trabalho realizado, inclusão de sugestões e de melhorias, assim como de reavaliação dos pontos críticos da atuação.

O seu funcionamento assenta no Princípio do Conhecimento Estratégico, que sustente as decisões e crie uma linha de atuação comum para o futuro; no Respeito pela Autonomia e Ação de cada uma das organizações; na Inovação nas respostas e no modelo de intervenção; na Adequabilidade e Rapidez das respostas às necessidades manifestadas; na Acessibilidade facilitada às respostas e, por fim, na Eficiência e Eficácia no alcance dos resultados.

⁴⁶ Anexo 3.2 - Poster Projeto Radar.



O Projeto Radar foi concebido como mecanismo articulado de prevenção precoce de situações de risco e para a promoção de uma rede de Radares Comunitários, tendo sido estruturado de forma a possibilitar, através de uma visão atualizada fruto do acompanhamento do progresso desta iniciativa, e repensar a intervenção dos serviços, ajustando-os às potencialidades da população alvo, pretendendo a promoção da autonomia e capacitação dos indivíduos, dos grupos e famílias através do envolvimento social e comunitário.

A operacionalização do Projeto implica a partilha de diversas tarefas e o compromisso assumido enquanto estratégia para a Cidade de Lisboa. Adotou-se um modelo de intervenção comunitária e de desenvolvimento local de base territorial, tendo-se optado por esta abordagem por se considerar ser a melhor forma de valorizar e reconhecer as competências das pessoas, assumindo-os como protagonistas do seu processo contínuo de autonomia e de construção social.

A determinação das responsabilidades de cada parceiro é feita através de um sistema de articulação de dois níveis que responda aos necessários desafios de organização, simplificação, dinamização e monitorização e que permite gerir e implementar respostas diferenciadas, holísticas, articuladas, integradas, concertadas e de proximidade com todos os agentes que trabalham com e para a população 65+, planeando assim de forma sustentada as respostas a acionar em função dos perfis de cada pessoa e dos seus contextos de vida.

O levantamento das situações, expectativas, potencialidades e privações deste público-alvo tem por base uma entrevista semiaberta e semiestruturada às pessoas 65+ residente em Lisboa. Essas entrevistas foram submetidas, com o necessário “Consentimento Informado” assinado pelo titular dos dados pessoais, na Plataforma Digital Projeto Radar.

Esta Plataforma possibilita uma maior articulação entre parceiros, criação de mecanismos integrados e sustentados, o rápido acesso, centralização e otimização da gestão de informação, que fundamente as ações sociais. Possibilita o trabalho de continuidade do Projeto, dado que cada parceiro pode integrar novos levantamentos, admitindo a partilha de informação em tempo útil, permitindo comunicar, disponibilizar, georreferenciar e mapear os territórios da Cidade de Lisboa. Assim, é possível verificar se determinada pessoa já beneficia de algum apoio por parte dos serviços com responsabilidade na área social, permitindo otimizar os recursos e desta forma auxiliar mais pessoas.

A conceção do *Website* que se pretende acessível à comunidade em geral, também promove o acesso à informação, bem como a responsabilidade social de todos os envolvidos no Projeto. Com o mesmo pretende-se a difusão, divulgação de documentos, de ações, e contactos úteis dos estabelecimentos. Os conteúdos do *Website* deverão dar conta do trabalho desenvolvido e desencadeado pelos parceiros e pelos Radares Comunitários, bem como promover respostas locais integradas e de proximidade, operacionalizando uma estratégia capaz de fortalecer e promover a identidade do Projeto.

A constituição de um Conselho Consultivo, formado por conselheiros de âmbitos multidisciplinares, e de uma Comissão de Acompanhamento formada por pessoas 65+, reconhecidas nas comunidades, pretende promover o diálogo e o surgimento de novas ideias e conceitos, devendo ser uma mais-valia ao possibilitar o fomento da confiança, um conjunto de



contributos e de apreciações que concedem maior vigor, rigor e multiplicidade de visões na implementação das medidas e políticas (existentes e a criar) a que lhes dizem respeito.

O Projeto Radar constitui-se como um projeto inovador que se destaca na multidisciplinaridade das suas equipas e no trabalho em rede, que garantem um olhar holístico e multifacetado no encontro de respostas diferenciadas, integradas e de proximidade, que visam responder às privações, expectativas e potencialidades da população 65+, consolidando a construção da estrutura organizativa do Centro Local de Informação e Coordenação (CLIC).

O seu carácter proactivo e reflexivo pretende contribuir para uma mudança de paradigma, incentivando o próprio a ir ao encontro das instituições, de forma a prevenir a institucionalização e as invisibilidades do sistema. Pretende, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que já atingiram os 65 anos de idade, para a garantia de satisfação das atividades de vida diária e de apoio psicossocial, assim como colaborar na prestação de cuidados de saúde, visando o bem-estar físico, mental e a autonomia.

A sua visão integrada promove novas formas de cidadania e de participação no espaço público, facilita a construção de bairros mais solidários, comunicativos e atentos, possibilitando “Falar. Escutar. Cuidar”, comprometendo-se a prevenir e a reduzir o risco de isolamento e de solidão. Com base nos resultados obtidos incita-se uma resposta integrada e de proximidade nas situações que demandam maior preocupação e responsabilidade, procurando alterar o paradigma instituído.

Poster - Inovação e a Mudança Social no Projeto Radar⁴⁷

A Inovação Social tem um papel importante na compreensão sobre como configurar alternativas possíveis de transformação social, através da compreensão da trajetória evolutiva da intervenção social, e como a experiência ocorrida (ou a ocorrer) constrói um processo em direção à mudança social desejada (cf. Mouleart et al., 2010; BEPA 2010).

Segundo o Bureau of European Policy Advisers (BEPA) a Inovação Social é definida como uma abordagem de processo e “produto” que provoca novas formas de interações sociais entre os indivíduos para se alcançar determinados resultados (BEPA, 2010:24-26).

A perspetiva da Mudança Social também compreende a Inovação Social como um processo evolutivo de resposta às necessidades sociais, porém, vai além da promoção de mudanças no sentido de uma sociedade mais participativa a partir de processos de aprendizagem e *empowerment*. Uma vez que, envolve as pessoas nos processos de mudanças ao nível das atitudes, dos valores, das estratégias, dos sistemas organizacionais e de trabalho, das responsabilidades e papéis das instituições, assim como novas formas de se relacionarem e tomarem decisões.

A Inovação Social proporciona um aperfeiçoamento das relações sociais em sentido micro (entre indivíduos), meso (entre grupos sociais) e macro (a nível da comunidade). Assim, há um processo de fortalecimento de capacidades, que os atores sociais e grupos utilizam para

⁴⁷ Anexo 3.3 - Poster a Inovação e a Mudança Social no Projeto Radar.



desempenharem papéis na sociedade que provoquem mudanças de forma a promover a coesão social.

A Inovação Social é apresentada por Moulaert como uma [alternativa para combater a exclusão social, uma vez que, assume um procedimento de continuidade, fluidez, conexões, que ocorre em vários contextos e níveis, estando assim centrado na pessoa: há sempre a preocupação com a condição humana; superar a exclusão social, melhorar a qualidade da prestação de serviços, melhorar a qualidade da vida humana e de bem-estar. Isso significa, é claro, que a inovação social não pode ser separada nem do seu contexto sociocultural, nem do seu contexto sociopolítico. (Moulaert et al., 2010)]⁴⁸. Deste modo, na ótica do Projeto Radar, a Inovação Social deverá ser uma alternativa para promover a coesão social essencialmente através do reconhecimento e da valorização das pessoas 65+.

Moulaert realça a importância dos diferentes atores serem envolvidos na compreensão e construção da solução/resposta face à situação-oportunidade⁴⁹. No caso do Projeto Radar esta é uma premissa que desde da sua conceção está presente, e é inclusive, uma das dimensões diferenciadores do Projeto. Este envolvimento e compreensão comum é fundamental para a sustentação das possíveis soluções, visto que, todos em conjunto devem dialogar e rumar para a construção de uma resposta abrangente consistente. Neste sentido, a Inovação Social no âmbito do Projeto Radar envolve a transdisciplinaridade na forma de compreender a situação em análise e na implementação da resposta, onde a informação é devidamente refletida e partilhada pelos parceiros.

André e Abreu (2006) definem a Inovação Social como: uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três critérios: (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agentes ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, assim, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder (cf. André e Abreu, 2006: 2).

Deste modo, o Projeto Radar pretende fazer um levantamento das pessoas 65+ de todas as freguesias da Cidade de Lisboa, com vista a repensar as políticas, as respostas existentes e as ações a desenvolver tendo em conta as expectativas, privações e potencialidades de cada pessoa entrevistada. Valorizar, dignificar e reconhecer o valor da pessoa 65+ a fim de promover a inclusão da população de idade avançada na sociedade contemporânea.

A Inovação Social é entendida como sistema que provoca ruturas e promove mudanças conjunturais e estruturais. Posto isto, é possível afirmar que, a Inovação Social assume uma dimensão políticoideológica que deverá responder aos diversos contextos.

⁴⁸ Tradução livre da citação *“there is always the concern about the human condition; to overcome social exclusion, to improve the quality of service provision, to improve the quality of human life and of well-being. This means of course that social innovation cannot be separated either from its social-cultural, or from its social-political context”* (Moulaert et al., 2010: 15).

⁴⁹ O autor dá ênfase ao problema centrando-se numa tônica de negatividade e exclusão, e que não vai de acordo à essência do Projeto Radar. Deste modo, o Projeto sugere o conceito de situação-oportunidade para se referir a situações/contextos em que haja algo que não esteja a funcionar como seria suposto e/ou haja possibilidade de fazer algo para melhorar.



Conclui-se, assim, que a Inovação Social consiste num processo orientado para a mudança social que pretende satisfazer necessidades humanas, no qual se estabelecem novas relações entre pessoas e grupos sociais, desenvolvem capacidades e se agregam competências para a satisfação dessas necessidades.

CICLO DE INOVAÇÃO SOCIAL

O ciclo de inovação social de Murray et al (2010: 3) define a Inovação Social como um processo evolucionário em que surgem novas ideias (que podem ser produtos, serviços ou modelos) que não só respondem a uma questão social, mas que também provocam novas relações sociais e colaborações. Para compreender a evolução desse processo, os autores identificaram as seis fases que compõem o ciclo da Inovação Social, que serão adiante apresentadas⁵⁰.

Primeira fase - Avisos, inspirações e diagnósticos: nesta etapa já existem todos os fatores que destacam a necessidade de inovação, bem como as inspirações que dão início à imaginação criativa de novas evidências. Esta etapa envolve o diagnóstico da situação-oportunidade e a formulação da pergunta de tal forma que as causas da situação, e não apenas os seus sintomas, sejam abordados. Enquadrar a pergunta certa é o caminho para encontrar a solução, o que significa ir além dos sintomas para identificar as causas particulares. É uma fase de análise e de olhar sobre a situação-oportunidade (cf. Murray et al., 2010: 14);

Segunda fase - Propostas e ideias: esta é a fase de geração de ideias. Este momento de geração de ideias pode envolver métodos formais ou informais. Nesta fase, é importante destacar que tão importante quanto a ideia em si, é o processo na qual a mesma é elaborada e aplicada. Desta forma, o envolvimento dos *stakeholders* (parceiros internos e externos) desempenha um aspeto fundamental para trazer legitimidade e sucesso à inovação: “na maioria dos casos, o sucesso da inovação dependerá da participação e envolvimento de uma ampla variedade de interesses - os usuários e beneficiários da inovação, bem como os produtores e fornecedores” (Murray et al., 2010: 30)⁵¹. Nesta fase também se procura conhecer experiências existentes que trabalham com uma situação-oportunidade idêntica a fim de aprender com as mesmas, entendendo os seus pontos críticos e avanços, de modo, a que isso possa inspirar a iniciativa que se está a construir;

Terceira fase - Protótipos e pilotos: este é o espaço onde as ideias são testadas na prática. Isto pode ser feito simplesmente por teste da ideia ou por meio de pilotos mais formais, protótipos e ensaios clínicos randomizados. O processo de refinar e testar as ideias é particularmente importante, pois é pela interação, tentativas e erros, que se reúnem forças, e os conflitos são resolvidos. Por isso, há que ter em conta alguns aspetos importantes, tais como

⁵⁰ Estas fases vão desde o momento em que a situação-problema é percebida por uma comunidade, organização social ou empreendedor social e é criada uma resposta para a mesma, até o momento em que essa resposta se torna uma tecnologia social sustentada, capaz de possibilitar que a mesma possa ser levada a outros contextos com situações idênticas.

⁵¹ Tradução livre da citação “*In most cases the success of the innovation will rest on the participation and involvement of a wide variety of interests - the users and beneficiaries of the innovation as well as the producers and suppliers*” (Murray et al. 2010: 30)



a concretização das ações, a duração da realização, os custos desembolsados e a recolha dos feedbacks dos atores envolvidos. Deste modo, as ações devem ser concretizadas com tempo de realização ágil, custos baixos e com feedbacks do público-alvo e outros *stakeholders* (parceiros internos e externos) relevantes. Estes aspetos irão proporcionar, nesta fase, uma compreensão da eficiência e eficácia da iniciativa criada e quais as reais condições para a sobrevivência da ideia (cf. Murray et al., 2010: 50);

Quarta fase – Manutenção ou sustentação: fase na qual a ideia se torna uma prática quotidiana e, por isso, é estabelecida toda a estrutura organizacional necessária não só para a realização da iniciativa, mas também dos recursos necessários para mantê-la. É nesta fase que se percebe de que forma o projeto se articula com o ambiente, e como consegue estabelecer uma rede de conexões entre os elementos desse sistema viabilizando os objetivos do mesmo. Portanto, diz respeito à rede de relações e à forma como são articulados: as fontes de financiamento diversas (fundos públicos, patrocínios privados, doações individuais), o desempenho dos técnicos, o apoio de voluntários, o sistema de governação e gestão, as tecnologias disponíveis, a relação com as políticas públicas, a integração com outros serviços de outras instituições, os canais de escuta e/ou participação dos beneficiários e demais *stakeholders*, etc. (cf. Murray et al., 2010: 58-80);

Quinta fase - Escala e difusão: nesta fase há uma série de estratégias que são aplicadas para que a solução cresça a fim de ser disseminada para outros contextos. Esta é a fase em que o valor da iniciativa é testado, dado que, os novos contextos tendem a questionar se a ideia realmente funciona, sendo comum serem realizadas avaliações e pesquisas para apontar a eficiência e eficácia da iniciativa. Este processo pode dar-se de forma espontânea ou de forma planeada. É importante salientar que nesta fase, a inovação adquire um carácter mais flexível, uma vez que, são feitos os ajustes necessários de acordo com os novos contextos. Nesse sentido, quanto mais simples for a ideia e focada naquilo que é essencial, maior será sua capacidade de difusão (cf. Murray et al., 2010);

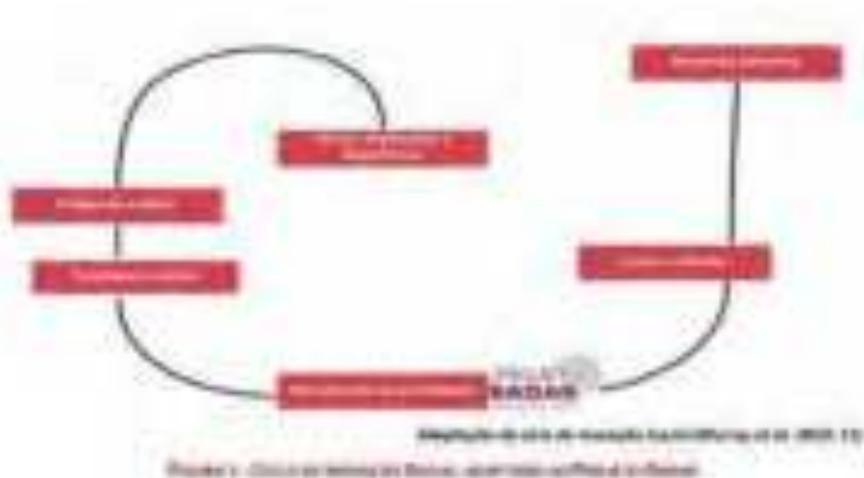
Sexta fase - Mudança Sistémica: este é o objetivo final de Inovação Social, é a fase em que a solução é adotada e utilizada por diversos atores sociais e instituições e passa a ser parte do sistema. A mudança sistémica normalmente envolve a interação de muitos elementos tais como: movimentos sociais, modelos de negócios, leis e regulamentos, dados e infraestrutura e novas formas de pensar e agir. Para tal, o projeto/programa carregou em si uma capacidade transformadora ao provocar uma mudança cultural e política na forma como a situação-alvo do processo de inovação era percebida e tratada, introduzindo novas ações, determinando mudanças de pensamento e comportamento capazes de interferir nas estruturas de poder que determinavam a mesma (cf. Murray et al., 2010: 13).

De ressaltar que as fases enunciadas não seguem necessariamente a configuração apresentada. São comuns os *loops* entre as mesmas de acordo com as aprendizagens e resultados que vão sendo realizados à medida que a iniciativa é testada. O facto de muitas iniciativas ampliarem o diagnóstico no momento da prototipagem e da sustentação, realizando assim as adaptações necessárias, ilustra esta afirmação. Ainda que o modelo proposto pareça



ser linear, o desenvolvimento de inovações sociais é mais parecido com múltiplos espirais⁵² sendo o processo de fases interativo, fluído, dinâmico e, podendo inclusive, ser sobreposto.

Na figura apresentada, pode-se observar a fase do ciclo de Inovação Social na qual Projeto Radar se encontra – manutenção ou sustentação.



O Projeto Radar já passou pelas fases iniciais dos avisos, inspirações e diagnósticos e propostas e ideias, onde identificou a situação-oportunidade e os desafios. Nesta fase, a equipa do Projeto Radar teve a possibilidade de conhecer e inspirar-se no Programa Radar da cidade de Barcelona.

Após estas duas fases, sucedeu a fase de protótipos e pilotos, na qual foi testado o projeto-piloto nas freguesias do Areeiro, Ajuda e Olivais. Esta Fase Piloto foi fundamental para o Projeto, uma vez que possibilitou testar a ideia e refiná-la para as fases posteriores.

Após a conclusão da 2ª Fase, o Projeto transitou da etapa de manutenção ou sustentação para a fase de escala e difusão. Os contributos avaliativos facultados pelos diferentes agentes envolvidos no Projeto permitiram o aperfeiçoamento e a sustentação de ideias, procedimentos e métodos para a 3ª Fase. Fala-se numa transição para a etapa da escala e difusão porque a UMSC tem recebido pedidos de outros municípios para implementarem o Projeto Radar nos seus concelhos.

MUDANÇA SOCIAL

O conceito de mudança social foi desenvolvido principalmente a partir de 1950-1960 (Reeler, 2007: 5) sendo definido como o esforço consciente para contrabalançar o impacto de injustiças económicas, sociais e políticas que afetam as pessoas mais vulneráveis e marginalizadas, incluindo o acesso desequilibrado a recursos, bens e serviços (cf. Guijt, 2008: 8).

A Teoria da Mudança Social permite compreender o processo de transformação existente entre a emergência de uma situação-oportunidade e a efetivação da sua resposta.

⁵² Motivo que justifica a sua representação em forma de uma espiral



Nesse sentido, estabelece uma análise processual entre a Inovação Social e a Mudança Social, uma vez que toda a abordagem de Moulaert et al. (2010) compreende a Inovação Social numa perspectiva da transformação orientada à Mudança Social. Assim, pode-se afirmar que o conceito de Mudança Social carrega uma dimensão de processo percorrido, de transformações estruturais que originam alterações nas estruturas de poder.

A Inovação Social permite compreender como se compõe um processo de transformação social. Por outro lado, a Teoria da Mudança Social, embora também conduza a uma abordagem processual, procura situar esse processo entre a emergência da mudança e a forma como esta é conduzida. Deste modo, Reeler (2007) estabelece três tipos de Mudança Social: Emergente, Transformadora e Projetável ou Projetada.

A Mudança Social Emergente (a estrada é feita para caminhar) ocorre de forma irregular e adaptativa ao longo do processo e da experiência. Por norma é caracterizada como uma mudança caótica, acidental e pouco previsível. Emerge, numa fase pioneira, experimentalmente à medida que encontra a sua identidade e propósito, aprendendo o seu caminho para o futuro. Muitas vezes funcionando informalmente por regras não escritas, conservadas pela vontade e pela personalidade, numa atmosfera intensa e pessoal.

A Mudança Social Transformadora (através da crise e “desaprendizagem”) é comum em contextos de crises, conflitos e de bloqueios em relação à resolução de determinada situação. Este tipo de mudança assume uma interferência profunda na resolução da situação, portanto, já é mais consciente e proativa. Nesta mudança é necessária uma transformação que permita abandonar a informalidade, uma “desaprendizagem” das regras não escritas, abrindo caminho para um novo regime. Esse desapego não é simplesmente um processo instrumental de instalação de novos sistemas, mas uma transferência de poder e uma mudança de cultura.

A Mudança Social Projetável ou Projetada (trabalhar com um plano) é uma mudança planeada, tendo metas e resultados esperados, e com uma estratégia definida para alcançá-los, envolvendo os diferentes atores sociais no processo de desenvolvimento e implementação do Projeto. Reeler (2007) refere que em cada processo de transformação social não se dá exclusivamente um só tipo de mudança, podendo ocorrer vários tipos de mudança⁵³. Uma delas passa a ser mais predominante do que as outras, de acordo com os contextos em que emerge.

De acordo com os tipos de Mudança Social anteriormente apresentados, o tipo de mudança mais preponderante ao Projeto Radar é a Mudança Social Projetável/Projetada (trabalhar com um plano). Uma vez que tal como o nome indica esta é uma mudança projetável, que tem um plano desenhado, com metas e resultados a alcançar e com estratégias e meios específicos para alcançá-los.

A metodologia da investigação-ação⁵⁴ (centrada nos sujeitos e orientada para a resolução e mudança) potencia e possibilita um aperfeiçoamento e progresso ao longo do

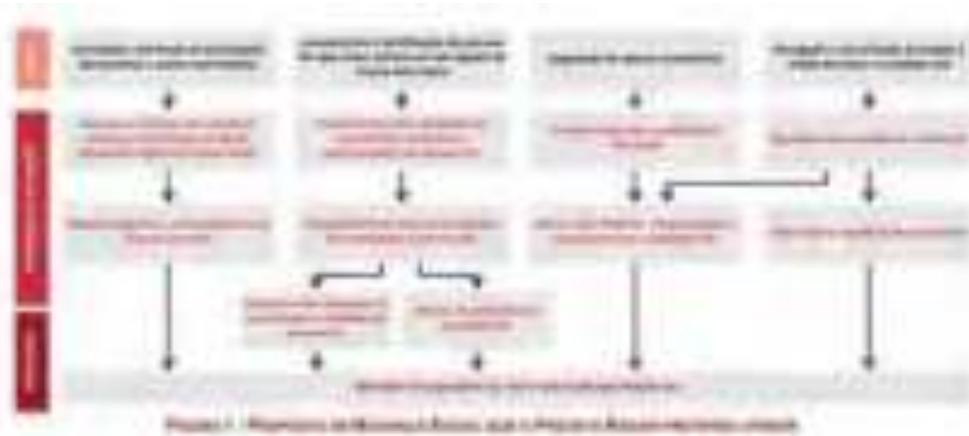
⁵³ Por exemplo, uma situação específica de desenvolvimento pode ser caracterizada como um processo dominante de mudança emergente, mas pode haver subprocessos menores de mudança transformadora ou projetável.

⁵⁴ “(...) um processo no qual os investigadores e os atores conjuntamente investigam sistematicamente um dado e põem questões com vista a solucionar um problema imediato vivido pelos atores e a



projeto/intervenção, o que acaba por ir ao encontro do “lema” da Mudança Social Emergente - a estrada é feita para caminhar. Deste modo, podemos conjecturar que ao longo do Projeto possa haver Mudança Social Emergente e Projetável/Projetada.

De seguida, é possível observar as mudanças que o Projeto Radar pretende alcançar, qual a sua finalidade e de que forma vão ser alcançadas as mudanças esperadas.



Como principais mudanças que o Projeto pretende alcançar destaca-se: o reforço e valorização da pessoa 65+ e das respostas sociais existentes; o papel mais colaborativo e corresponsável da comunidade e do comércio local com este grupo populacional; e do trabalho em rede e colaborativo, a fim de diminuir e evitar a duplicação de respostas e promover a partilha de informação.

Na perspetiva e filosofia do Projeto, é fundamental e necessário, produzir uma mudança e rutura na forma como se olha e considera a pessoa 65+, não olhando apenas para esta população como aquela que necessita de apoio e suporte, mas também e principalmente como um ativo a valorizar. Assim, é crucial reconhecer e valorizar o enorme contributo que as pessoas 65+ prestam à sociedade, criando mais oportunidades para que este grupo populacional possa desenvolver o seu potencial.

Para tal, é fundamental o incentivo à participação e ao envolvimento dos cidadãos, particularmente às pessoas 65+, tanto na recolha de informação e dados sobre a forma como experienciam e vivenciam o seu próprio processo de longevidade; como na reflexão, desenvolvimento e desenho dos trabalhos a realizar em prole desta geração. É com esta intencionalidade e objetivo que se constituíram duas assembleias colaborativas e de auscultação (Conselho Consultivo e Comissão de Acompanhamento), fundamentais e complementares no cumprimento do Programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades” e do Projeto Radar.

enriquecer o saber cognitivo, o saber-fazer e o saber-ser, num quadro ético mutuamente aceite” (Alcides Monteiro, 1988 cit. In Guerra, 2010:53)



Pretende-se mobilizar esta faixa etária, para que possa influenciar e contribuir para o desenvolvimento do seu bem-estar e das gerações futuras, reforçando a experiência, sabedoria e conhecimentos deste grupo populacional.

Como refere Fonseca (2006, citado em André, 2019:44) a propósito da participação das pessoas 65+ nos processos de decisão relacionados com a promoção da longevidade na comunidade, produz efeitos potenciadores no seu bem-estar físico e psicológico (autonomia, autoconceito, autoestima, *locus* de controlo), tendo igualmente um importante efeito na mudança dos papéis sociais atribuídos aos mais velhos.

Estes grupos de participação devolvem autonomia e reconhecimento, fomentando a pluralidade de ideias, o compromisso com a cidadania e a apropriação do espaço para uma maior coesão, mobilização e mudança social. Assim, verifica-se que a grande finalidade do Projeto Radar é a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das pessoas 65+ que residem na Cidade de Lisboa potenciando a valorização e reconhecimento dos papéis sociais ao longo da vida: a nível individual, através do momento da entrevista; como comunitário e societal, por meio das ações de sensibilização, da angariação de Radares Comunitários e da promoção de mesas participativas.

Poster - Imagem Positiva da População 65+⁵⁵

A longevidade da população representa atualmente um dos maiores acontecimentos da história da humanidade e um dos maiores desafios do século XXI. As últimas décadas do século passado registaram um aumento ininterrupto do número de pessoas com 65 ou mais anos, que transformou as sociedades mais desenvolvidas com o aumento da população de idade avançada. As conjugações da queda da fecundidade com o aumento da esperança média de vida influenciam esta transformação na sociedade portuguesa (Cabral, 2013).

Este fenómeno positivo para os indivíduos e comunidades resultam da melhoria dos cuidados de saúde, das condições de higiene e de alimentação, e dos progressos da medicina e da tecnologia (Cabral, 2013).

A existência de um número cada vez maior de população 65+ constitui um desafio para as comunidades, uma vez que surgem novas necessidades com eventuais implicações em diversas áreas (individual, saúde, educação, cultura, trabalho, segurança social, entre outras). A criação e a manutenção de contextos favoráveis e facilitadores ao aumento da longevidade tornam-se indispensável na promoção do bem-estar na população 65+, para que possa continuar a ser, pelo maior tempo possível, autónoma e socialmente relevante.

Estas alterações demográficas criam oportunidades no reforço da solidariedade entre as gerações, sendo necessário desenvolver esforços em vários domínios, nomeadamente, garantir que o potencial de todas as gerações é desenvolvido e que, simultaneamente, se criem condições para a sua realização; se altere a perceção relativa à população com 65 ou mais anos; se encare o ciclo de vida como noção básica e normal para tratar os dilemas transgeracionais.

⁵⁵ Anexo 3.4 - Poster Imagem Positiva População 65+



Esses desafios prendem-se com a forma como a população 65+ se encontra representada na sociedade, pois as características que a definem, por norma, estão associadas a preconceitos, mitos e estereótipos e estes surgem pelo simples facto de pertencerem a um determinado grupo etário.

A alteração da perceção relativa à população com 65 ou mais anos decorre da valorização da longevidade e do reconhecimento deste grupo populacional em contexto comunitário. Assente na promoção de uma cultura de respeito e dignidade em todas as fases da vida, no respeito pelos diversos papéis sociais desempenhados pelos cidadãos ao longo da vida, na conservação das redes de suporte social, familiar e de vizinhança ao longo da vida, no desenvolvimento de políticas de solidariedade intergeracional e na utilização de imagens positivas sobre a população 65+, de forma a combater estereótipos, mitos e preconceitos (André, 2019).

As representações e atitudes positivas quanto aos ciclos de vida contribuem para o desenvolvimento de ambientes comunitários mais compreensivos e solidários relativamente às diferentes necessidades, desejos e interesses da sua população, renovando o sentido de comunidade enquanto rede de relações de pertença, de responsabilidade e solidariedade entre gerações (André, 2019).

Para uma valorização efetiva da longevidade é necessário criar espaços de proximidade e partilha entre gerações, de modo a contrariar a perda de contacto entre as gerações. Ao aceitar e compreender cada geração é possível desconstruir alguns dos estereótipos associados à idade avançada. O intercâmbio de experiências e de comunicação promove a cooperação e a solidariedade intergeracional, assim como a existência de representações mais positivas e realistas da população 65+ (Cabral, 2016).

Os desafios e dilemas da longevidade são superados quando as diferentes naturezas políticas, científicas e sociais se juntam e desenvolvem em conjunto uma cultura positiva e alargada face às pessoas com 65 ou mais anos. Esta transformação implica o contributo de várias entidades para a dignificação da imagem desta população (Carneiro, 2012).

O Projeto pretende transformar o paradigma institucional ao promover pressupostos humanistas e sociais, que refletem e definem novas estratégias de intervenção e fomentam uma imagem atual e atrativa, capaz de reconhecer a importância da população com 65+. As imagens utilizadas na sua comunicação, divulgação e promoção ajudam a desconstruir os estereótipos associados à idade, uma vez que realçam a heterogeneidade desta população e reforçam a sua autoestima e bem-estar, com o foco na autonomia e na participação ativa das pessoas de idade avançada.

O lema do Projeto “Falar. Escutar. Cuidar.” reflete a valorização das competências e capacidades, em particular, deste grupo etário e das comunidades para que cada pessoa se auto-percepcione como agente da sua própria mudança, ao partilhar as suas expectativas e potencialidades, que através da rede de parceiros estabelecida pressionam os serviços no sentido da sua melhoria. A mudança de paradigma exige uma lógica transversal e de parceria, como se reflete no desenvolvimento do Projeto Radar.



Poster - Intergeneracionalidade no âmbito do Projeto Radar⁵⁶

Ao longo dos últimos anos tem-se assistido a uma transformação da sociedade, relacionada com o aumento da longevidade. Este processo natural desencadeia novas necessidades e oportunidades em diversas áreas.

A longevidade pode ser entendida com complexidade, isto porque se, por um lado, representa um ganho no desenvolvimento social, por outro, revela ser uma questão com impacto multicausal, que requer respostas diferenciadas e adaptadas. Assim, importa desenvolver medidas preventivas e de sensibilização, com uma atuação integrada entre as várias entidades e da sociedade em geral, que conduzam à criação e manutenção de contextos favoráveis e facilitadores de bem-estar e qualidade de vida.

Um dos grandes desafios emergentes prende-se com a criação de condições para que a população 65+ se mantenha ativa e participativa na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e dos assuntos que lhes dizem diretamente respeito. Porém, o individualismo, o enfraquecimento dos laços sociais e o isolamento desta faixa etária estão cada vez mais presentes nas sociedades atuais.

O Projeto Radar tem o intuito de responder a alguns dos desafios da longevidade ao contribuir para promoção do bem-estar, da proximidade e cidadania, da participação no espaço público e da partilha entre gerações. Na sua abordagem pretende garantir uma sociedade adaptada e coesa para todas as idades, onde o aumento do tempo de vida seja acompanhado por um aumento da qualidade de vida. Desta forma, reconhece-se que “uma sociedade para todas as idades pressupõe uma outra (com)vivência entre gerações e, claro, uma interação saudável entre idades. A maior longevidade humana constitui, já o dissemos, um desafio crescente à sociedade atual” (Palmeirão, 2007 p. 72, citado por Cabral, 2016).

Nesse empenho, o Projeto Radar procura que o prolongamento da vida seja acompanhado por sociedades mais atentas, próximas, solidárias, equitativas e flexíveis. A implementação dos objetivos e compromissos, segundo uma metodologia participativa e interativa, (re)aproxima e associa diferentes gerações, em resposta às necessidades emergentes. As comunidades e as entidades devem estar alinhadas com essas exigências, garantindo um olhar holístico e multifacetado, atento e cuidado à população 65+, salvaguardando as redes familiares, de suporte e comunitárias e a prestação de cuidados individualizados (a nível de saúde. Funcional, de adequação, integração e orientação para a pessoa).

Por se sustentar na intervenção comunitária, o Projeto procura o encontro, a partilha e a participação de todos no exercício pleno da cidadania, diálogo e solidariedade intergeracional. O intercâmbio de experiências e de comunicação facilita a compreensão de e entre todos, promovendo o respeito e cooperação entre as diferentes gerações. Esta partilha de aprendizagens permite às gerações mais novas lucrar com o saber das pessoas com 65 ou mais anos, e às gerações anteriores valorizar a identidade social.

⁵⁶ Anexo 3.5 - Poster Intergeneracionalidade no Projeto Radar.



O Projeto Radar pretende, assim, criar e sustentar vínculos entre as diferentes pessoas e gerações e com a comunidade, num firme compromisso de proximidade, intervenção e acompanhamento à população 65+, através da solidariedade intergeracional.

Em suma, as relações intergeracionais vão ao encontro dos objetivos fundamentais do Projeto, uma vez que contribui para contrariar o isolamento social e a solidão não desejada; incentiva à participação cívica e suscita um sentimento de valorização e preponderância; fomenta a compreensão e o respeito entre gerações, através da partilha de realidades, vivências, saberes, valores, opiniões e competências; promove o sentido de identidade e pertença social pela ação colaborativa das diversas entidades parceiras do Projeto e pela sensibilização da comunidade (Radares Comunitários); incentiva a construção de redes de solidariedade social, que promovam a cidadania e o diálogo intergeracional, integrando todas as pessoas do bairro/freguesia/cidade, na diversidade dos seus perfis sociais e etários.

Objetivos	Intervenções comunitárias e comunitárias
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de intervenções • Incentivo à participação cívica e social das pessoas 65+ através da partilha de experiências e saberes • Estabelecimento de relações de proximidade e apoio mútuo entre as pessoas 65+ e os jovens • Desenvolvimento da participação cívica e social das pessoas 65+ • Criação de redes de proximidade e apoio mútuo entre as pessoas 65+ e os jovens • Promoção da participação cívica e social das pessoas 65+ através da partilha de experiências e saberes 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção e desenvolvimento de intervenções comunitárias • Criação de redes de proximidade e apoio mútuo entre as pessoas 65+ e os jovens • Desenvolvimento da participação cívica e social das pessoas 65+ • Promoção da participação cívica e social das pessoas 65+ através da partilha de experiências e saberes • Criação de redes de proximidade e apoio mútuo entre as pessoas 65+ e os jovens • Promoção da participação cívica e social das pessoas 65+ através da partilha de experiências e saberes

Poster - A Intervenção Proximal Humanista⁵⁷

O Projeto Radar, como estratégia metodológica, aposta numa aproximação eficaz à realidade contextual das pessoas 65+ da Cidade de Lisboa, optando pela constituição de equipas de proximidade/*outreach* por forma a otimizar um levantamento mais fino e mais integrado das dinâmicas existentes nas 24 freguesias de Lisboa. Historicamente, *outreach* é uma metodologia de intervenção centrada na pessoa e na sua relação com a comunidade de pertença, destinando-se a pessoas em situação de risco/vulnerabilidade com pouco ou sem contato com serviços sociais e de saúde (Rhodes, 1996).

O objetivo deste método de intervenção centra-se no apoio prestado às pessoas na procura de soluções para os seus problemas, facilitando o acesso a serviços sociais e de saúde, por forma a minimizar o impacto dos danos individuais e de contexto (Kloppenburger & Hendriks, 2010).

⁵⁷ Anexo 3.1 - Poster a Importância do Trabalho Colaborativo



Esta metodologia propõe uma intervenção que possibilita alcançar contextos e dinâmicas que, por alguma razão, se afastaram para a margem. Este afastamento pode atribuir-se a diversas razões, do isolamento à solidão ou ainda ao estigma, marginalização e escassez de recursos (sociais e económicos), que dificultam ou limitam o acesso à saúde, tendo em conta aquilo que a Organização das Nações Unidas define como determinantes sociais da saúde, que não permitem o exercício de uma cidadania plena.

Por tudo isso, esta abordagem constitui-se como uma alavanca de mudança na relação cidadão/comunidade. A ação bidirecional que a caracteriza permite que as equipas de *outreach* devolvam uma radiografia de carácter local, onde a observação participante, auxiliada por conversas informais, permite uma avaliação da problemática social existente no local de pertença do sujeito; por outro lado, a proximidade ao indivíduo, através da escuta ativa, dá vida à narrativa do quotidiano dos indivíduos/grupos, ideias e discursos na primeira pessoa que permitem caracterizar problemas e carências vividas, evidenciando relacionamentos interpessoais e sociais essenciais ao sujeito.

As equipas de *outreach* orientam a sua atividade por uma lógica interventiva de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD). Esta filosofia, importada de outras áreas de intervenção, nomeadamente com populações ocultas, é de cariz gradualista, pragmático e humanista. Como referem Fernandes, Pinto e Oliveira (2006), a RRMD, como prática interventiva, visa adequar uma resposta em função das necessidades da população-alvo em vez de impor a exigência da sua adaptação aos dispositivos existentes.

A RRMD decorre em dois tempos de ação: o primeiro diz respeito a um conjunto de atividades orientadas para reduzir os riscos decorrentes das fragilidades da população alvo (isolamento, solidão, estigma, marginalização, entre outros); o segundo enfoque são os danos que, a existirem, podem ser pelo menos minimizados, prevenindo o seu agravamento (Patrício, 2002).

Esta abordagem pragmática à realidade apoia-se numa visão humanista, onde a relação de ajuda é fortemente alicerçada na de confiança. Este vínculo permite reforçar e promover a utilização mais funcional dos recursos internos do indivíduo, ou seja, “implica a capacidade de criar relações que facilitem o crescimento do outro como pessoa independente, isto é «promover na outra pessoa o crescimento, o desenvolvimento, a maturidade, um melhor funcionamento e maior capacidade de enfrentar a vida” (Rogers, 2009). Segundo Soulet (2007), “Aquilo que é privilegiado não é tanto a conformidade, mas sim o investimento num processo partilhado, daí os acolhimentos repetidos que são organizados de modo a estabelecer uma relação antes mesmo que o investimento em si (eventualmente) surja. A noção de pacto caracteriza, melhor do que a definição de projecto...”.

Em suma, o Projeto Radar propõe-se a providenciar ao indivíduo e à sua comunidade, a (re)ligação/(re)construção de um “casulo de segurança ontológica” (Soulet, 2007), ao identificar pistas para reconstruir a inversão relacional, na procura pela não-desafiliação.



Reuniões Sistemáticas

Fundamentadas no paradigma estratégico, organizacional e funcional do trabalho em rede, as reuniões sistemáticas convocam regularmente os parceiros (internos e externos) com o propósito de tratar questões que lhe são pertinentes.

O trabalho em rede, característica estrutural do Projeto Radar, fundamenta a realização de reuniões sistemáticas com os parceiros (internos e externos). Através delas, pretende-se promover o envolvimento e a corresponsabilização na tomada de decisões e a divulgação dos resultados e desenvolvimentos do Projeto.

Estas reuniões são a assunção concreta da perspectiva interinstitucional e interoperacional do Projeto, uma vez que envolvem e corresponsabilizam todos os parceiros nas suas principais áreas de atuação; enformam também a partilha de informação e de responsabilidades de gestão e a tomada conjunta e/ou articulada de decisões.

O Projeto Radar propõe-se, assim, como uma via para robustecer as redes comunitárias, trabalhando com vista à promoção de condições que possibilitem a manutenção do grupo populacional 65+ nos seus contextos, com mais qualidade de vida.

A transformação dos processos de organização e gestão institucional, no sentido de uma maior articulação entre entidades – fundamental para a obtenção de ganhos ao nível da eficácia e da eficiência –, inscreve-se na própria natureza do Projeto Radar, que pretende produzir um efeito de rutura e mudança em vários sectores da sociedade.

Plano de Reuniões *Focus Group*

As reuniões de equipa de Projeto Radar foram dinamizadas com o objetivo central de desenvolver o sentimento de grupo entre as Equipas de Rua (Entrevistadores), no sentido de garantir a segurança, estimular a partilha, a autonomia e a cooperação, incentivando a investigação, através da focalização da discussão e da compreensão dos contributos.

No que respeita à fase piloto do Projeto Radar, foram totalizadas 19 sessões do Plano de Reunião *Focus Group*, sendo que estas contaram com a presença das Equipas de Rua (dez Entrevistadores), um dinamizador e um auxiliar de moderação (Equipa *Backoffice* UMSC); Na 2.ª fase do projeto, foram totalizadas 16 sessões do Plano de Reunião *Focus Group*, sendo que estas contaram com a presença das Equipas de Rua (50 Entrevistadores), um dinamizador e um auxiliar de moderação (Equipa *Backoffice* UMSC).

Na 3ª Fase do Projeto Radar foram realizadas 13 sessões do Plano de Reunião *Focus Group*, sendo que estas contaram com a presença das Equipas de Rua (50 Entrevistadores), um dinamizador e um auxiliar de moderação (Equipa *Backoffice* UMSC).

Em todas as fases do projeto o desenvolvimento destas sessões contou com a colaboração de parceiros internos e externos, e ainda o Conselho Consultivo.



Em suma, destacamos alguns contributos e tópicos de reflexão que emergiram das respectivas sessões:

Atuação dos Técnicos Radar

- Posicionamento estratégico e organização das Equipas de Rua (Entrevistadores) no contexto de intervenção;
- Reconhecimento da evolução da Equipa de Rua ao nível das suas competências técnicas, pessoais e sociais;
- Processo de adesão de Radares Comunitários (Voluntários/as, Vizinhos/as, Famílias e Comércio Local). Esta intervenção passou a ser da responsabilidade dos Entrevistadores, que contaram com um novo documento de apoio, criado para facilitar a integração dos dados das adesões dos Radares Comunitários ao Projeto Radar;
- Acompanhamento e articulação entre os Entrevistadores e as Equipas de Apoio a Idosos (EAI's). Os Entrevistadores assumiram de forma partilhada as funções, tarefas e responsabilidades designadas às EAI's, elaborando telefonemas de despiste e confirmação de dados, assim como acompanhando-as em visitas domiciliárias e em atendimentos sociais, no âmbito da sua intervenção;
- Importância da promoção de escuta ativa aquando da entrevista, principalmente no momento da recolha de dados qualitativos referentes às expectativas, privações e potencialidades dos participantes do Projeto⁵⁸
- Importância da Carta de Apresentação do Projeto Radar para a administração dos condomínios⁵⁹ das freguesias do contexto de intervenção. A utilização deste instrumento de apoio à intervenção teve efeito desbloqueador junto da comunidade em geral, substanciando a legitimidade e credibilidade do Projeto;
- Entrevista semiestruturada – Guião de Entrevista. Incentivou-se as Equipas de Rua a desenvolverem as entrevistas e a aplicação do Guião de uma forma personalizada, adaptando-o às características da pessoa entrevistada e às condições em que a entrevista decorre. Neste sentido, os Entrevistadores referiram que o Guião é um instrumento fundamental de apoio à sua atuação, pois permite manter o cumprimento do protocolo definido para a sua ação. Neste seguimento, as equipas criaram também um documento, que sistematiza as informações mais importantes na abordagem à população 65+⁶⁰
- Formação em PRIA (Sistemas de Informação) destinada à Equipa de Rua (Entrevistadores). Apresentação de vídeos de apoio à utilização do sistema PRIA com o objetivo de proporcionar, de uma forma mais rápida e prática, noções básicas e claras de algumas das principais funcionalidades do PRIA, nomeadamente, a verificação da existência, ou não, de processo na SCML;

⁵⁸ Anexo 6 - Abordagem na Entrevista

⁵⁹ Anexo 7 - Carta de Apresentação do Projeto Radar – Condomínios.

⁶⁰ Anexo 6 - Abordagem da Entrevista.



- Procedimentos e cuidados a adotar no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Elaboração de uma sessão com o apoio de um jurista e parecer sobre a licitude no âmbito do Projeto;

- Consentimento Informado do Projeto Radar. As Equipas mencionaram que grande parte das pessoas (65+) entrevistadas manifestam dificuldade na interpretação do Consentimento Informado, visto o texto ser extenso e exaustivo, assim como o tipo de letra reduzida. Neste sentido, foram introduzidas alterações ao documento, conforme as indicações dadas, e de forma a facilitar a interpretação do mesmo⁶¹. Ainda sobre este assunto, as mesmas revelaram que o Consentimento Informado não representa uma barreira/obstáculo à entrevista, colocando de parte a hipótese de este ser um dos motivos da não anuência das pessoas 65+ em participar no Projeto Radar. Pelo contrário, o Consentimento Informado permite, não só, que as pessoas entrevistadas se sintam respeitadas e com os seus dados pessoais preservados, como também, seguras pelo facto de o documento (formato papel) ser entregue e assinado tanto pelo entrevistador como pelo entrevistado;

- Novos procedimentos de atuação das Equipas de Rua (Entrevistadores). Apresentação, por parte do Entrevistador sediado na UMSC, do documento descritivo acerca do Perfil Funcional da Equipas de Rua (Entrevistador UDIP/ Entrevistador de Rua)⁶²;

- Novos procedimentos de atuação das Equipas de Rua (Entrevistadores) perante situações de violência e crime (por exemplo: violência física; violência psicológica/verbal; negligência e abandono; violência doméstica, entre outras);

- Atuação das Equipas de Rua (Entrevistadores) no âmbito de intervenção da Equipa *BackOffice* da UMSC. O grupo de Entrevistadores integrados na UMSC realizaram, considerando as diferentes perspetivas profissionais (ciências da comunicação; ciências jurídicas e ciências sociais), uma análise interna e externa das atividades inerentes ao Projeto Radar, integrando os vários saberes⁶³.

- Ações de Sensibilização do Projeto Radar com o propósito de aperfeiçoar as dinâmicas e os mecanismos de promoção dos Radares Comunitários;

- Consolidação dos objetivos do Projeto de Radar: Promoção da Satisfação de Vida e Qualidade de Vida.

Parceiros

- Importância da presença e do acompanhamento por parte da Polícia de Segurança Pública (PSP), nomeadamente das equipas do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP)⁶⁴;

⁶¹ Anexo 8 - Consentimento Informado – versão I; Consentimento Informado – versão II.

⁶² Anexo 1.6 - Protocolo de Atuação Entrevistadores: Equipas de Rua; Anexo 1.7 - Protocolo de Atuação Entrevistadores: UDIP; Anexo 6 - Abordagem na Entrevista.

⁶³ Anexo 3.1 a 3.8 - Posters Científicos.

⁶⁴ Anexo 1.4 - Protocolo de Atuação PSP.



- Articulação das atividades Projeto Radar com o parceiro Câmara Municipal de Lisboa (CML)⁶⁵. Consolidação das respostas, por parte da CML, às atividades enviadas para as técnicas dos serviços sociais da CML. As técnicas exemplificaram várias atividades adequadas ao Projeto Radar com as quais podem articular e solucionar mediante as competências desta entidade. Sugeriram poder informar o munícipe quando a atividade fica concluída, à parte do que já é realizado noutras atividades fora do Projeto Radar.

Radares Comunitários

- Adesão positiva, reconhecimento e identificação com os objetivos do Projeto Radar por parte dos Radares Comunitários (Voluntários/as, Vizinhos/as, Famílias e Comércio Local);
- Consciencialização e papel ativo da comunidade na criação de redes de base comunitária.

Desafios e Obstáculos

- Desconstrução de mitos, preconceitos e estereótipos associados aos desafios da longevidade, estimulados pelos mass media;
- Legitimidade/credibilidade do Projeto Radar. As Equipas de Rua partilharam que ainda existe uma grande resistência das pessoas em relação aos objetivos do Projeto Radar e ao empenho das entidades promotoras;
- Ações de contrainformação no contexto territorial de intervenção. Foram colocados cartazes alusivos à prática de burla na freguesia do Areeiro. A Equipa identificou a necessidade de um maior investimento em ações de informação e sensibilização sobre o Projeto Radar, assim como a realização de visitas de mobilização aos parceiros;
- Novos desafios – pessoas “invisíveis”. As Equipas de Rua referem uma maior recorrência de pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social (e.g.: pessoas acamadas na sua residência e pessoas que apresentam internamentos de longa duração) e que são do desconhecimento das entidades, assim como da maioria dos Vizinhos/as, do Comércio Local e da Comunidade;
- Não aceitação da população 65+ em participar no Projeto Radar. As Equipas de Rua revelam que continuam a ter inúmeras recusas e situações em que as pessoas entrevistadas apresentaram alguma hostilidade no relacionamento interpessoal e na comunicação (por exemplo, agressividade verbal e gesticulação desadequada). Os técnicos Radar incorporaram o *spot* publicitário no *tablet* e possibilitaram a sua visualização como forma de credibilização e informação;
- Contexto diversificado e heterogéneo na freguesia dos Olivais. As Equipas de Rua referem que as características do edificado dificultaram a intervenção (edifícios dispersos e de grande dimensão);

⁶⁵ Anexo 1.1 - Protocolo de Atuação CML.



- Análise à necessidade do Serviço de Teleassistência. As Equipas partilharam que um número significativo de pessoas participantes/entrevistadas manifestaram interesse em aderir ao Serviço de Teleassistência.

- Novos desafios – existência de casos de pessoas com deficiência que necessitam de acompanhamento permanente e que estão a cargo de pessoas 65+.

Grupos de discussão alargada

- Realização de dinâmicas de grupo (*brainstorming*) com o objetivo de facilitar a localização e a identificação de pessoas 65+, assim como estimular novas estratégias de intervenção para a Fase de Continuidade do Projeto Radar;

- Apropriação da técnica de discussão guiada, com o objetivo de estimular a criatividade, a análise crítica e a intercomunicação do grupo de discussão;

- Realização de sessões para o desenvolvimento de análise SWOT (Forças; Fraquezas; Oportunidades; Ameaças) para otimizar a intervenção do Projeto Radar;

- Importância das Reuniões de *Focus Group* do Projeto Radar. As Equipas de Rua reconhecem e valorizam a importância que estas reuniões têm na melhoria das competências técnicas, pessoais e sociais, contribuindo de certa forma para a qualidade da intervenção no seu todo;

- Visualização do filme: “Descobrir Forrester”. Atividade no âmbito da animação sociocultural, de categoria artística. Esta atividade procurou a difusão de cultura, informação e reflexão do tema da longevidade através da interpretação do contexto social, por forma a favorecer a abordagem de assuntos diversos, tais como, o isolamento social e a solidão não desejada, bem como as expectativas, privações e potencialidades da população da população 65+;

- Realização de uma dinâmica de grupo: técnica de debate público e discussão guiada. Análise crítica dos conceitos de isolamento social e solidão não desejada;

- Realização de uma dinâmica de grupo: técnica de debate e discussão guiada acerca das Ações de Sensibilização do Projeto Radar 2.ª Fase:

- **Aspetos positivos das pessoas 65+/ entrevistados:**

- *Feedback* positivo acerca dos novos materiais de comunicação e marketing. Particularmente, o baralho de cartas com o logotipo do Projeto Radar, que revela uma mais-valia e um ótimo instrumento desbloqueador junto das pessoas 65+;

- Reconhecimento/identificação das Equipas de Rua (Entrevistadores), dos objetivos e da natureza do Projeto Radar por parte das pessoas 65+ entrevistadas, Radares Comunitários e da comunidade em geral;

- Manifestação de um sentimento de pertença ao Projeto Radar;

- Expectativas positivas em relação à continuidade do Projeto Radar;



– Consciencialização do entorno/contexto social e respetivos desafios associados à longevidade;

– *Feedback* positivo sobre o Projeto Radar;

– Expectativas elevadas para a 3.ª Fase do Projeto.

• **Aspetos positivos dos Radares Comunitários e da comunidade em geral (voluntários/as, vizinhos/as, famílias e comércio local):**

– Sentimento de missão para com os objetivos e a natureza do Projeto Radar;

– Valorização e reconhecimento do compromisso dos parceiros envolvidos no Projeto Radar;

– Sugestão do alargamento das ações de sensibilização a outros públicos/intervenientes, tais como, associações e coletividades na comunidade;

– Complementaridade com outros projetos comunitários locais. A comunidade em geral sugere a promoção e o reforço da rede de apoio, por forma a rentabilizar os recursos existentes;

– Reafirmação da necessidade de fomentar respostas intergeracionais na comunidade.

• **Aspetos positivos dos Radares Comunitários e da comunidade em geral (voluntários/as, vizinhos/as, famílias e comércio local):**

– Sentimento de descredibilização das entidades envolvidas no Projeto Radar; – Ausência de material de comunicação e marketing (autocolantes, dípticos informativos, guias práticos, esferográficas, baralho de cartas, entre outros);

– Desconfiança na readaptação das respostas sociais, considerando a ponderação das privações, expectativas e das potencialidades das pessoas 65+;

– Desacreditação na rapidez das respostas de atuação dos parceiros envolvidos;

– Críticas ao formato estético do autocolante do Projeto Radar (cor, tamanho e conteúdo), sendo este pouco impactante e disforme. De facto, uma grande parte dos Radares Comunitários afirmam que o número da Informativo Radar deveria estar exposto no autocolante;

– Desistência de Radares Comunitários pelo facto de a utilização do autocolante do Projeto Radar ser de cariz obrigatório. Alguns proprietários frisam que pretendem participar no Projeto Radar, mas que não têm intenção de colocar o autocolante na vitrina. Alguns por motivo de apresentação estética do autocolante, outros por questões partidárias e opostas à Junta de Freguesia do respetivo território.

• **Outros aspetos positivos e sugestões das Equipas de Rua (Entrevistadores)**

– Planeamento de ações de sensibilização em contexto escolar;



– Anuência de grupo de pessoas mais jovens (sub-16) em participar no Projeto Radar (Radares Comunitários); – Importância do acompanhamento e presença dos líderes comunitários na freguesia do Beato aquando das ações de sensibilização;

– Valorização e reconhecimento do compromisso dos parceiros envolvidos no Projeto Radar;

– Sugestão do alargamento das ações de sensibilização a outros públicos/intervenientes, tais como, associações e coletividades na comunidade;

– Complementaridade com outros projetos comunitários locais. A comunidade em geral sugere a promoção e o reforço da rede de apoio, por forma a rentabilizar os recursos existentes;

– Reafirmação da necessidade de fomentar respostas intergeracionais na comunidade.

- Realização de uma dinâmica de grupo: técnica de debate e discussão guiada acerca do Momento da Entrevista;

- Realização de dinâmicas de grupo com o objetivo de obter uma análise SWOT (Forças; Fraquezas; Oportunidades; Ameaças) acerca da metodologia de intervenção do Projeto Radar 2.ª Fase;

- Realização de uma dinâmica de grupo: técnica de debate e discussão guiada com o Conselho Consultivo. O Conselho Consultivo UMSC partilhou algumas estratégias para aprimorar a abordagem na entrevista, identificando a capacidade de comunicação verbal e não-verbal (linguagem corporal), a escuta ativa e a relação empática como competências sociais e conceitos fundamentais para qualidade da mesma.

Divulgação do Projeto Radar

- Necessidade de divulgação do Projeto Radar junto da Comunidade em geral (Voluntários/as, Famílias, Vizinhos/as, e Comércio Local);

- Impacto do *spot* publicitário do Projeto Radar na comunidade;

- Necessidade de divulgação do Projeto junto da Comunidade. As Equipas de Rua mencionaram a necessidade de reforçar as estratégias de comunicação e marketing nas freguesias, sugerindo a colocação de cartazes alusivos ao Projeto em pontos estratégicos, nomeadamente, em paragens de autocarro e estações de comboio/metro, nos mercados municipais, nos Centros de Saúde, bem como nas Instituições de Solidariedade Social. Foi concretizada em 600 autocarros e elétricos da Carris;

- Carta de Apresentação do Projeto Radar para a administração dos condomínios das freguesias do contexto de intervenção.



- Email informativo e Carta de Apresentação do Projeto Radar para a administração dos condomínios das freguesias do contexto de intervenção⁶⁶.

Plataforma Digital Projeto Radar

- Funcionamento da Plataforma Digital Projeto Radar: eficiência, eficácia e efetividade na recolha de dados quantitativos/qualitativos.

⁶⁶ Anexo 7 - Carta da Apresentação Projeto Radar – Condomínios.



Resultados Alcançados

Caraterização dos Entrevistados

Importa fazer uma caracterização global das pessoas que constituem a amostra do Projeto Radar, segundo as variáveis: Género, Acompanhamento, Idade, Médico de Família, Níveis de Intervenção e Dificuldades Manifestadas

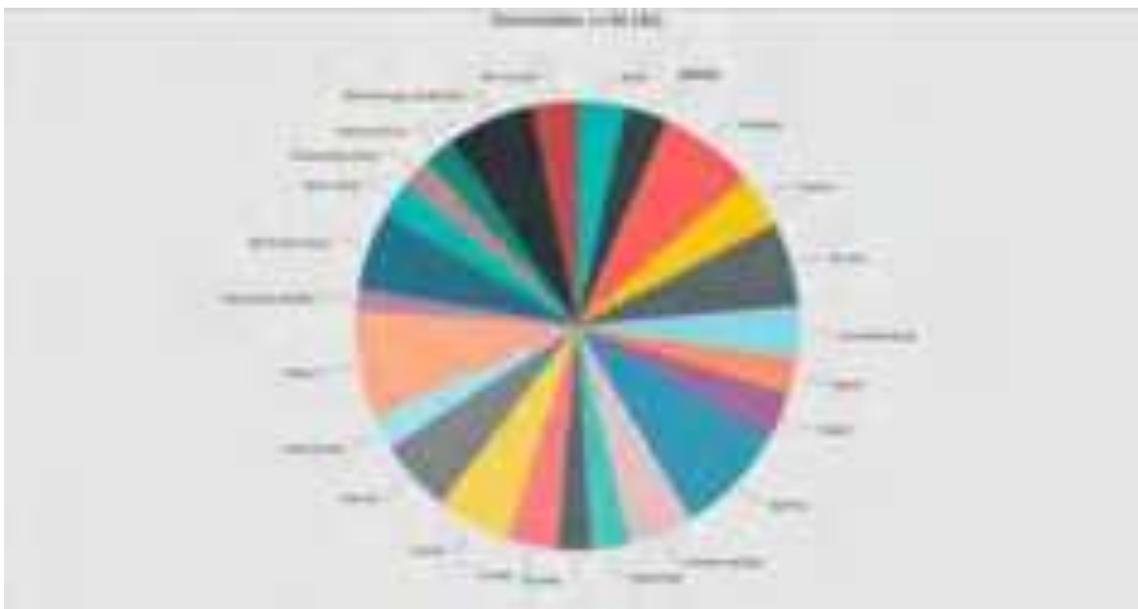


Gráfico 1 - Representação da Distribuição dos Entrevistados pelas 24 Freguesias da Cidade de Lisboa



Freguesia	Entrevistados	%
Ajuda	1067	3,54%
Alcântara	927	3,08%
Alvalade	2106	6,99%
Areeiro	1182	3,92%
Arroios	1845	6,12%
Avenidas Novas	1097	3,64%
Beato	778	2,58%
Belém	1019	3,38%
Berlim	2048	6,79%
Centro Histórico	943	3,10%
Campanhã	809	2,67%
Carreira	745	2,47%
Estrela	1708	5,60%
Lumiar	1821	5,96%
Marvila	1823	5,95%
Misericórdia	728	2,41%
Oliva	2119	7,00%
Parque das Nações	488	1,59%
Parque de N. Sra. de Fátima	1712	5,60%
Santa Clara	763	2,50%
Santa Maria Maior	889	2,92%
Santa Marta	881	2,91%
São Domingos de Benfica	1888	6,15%
São Vicente	895	2,94%
Total	30146	100,00%

Tabela 1 - Distribuição dos Entrevistados pelas 24 Freguesias da Cidade de Lisboa

No final do Projeto Radar, entre os dias 7 de janeiro de 2019 e 14 de fevereiro de 2020, com base nos resultados obtidos através da Plataforma Digital Projeto Radar, foram entrevistadas 30.146 pessoas, sendo que, na freguesia da Ajuda foram reconhecidas 1067 (3,54%) pessoas, em Alcântara 927 (3,08%), Alvalade 2106 (6,99%), Areeiro 1182 (3,92%), Arroios 1845 (6,12%), Avenidas Novas 1097 (3,64%), Beato 778 (2,58%), Belém 1019 (3,38%),



Benfica 2468 (8,19%), Campo de Ourique 1423 (4,72%), Campolide 865 (2,87%), Carnide 745 (2,47%), Estrela 1108 (3,68%), Lumiar 1621 (5,38%), Marvila 1623 (5,38%), Misericórdia 726 (2,41%), Olivais 2316 (7,68%), Parque das Nações 488 (1,62%), Penha de França 1712 (5,68%), Santa Clara 753 (2,50%), Santa Maria Maior 699 (2,32%), Santo António 681 (2,26%), São Domingos de Benfica 1898 (6,30%) e São Vicente 999 pessoas (3,31%).

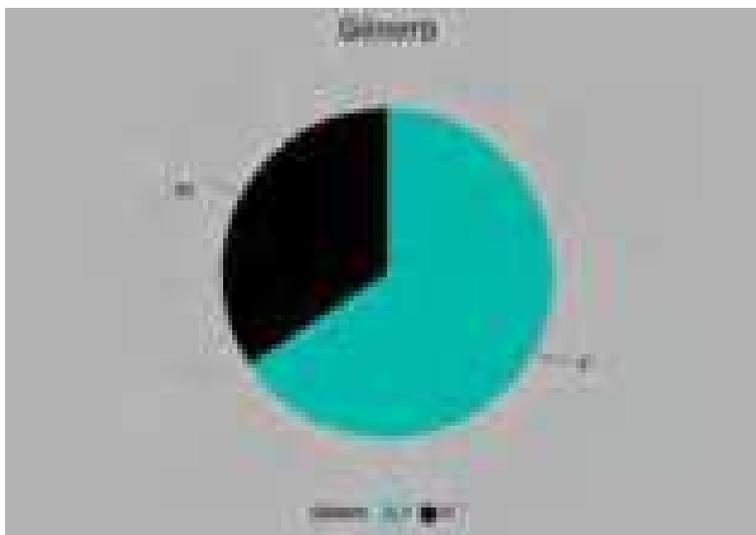


Gráfico 2 - Representação da Distribuição dos Entrevistados por Género nas 24 Freguesias

Género	Entrevistados	%
F	19787	65,64%
M	10359	34,36%
Total	30146	100,00%

Tabela 2 - Distribuição dos Entrevistados por Género nas 24 Freguesias

Quanto ao género, dos 30.146 entrevistados, foram identificadas 19.787 pessoas de género feminino (65,64%) e 10.359 do género masculino (34,36%).



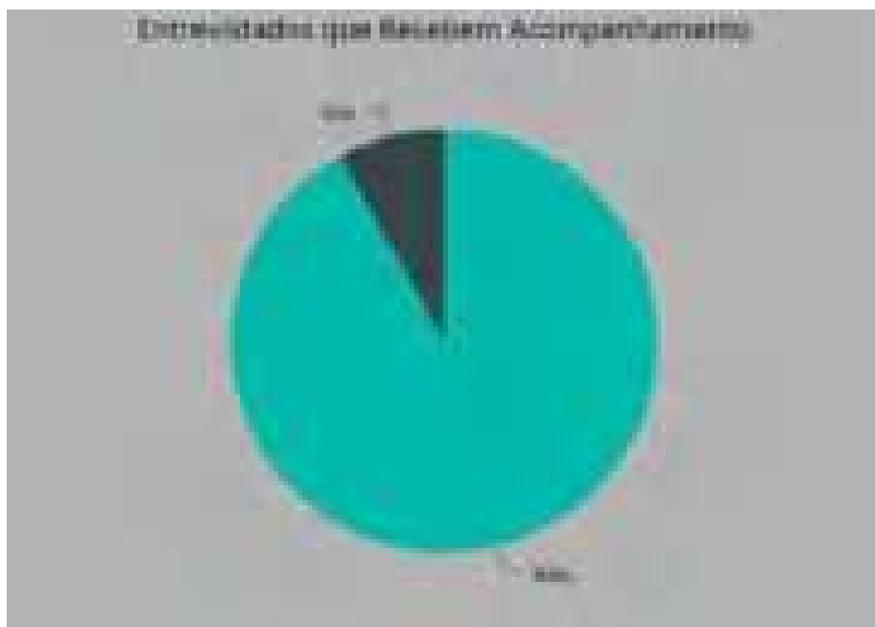


Gráfico 3 - Representação da Distribuição de Entrevistados com e sem Acompanhamento de Instituições de Apoio Social nas 24 Freguesias

Acompanhamento	Entrevistados	%
Não	27686	91,84%
Sim	2460	8,16%
Total	30146	100,00%

Tabela 3 - Distribuição de Entrevistados com e sem Acompanhamento de Instituições de Apoio Social nas 24 Freguesias

Entre os entrevistados das 24 freguesias do Projeto Radar, 27.686 pessoas (91,84%) não recebem qualquer acompanhamento de instituições de apoio social e 2.460 (8,16%), são acompanhados.



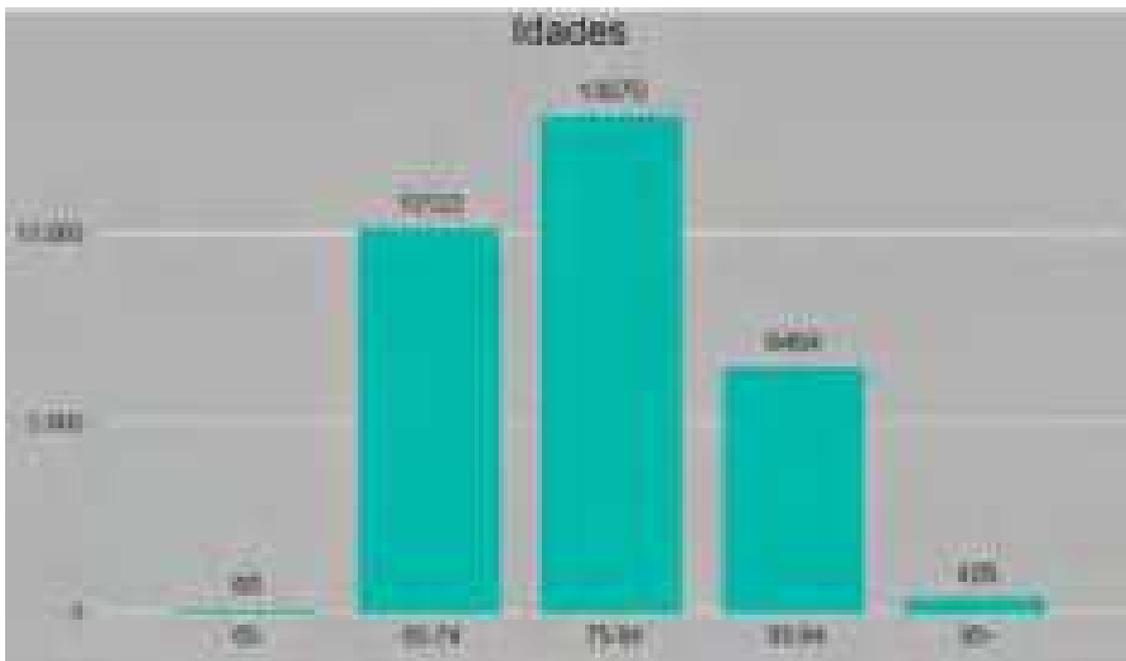


Gráfico 4 - Representação da Distribuição de Entrevistados por faixas Etárias nas 24 Freguesias (intervalos de 10 anos)

A faixa etária dos 75 aos 84 anos é aquela em que se situam a maioria dos entrevistados, com 13.070 pessoas. Seguem-se as faixas etárias dos 65 aos 74 anos com 10.122 pessoas, a dos 85 aos 94 anos com 6.464 pessoas, a faixa etária das pessoas com mais de 95 anos com 425 entrevistados, e com 65 pessoas, a faixa etária com menos de 65 anos.

Intervalo Etário	Entrevistados	%
<65	65	0,2%
65-74	10122	33,6%
75-84	13070	43,3%
85-94	6464	21,4%
95+	425	1,4%
Total	30146	100,00%

Tabela 4 - Distribuição de Entrevistados por faixas Etárias nas 24 Freguesias

A faixa etária dos 75 aos 84 anos é aquela em que se situam a maioria dos entrevistados, com 13.070 pessoas (43,36%). Seguem-se as faixas etárias dos 65 aos 74 anos com 10.122 pessoas (33,58%), a dos 85 aos 94 anos com 6.464 pessoas (21,44%), a faixa etária das pessoas



com mais de 95 anos com 425 entrevistados (1,41%), e com 65 pessoas, a faixa etária com menos de 65 anos (0,22%).



Gráfico 5 - Distribuição da Percentagem de Entrevistados nas 24 Freguesias que Não Sabem ou Não Têm / Têm Médico de Família

A percentagem de entrevistados nas 24 freguesias que referem ter médico de família é de 88,68%, enquanto que os que não têm representam 9,71% e os que não sabem se têm ou não têm representam 1,61%.

Médico Família	Entrevistados	%
Não	2927	9,71%
Médico não	486	1,61%
Sim	26733	88,68%
Total	30146	100,00%

Tabela 5 - Entrevistados nas 24 Freguesias que Não Sabem ou Não Têm / Têm Médico de Família

Os entrevistados que referem ter médico de família são 26.733 (88,68%), os que não têm são 2.927 (9,71%) e os que não sabem se têm médico de família são 486 (1,61%).



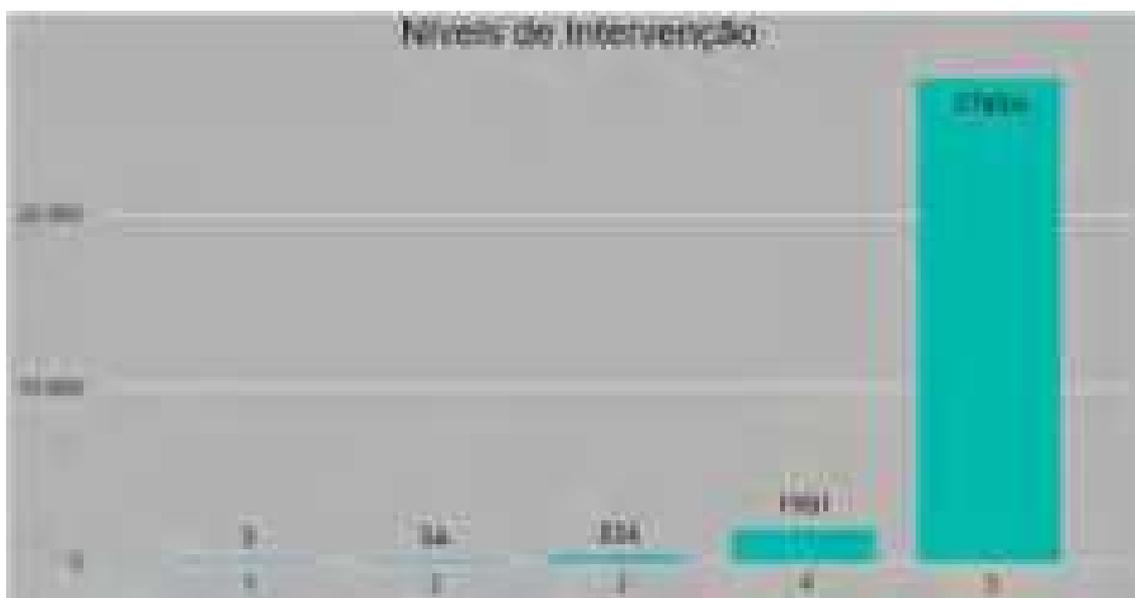


Gráfico 6 - Distribuição de Entrevistados nas 24 Freguesias por Níveis de Intervenção

Níveis de intervenção	Entrevistados	%
1	3	0,01%
2	54	0,18%
3	334	1,11%
4	1.901	6,31%
5	27.854	92,40%
Total	30146	100,00%

Tabela 6 - Entrevistados nas 24 Freguesias por Níveis de Intervenção

Quanto aos níveis de intervenção atribuídos (1= nível crítico; 2= nível alto; 3= nível médio; 4= nível baixo; 5= nível planeado), os resultados obtidos nas 24 freguesias são de 27.854 (92,40%) entrevistados de nível 5, 1.901 (6,31%) entrevistados de nível 4, 334 (1,11%) entrevistados de nível 3, 54 (0,18%) entrevistados de nível 2 e 3 entrevistado de nível 1 (0,01%).



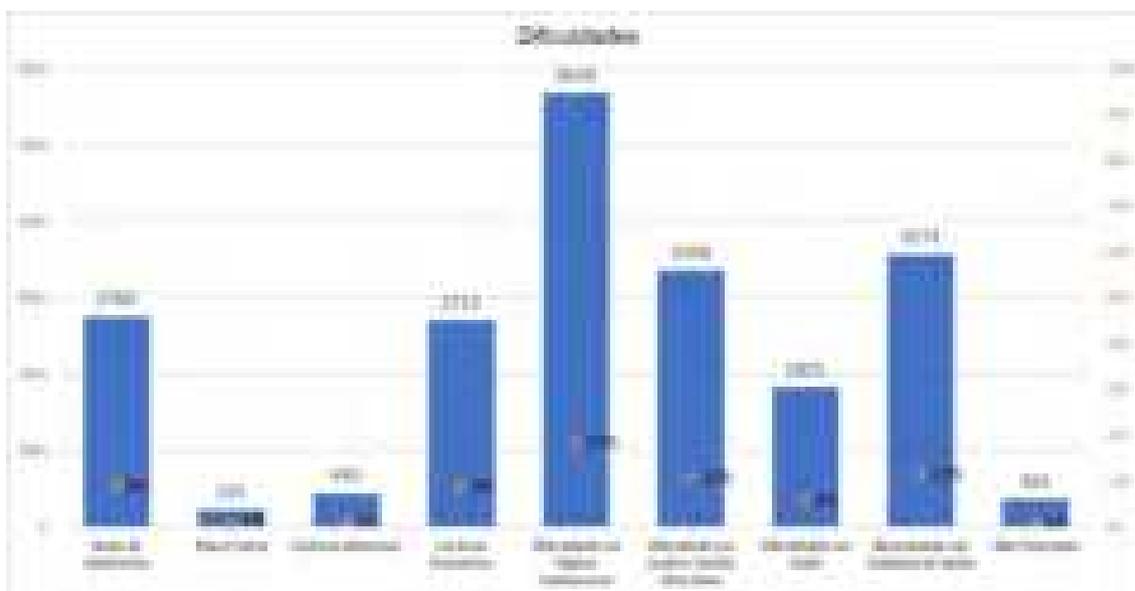


Gráfico 7 - Distribuição de Entrevistados nas 24 Freguesias por Dificuldades Manifestadas

As dificuldades referidas distribuem-se por 9 categorias, com 5.676 (19,00%) entrevistados a referirem “Dificuldades na Higiene Habitacional”, 3.573 (12,00%) entrevistados referem “Necessidade de Cuidados de Saúde”, 3.358 (11%) entrevistados referem “Dificuldade em Realizar as Tarefas da Vida Diária”, 2.760 (9,00%) entrevistados referem “Sinais de Isolamento”, 2.712 (9,00%) entrevistados referem “Carência Económica”, 1.825 (6,00%) entrevistados referem “Dificuldade em Vestir”, 445 (1,00%) entrevistados referem “Carência Alimentar”, 366 (1,00%) entrevistados apresentam sinais de “Não Orientados” e 225 (1%) dos entrevistados referem ser alvo de “Maus Tratos”.



Radares Comunitários

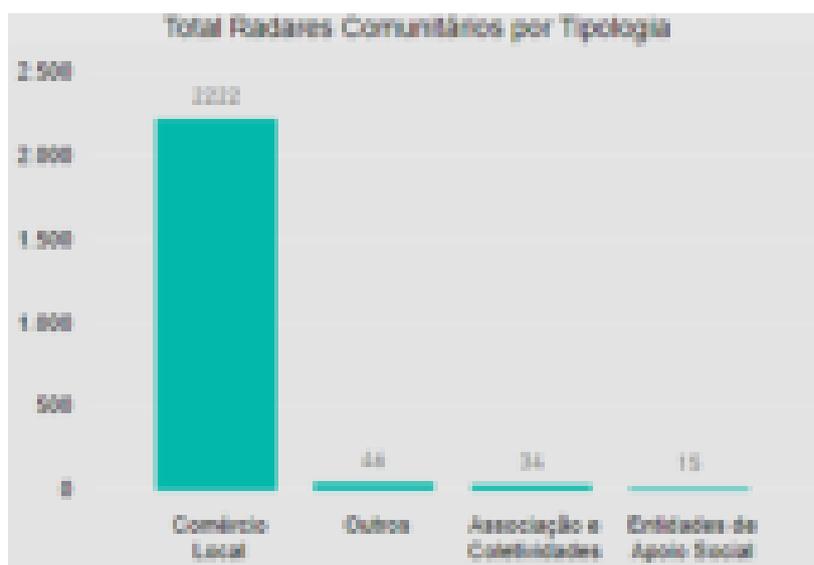


GRÁFICO 9 - ADESÃO GLOBAL DOS RADARES COMUNITÁRIOS POR TIPOLOGIA

No que concerne à adesão dos Radares Comunitários registaram-se um total de 2317 Radares. A categoria “Comércio Local” contempla a maior percentagem de Radares Comunitários com n=2222 contrastando com o valor mais baixo, n=15, da categoria “Entidades de Apoio Social”; Com n=46 encontramos a categoria “Outros” e n=34 em “Associação e Colectividades”.

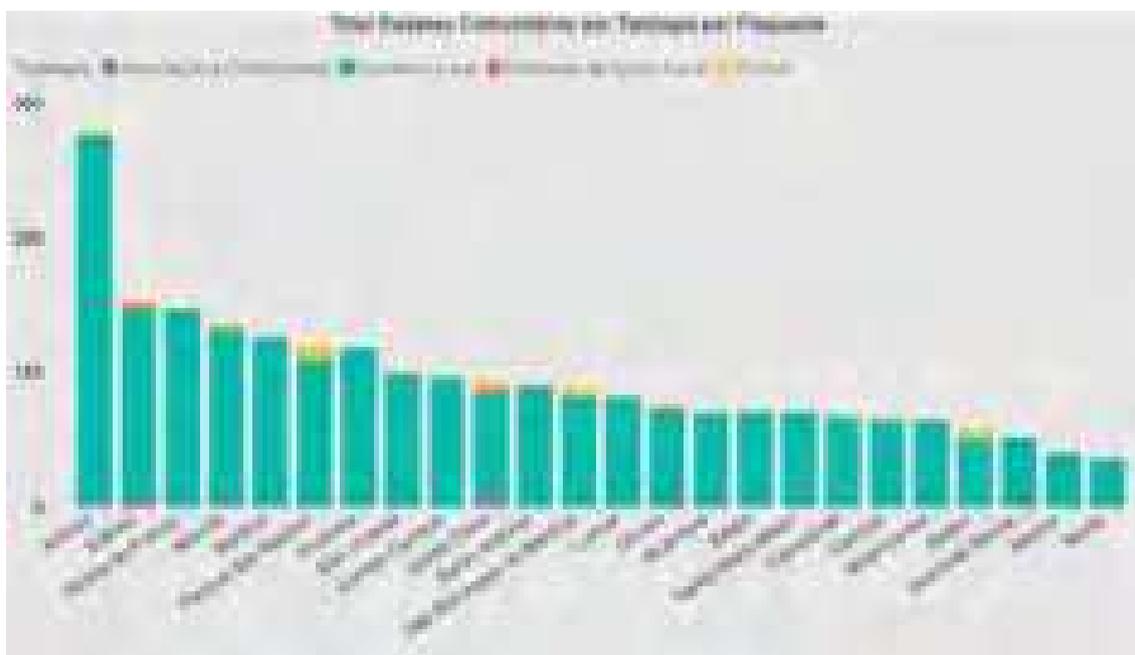


GRÁFICO 10 - ADESÃO, POR FREGUESIA, DOS RADARES COMUNITÁRIOS



Freguesia	Associação e Comunidade	Comunidade Local	Empresas da Zona Local	Outros	Total
Arroios	1	279			280
Estrela	0	154	0	0	154
Penha de França		147		1	148
Marvila	0	136		0	136
Benfica	1	125		0	126
Parque das Nações	0	120		0	120
Alvalade	0	117		0	117
São Vicente	0	97	0	0	97
Campo de Ourique		98		0	98
Santa Clara	0	93	0	0	93
Santo António		91		0	91
São Domingos de Benfica	0	88		0	88
Lumiar		83		0	83
Olivais	0	77		0	77
Alcântara	0	72		0	72
Beato	0	72		0	72
Santa Maria Maior	0	71		0	71
Campolide	0	68		0	68
Carnide		67		0	67
Misericórdia		66		0	66
Belém	0	57		0	57
Avenidas Novas	0	52		0	52
Areeiro		41		0	41
Ajuda	0	37		0	37
Total	14	2280	0	11	2301

Tabela 11 - ADESÃO, POR FREGUESIA, DOS RADARES COMUNITÁRIOS

No âmbito territorial, podemos verificar que a freguesia de Arroios foi a que registou o maior número de adesões (n=280); e com o menor número de registos foi a Freguesia da Ajuda (n=37).

O levantamento dos Radares Comunitários nas 24 freguesias, compreende assim os seguintes números: Arroios (n=280), Estrela (n=154), Penha de França (n=148), Marvila (136), Benfica (n=126), Parque das Nações (n=120), Alvalade (n=119), São Vicente (n=97), Campo de Ourique (n=98), Santa Clara (n=93), Santo António (91), São Domingos de Benfica (n=88), Lumiar (n=83), Olivais (n=77), Alcântara (n=72), Beato (n=72); Santa Maria Maior (n=71), Campolide (68), Carnide (n=67), Misericórdia (n=66), Belém (n=57), Avenidas Novas (n=52), Areeiro (n=41) e Ajuda (n=37).



Informativo Radar

A Linha do Informativo Radar da SCML, gerida pelo Gabinete de Relações Públicas e Protocolo da Secretária-Geral, tem como propósito prestar informações sobre o Projeto aos utilizadores da Linha Telefónica do Projeto Radar, bem como confirmar a legitimidade dos Entrevistadores, dos parceiros (internos e externos) e disponibilizar os contactos dos vários intervenientes.

No que concerne ao Projeto Radar, os dados quantitativos recolhidos, entre os meses de janeiro de 2019 a fevereiro de 2020, pelo Informativo Radar refletem as chamadas efetuadas para o número de telefone 213 263 000, do qual podemos descrever as seguintes atividades:

- Foram recebidas 1674 chamadas;
- Foram atendidas 1491 chamadas, em média 6 chamada por dia, das quais se contabilizaram 178 chamadas perdidas. Importará mencionar que durante o período analisado (janeiro de 2019 a fevereiro de 2020), a maioria das chamadas recebidas tiveram como intuito obter informação sobre:
 - Legitimidade do Projeto;
 - Legitimidade do Entrevistador;
 - Legitimidade do *Focal Point*;
 - Origem e os objetivos do Projeto;
 - Informação da área geográfica de intervenção;
 - Objetivos das visitas para entrevista;
 - Informação de encaminhamentos para as UDIP's e as EAI's;
 - Pedidos de contacto do Entrevistador de uma dada freguesia;
 - Pedidos de contacto para o *Focal Point* por freguesia;
 - Questionar pelo Entrevistador por freguesia;
 - Questionar pelo *Focal Point* por freguesia;
 - Pedidos de marcação com o Entrevistador por freguesia;
 - Pedidos de marcação com o *Focal Point* por freguesia;
 - Outros.



Considerações Finais

O Relatório Final realça os resultados do desenvolvimento do Projeto Radar, nomeadamente, ao nível do reconhecimento das pessoas entrevistadas (n=30146) e dos Radares Comunitários (n=2317), bem como do total de chamadas efetuadas para o Informativo Radar e dos dados decorrentes das Reuniões de *Focus Group* durante os meses de julho a setembro, comprovando a extensão e solidez do Projeto.

Deste modo, é essencial mencionar alguns tópicos de intervenção de carácter de Prevenção, Promoção e Reforço que caracterizaram o Projeto Radar. Designadamente:

- Informativo Radar – os dados quantitativos recolhidos pela Linha Telefónica: Informativo Radar refletem as chamadas efetuadas para o número de telefone 213 263 000 /projektoradar@scml.pt, das 09:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, com o propósito de prestar informações e esclarecimentos sobre o Projeto Radar;
- Importância dos telefonemas de despiste, posteriores às entrevistas, realizados pelas EAI's com o propósito de efetivar a avaliação e eventual encaminhamento para os parceiros do Projeto, contribuindo para consolidação dos objetivos inerentes ao seu desenvolvimento;
- Pertinência de se estruturarem ações de informação e de sensibilização para os Radares Comunitários com o objetivo de se manter e/ou reforçar as relações de proximidade e de base comunitária;
- O Projeto Radar constitui-se como um mecanismo de Prevenção precoce de situações de risco e de Promoção de uma rede de Radares Comunitários, integrando o trabalho desenvolvido com foco no grupo populacional 65+, identificando as suas privações, expectativas e potencialidades;
- A divulgação dos dados recolhidos no levantamento de opiniões junto dos parceiros e das Equipas de Rua, apoia a operacionalização das fases de planeamento, particularmente no que se referem: à conceção participada das respostas, soluções e possíveis mudanças (à definição partilhada do plano de atuação e de atividades); à implementação das ações e das atividades com a participação e a parceria de todos os Agentes e Instituições inerentes ao Programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades”;
- Promoção de um sistema holográfico, numa lógica de interdependência considerando a complexidade colaborativa, tendo em conta a globalidade, ponderando a estrutura de Projeto com dois níveis de articulação/interação; um 1º nível de Gestão Estratégica e Planeamento e um 2º nível de Coordenação e Implementação, em conformidade com o desenvolvimento institucional;
- Gestão, monitorização e implementação de respostas diferenciadas, colaborativas, articuladas, integradas, concertadas e de proximidade com todos os agentes que trabalham com e para a população 65+, planeando assim de forma sustentada as respostas a acionar em função dos perfis de cada pessoa e dos seus contextos de vida;



- O levantamento da população 65+, que se encontra a viver sozinha ou acompanhada por outra pessoa do mesmo escalão etário, do desconhecimento total ou não das organizações, permite retirar as pessoas do anonimato;

- A diminuição da taxa percentual de pessoas 65+ que se encontram em situação de isolamento e solidão, bem como o aumento do número de pessoas com idade superior a 94 anos;

- Contactos telefónicos à população 65+, importantes para analisar a receptividade ao Projeto e esclarecer alguma dúvida através da Linha do Informativo Radar;

- A visão integrada facilita a construção de bairros mais comunicativos, atentos e solidários (Falar. Escutar. Cuidar), comprometidos com as pessoas 65+, segundo uma lógica de prevenção e de promoção de novas formas de cidadania e de participação no espaço público;

- Modelo de intervenção comunitária, com o propósito de mobilizar a comunidade e o processo de desenvolvimento local, potenciando sinergias, competências, recursos e a criação de uma rede de proximidade;

- Reforço da autoestima e do bem-estar da população 65+, valorizando e reconhecendo as competências pessoais, psicológicas e sociais, as capacidades e as potencialidades das pessoas e das comunidades, assumindo-se como protagonistas do seu percurso de vida e contexto social, visando a autonomia e o impulso das redes sociais (vizinhos, Radares Comunitários);

- A conceção de uma Plataforma Digital possibilita uma maior articulação entre parceiros, criação de mecanismos integrados e sustentados, o rápido acesso, centralização e otimização da gestão de informação, que fundamenta as ações sociais. O desenvolvimento e a preparação da Plataforma Digital Projeto Radar para a 2.ª Fase do Projeto facilitam o processo de adesão dos Radares Comunitários, tornando-o mais eficiente, eficaz e efetivo, uma vez que os dados passarão a integrar a Plataforma, estando igualmente disponíveis no *Website*;

- A conceção do *Website* que se pretende acessível à comunidade em geral, promove o acesso à informação, bem como a responsabilização social de todos os envolvidos no Projeto. Com o mesmo pretende-se a promoção, difusão, divulgação de documentos, de ações, e contactos úteis dos estabelecimentos;

- Quanto aos resultados evidenciados da 2ª Fase, constatou-se que o género masculino está a conquistar Longevidade, mas também que o Projeto conseguiu chegar a freguesias mais jovens (aumento de 65 para 74). Verificou-se ainda que 92% da população 65+ não tem acompanhamento. Apesar de existirem situações em que de facto esse acompanhamento não é necessário, importa estudar essa percentagem. A não existência de médico de família, a amostra chegou aos 12%. O nível de intervenção planeado é o mais notório, tendo o MIPP um papel fundamental, havendo somente 15 situações de nível 2 e 116 de nível 3.



Referências Bibliográficas

- ANDRÉ, Isabel; Abreu, Alexandre (2006). Dimensões e espaços da Inovação Social. Finisterra. XLI (81), 121-141. Acedido a 30 de setembro de 2019 em file:///C:/Users/105557/Downloads/1465- Texto%20do%20Trabalho-3407-1-10-20121218.pdf.
- ANDRÉ, Mário Rui (coord.) (2019). Referencial GOVINT para a Promoção do Envelhecimento na Comunidade. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Centro Editorial.
- ANTUNES, M. Leandro, M (2016). Envelhecimento. Perspetivas, Projetos e Práticas inovadoras. Famalicão: Edições Húmus.
- AREZEDO Zaida (coord.) (2016). Envelhecimento, cultura e cidadania. Lisboa: Edições Piaget.
- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari (1994). Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Coleção Ciências da Educação – Porto Editora.
- BUREAU OF EUROPEAN POLICY ADVISORS AT THE EUROPEAN COMMISSION (2010). Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union. Acedido a 30 de setembro de 2019 em <http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/13402/attachments/1/translations/en/renditions/pdf>
- CABRAL, M. L (2016). Envelhecimento: Perspetivas, representações e Solidariedade Intergeracional. Edição Mais Leituras.
- CABRAL, M (2013). Processos de Envelhecimento em Portugal. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- CARNEIRO, R (2012). O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade. (Relatório Final). Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa.
- CARVALHO, M (2013). Serviço Social no Envelhecimento. Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- COUNCIL OF EUROPE (2017). Citizenship and Participation. Strasbourg: Council of Europe Portal. Acedido a 24 de outubro de 2019 em <https://www.coe.int/en/web/compass/citizenship-and-participation>.
- ENEAS. (2017). ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL 2017- 2025. Lisboa: Serviço Nacional de Saúde.
- FERNANDES, L., Pinto, M., & Oliveira, M. (2006). Caracterização e análise crítica das práticas de redução de riscos na área das drogas em Portugal. Lisboa: Revista Toxicodependências, 12(2), 71-82.
- GALEGO, Carla & GOMES, Alberto (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. Revista Lusófona de Educação, Vol. 5, 173-184.



- GUERRA, Isabel Carvalho (2006). Participação e Acção Colectiva – Interesses, conflitos e consensos. (1a ed.) Estoril: Príncipe Editora.
- GUIJT, Irene (2008). Critical Readings on Assessing and Learning for Social Change: A Review. Brighton: Institute of Development Studies. Acedido a 30 de setembro de 2019 em <https://www.ids.ac.uk/files/Db21.pdf>.
- HAMMOND, Wayne; Zimmerman, Rob (2006). A Strengths-Based Perspective. Resiliency Initiatives. Acedido a 8 de outubro de 2019 em https://www.esd.ca/Programs/Resiliency/Documents/RSL_STRENGTH_BASED_PERSPECTIVE.pdf.
- KLOPPENBURG, R., & Hendriks, P. (2010). Outreach Approaches in Social Work An International Perspective. Utrecht: Hogeschool Utrecht, Centre of Social Innovation.
- MENEZES, Isabel (2007). Intervenção Comunitária: Uma Perspetiva Psicológica. Livpsic/Legis Editora, 1ª edição.
- MOURA, C (2006). Século XXI. Século de Envelhecimento. Loures: Lusociência – Edições técnicas e científicas, Lda.
- MURRAY, Robin; Caulier-Grice, Julie; Mulgan, Geoff (2010). The open book of social innovation. London: NESTA and The Young Foundation. Acedido a 30 de Setembro de 2019 em <https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/The-Open-Book-of-Social-Innovation.pdf>.
- NUNES, Maria Natália (coord.), VIANA, Ana Maria, SERRA, Nuno, AMARO, Rogério Roque (2017). Intervenção Comunitária
 - Conhecimentos e práticas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Centro Editorial I Ação Social.
- NUNES, Rosa (2010). A investigação-ação como uma nova forma de compreender a investigação e a ciência. Revista de Sociopoética e Abordagens Afins. Vol.2 n.º 2.
- PAULINO, M, Costa, D (2019) Maus-Tratos a Pessoas Idosas. Lisboa: Pactor. Pp. 11-13.
- PATRICIO, L. D. (2002). Droga para que se saiba. Lisboa: Figueirinhas.
- PORDATA. (2019). Índice de envelhecimento. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/Municipios/%C3%8Dndice+de+envelhecimento-458>.
- PORDATA. (2019). Retrato de Portugal PORDATA. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- REDE SOCIAL DE LISBOA (2017). Agenda Estratégica do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020.
- RHODES, T. (1996). Outreach Work with Drug Users: Principles and Practice. Strasbourg: Council of Europe.
- ROGERS, C. (2009). Tornar-se Pessoa. Lisboa: Padrões Culturais Editora.



- SERRANO, Gloria Pérez (2008), *Elaboração de Projetos Sociais – casos práticos*. Porto Editora.

- SILVA, Artur Santos (org.) (2013). *Envelhecimento e inovação social = Ageing and social innovation*. 1ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- SILVA Isabel Soares, VELOSO, Ana Luísa & KEATING, José Bernardo (2014). Focus Group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, Vol. 26, 175-190.

- SOULET, M. H. (dezembro de 2007). O Trabalho Social Paliativo: Entre redução de riscos e integração relativa. *Cidades Comunidades e Territórios*, pp. nº15, 11-27.

- VIEIRA, Isabel de Freitas (2015). *A participação: um paradigma para a intervenção social*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) (2007). *Global age-friendly cities: A guide*. Geneva: World Health Organization. Acedido a 24 de outubro de 2019 em https://www.who.int/ageing/publications/Global_age_friendly_cities_Guide_English.pdf.

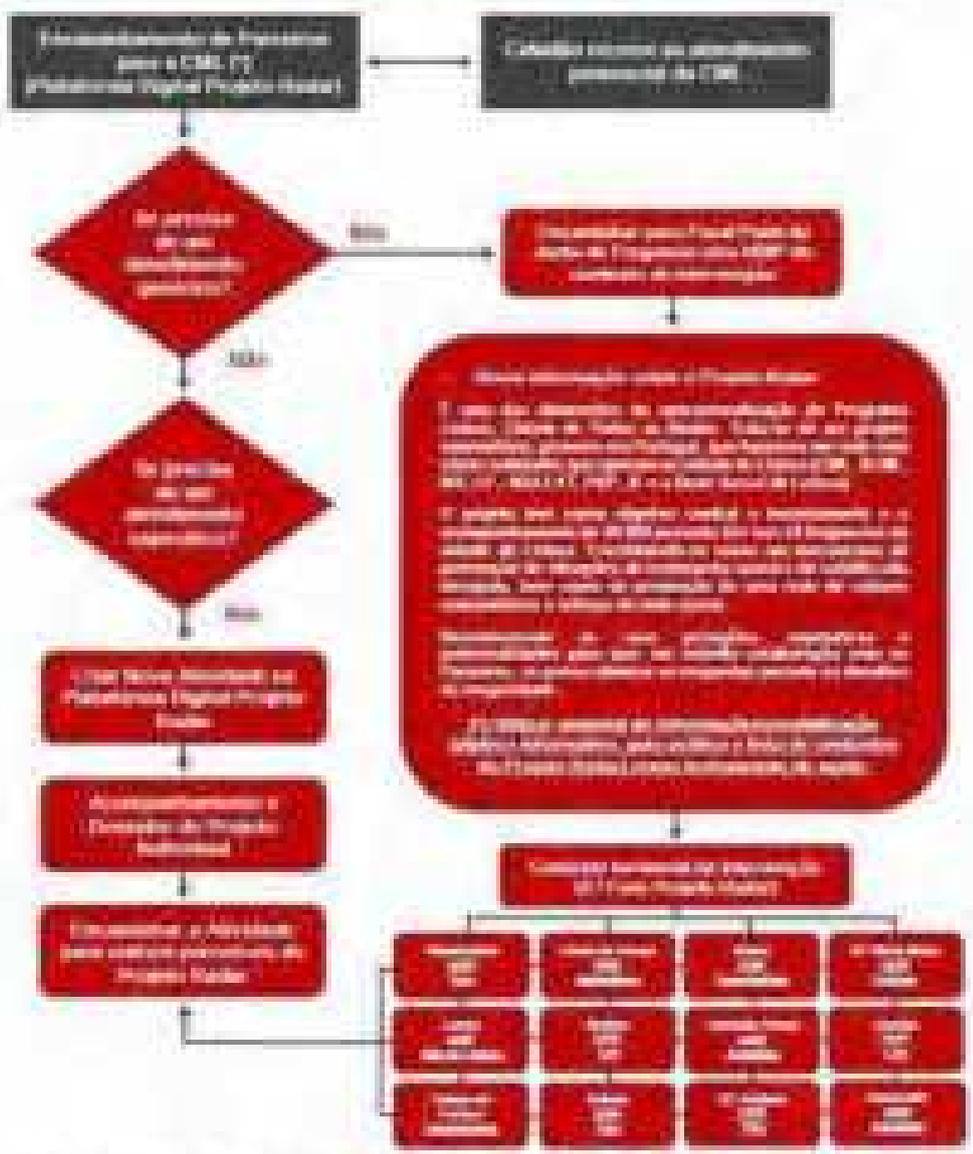


Anexos

Anexo 1.1 - Protocolos de Atuação: Câmara Municipal de Lisboa



Fluxograma do Processo de Análise para a Câmara Municipal de Lisboa (CML)



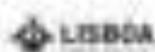
Este documento é uma versão preliminar e pode sofrer alterações durante o processo de aprovação.



PROJETO RADAR

FALAR. ESCUTAR. CUIDAR.

Protocolo de Atuação para o Instituto
de Segurança Social – I.P.



Fluxograma do Protocolo de Atuação para o Instituto de Segurança Social - I.P.



© 2014. Todos os direitos reservados. Este documento é propriedade do ICS - I.P. e não pode ser reproduzido sem a autorização prévia do ICS - I.P.

Anexo 1.3 - Protocolos de Atuação: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo



PROJETO RADAR

FALAR. ESCUTAR. CUIDAR.

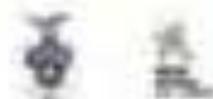
**Protocolo de Atuação para a
Administração Regional de Saúde –
Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT)**

INTEGRAÇÃO

LISBOA

IS

art@ue



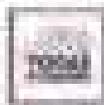
INTEGRAÇÃO

LISBOA

IS

art@ue

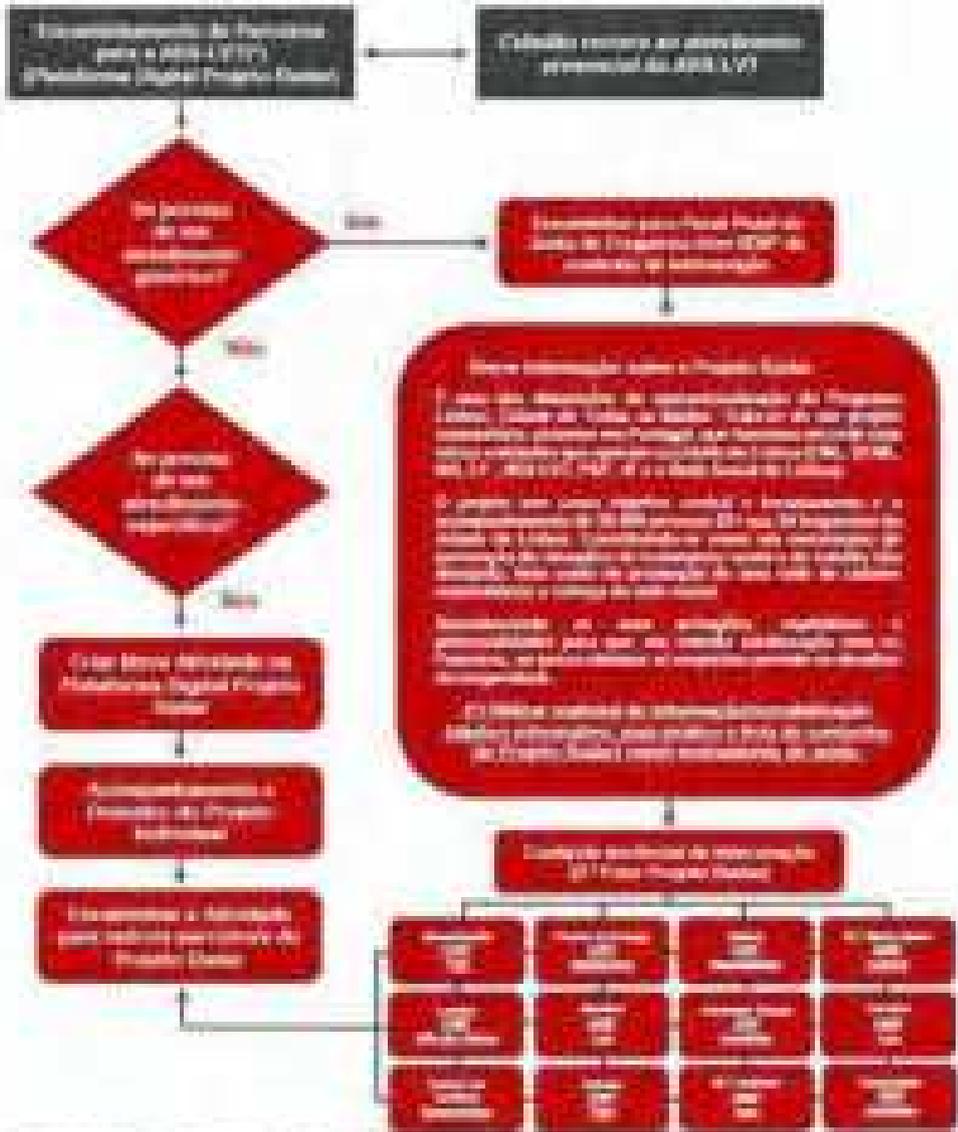




PROJETO RADAR

Rede de Atenção à Saúde

Fluxograma de Fluxo de Atuação para a Implementação Regional de Saúde - LVI



Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Básica





PROJETO RADAR

FALAR. ESCUTAR. CUIDAR.

**Protocolo de Atuação para a Polícia
de Segurança Pública (PSP)**

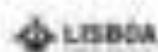
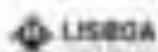




PROJETO RADAR

FALAR. ESCUTAR. CUIDAR.

Protocolo de Atuação para o Contact Center SCML



Fluxograma do Protocolo de Atação para o Contact Center SCME

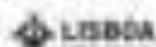
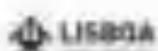
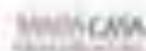




PROJETO **RADAR**

FALAR. ESCUTAR. CUIDAR.

**Protocolo de Atuação para as
Equipas de Rua (Entrevistadores)**







PROJETO RADAR

FALAR. ESCUTAR. CUIDAR.

**Protocolo de Atuação para as
Equipas de Rua (Entrevistadores na
UDIP)**





Anexo 2 – Relatório de Participação “Colaborar faz toda a diferença...no Envelhecimento” – Vila Nova de Gaia



**SANTA
CASA**
Associação de Assistência Social e de Saúde

Relatório de Participação
Associação de Assistência Social e de Saúde

Tipos de Encontros:

Encontro Reunião Seminário Workshop Outro

Tema:

Colaborar faz toda a diferença...no Envelhecimento

Objetivos:

Conhecer o Projeto de Envelhecimento e criar temas de trabalho

Estabelecimento organizacional:

Centro - Trabalho para a Comunidade Integrada

Colaboradores participantes:

Interventores: Lígia Lopes, João Almeida, António Cruzado, Elisabete Frazão

Tipos de Participação:

Consultiva Participativa Mediadora Ativa

Programa / agenda %:

Em anexo

Objetos e principais resultados:

- Realizar a intervenção com os seus intervenientes através de reuniões presenciais
- A partir das reuniões de planeamento para trabalhar a comunidade
- Para a implementação da intervenção foi necessário conhecer o terreno e ter presente que para perceber a realidade do grupo é necessário ir ao encontro dos sujeitos que vivem no qual atuamos e trabalhar, desenvolvendo com a ajuda de reuniões a comunidade

Associação Santa Casa
Rua de Santa Catarina, 100 - Vila Nova de Gaia

Associação Santa Casa



- A base para a colaboração: comunicação, confiança, envolvimento, motivação, afinidade;
- Os sucessos dos projetos colaborativos baseiam-se no trabalho relacional, na facilidade para a construção conjunta, no diálogo para o processo transformativo (desafio), na equidade de protagonismos, na confiança em projetos desenvolvidos anteriormente com as instituições parceiras; na possibilidade de criar uma visão e missão comuns (a partir de diferentes posicionamentos e atitudes); numa boa liderança; na horizontalidade de posições;
- Vantagens dos projetos colaborativos: articular soluções que vão ao encontro das expectativas das partes, através do envolvimento da população a quem pretende dar resposta; compromisso e respeito entre entidades; tornar comum os diferentes programas e projetos das diferentes entidades parceiras;
- A colaboração assenta numa boa relação de confiança e comunicação, em que todos sabem que estão a contribuir para o desenvolvimento de um bem comum;
- A importância das redes ao serviço das pessoas e das comunidades, de forma a ir ao encontro das suas expectativas e suas necessidades;
- Integrando a questão da colaboração no Programa Lisboa, Cidade de Todas as Idades e no Projeto Radar é importante salientar que com estas duas estratégias se pretende reunir os representantes das principais instituições da cidade de Lisboa, o que também se constitui como um desafio. Isto por não sempre ser fácil conciliar as agendas de instituições tão grandes, com prazos de atuação tão diversificados e instituições tão específicas, e que possam mudanças podem, por vezes, ter impacto no ritmo, na implementação e na operacionalização do Projeto.
- Não é um procedimento imediato ou fácil, contudo é essencial de institucionalização na atuação, tendo em conta que esta forma de trabalho está ainda a ser minoritária nas instituições. Isso exige a identificação de uma ou duas entidades como promotora/ equipa motiz, que no caso específico do Radar atuava por ser a ISCM. Assim, cabe-vos monitorizar e gerir a rede de parcerias e o trabalho desenvolvido conjuntamente, resultado da articulação e da responsabilização das organizações, bem como da convergência de recursos, agendas, procedimentos e prioridades;
- Nesta harmonização e partilha de informação entre os parceiros, cada entidade tem áreas de atuação relevantes e diferenciadas na construção conjunta de políticas, de práticas e de procedimentos organizacionais para responder aos desafios atuais e futuros. Para a implementação das transformações pretendidas, tem-se revelado fundamental a adoção de uma atitude de questionamento constante, tendo como foco a bem-estar da população. Assim, o Programa e o Projeto Radar pretendem melhorar a utilização dos serviços e respostas existentes, desenvolver e manter as redes sociais de apoio, promover a mobilidade e o empoderment das pessoas, das organizações e das comunidades; desenvolver no processo de planeamento e de decisão soluções participativas e facilitadoras de serviços de maior proximidade, ultrapassando constrangimentos de eficácia, eficácia e efetividade da ação.
- A atuação do Programa e do Projeto assentam num modelo de articulação e na visão integrada,

das questões da Longevidade: através da promoção de novas formas de coabitação e de participação, favorecendo a construção de laços mais concretos, ativos e comprometidos com toda a população comunitária.

Principais ações e experiências:

- Visitas técnicas aos projetos apresentados, nos seus locais com o apoio de intervenção de ICMS;
- Participação em reuniões técnicas;
- Partilha das propostas concluídas aos diferentes grupos de trabalho, entre todos os participantes.

Áreas de Intervenção:

- Interculturalidade Género Coesão Social Política Outros

Subsistência e parcerias:

- Comissões Municipais do Idoso em Aljezur: Refletem a importância da participação do cidadão no fortalecimento das iniciativas, promoção da cidadania em questões de respeito à autonomia e pela decisão da própria pessoa; reuniões abertas estimulando colaborações mais ativas.

Exposições e eventos:

- Mostra Foto (Esp.ª Honrada – Pórcela sobre 1000 e Livro – Coimbra – CHIT & CASPA) – Infância – Gama 40 – Jogos de Estimulação Cognitiva;
- Mostra Meninas (Comissões Municipais do Idoso em Aljezur)



Instituto Privado Santa Casa
Rua Maria, Lugar Colado de Trás do Castelo

Mais informações:





Projeto RADAR

A importância do trabalho colaborativo



ORGANIZAMENTO

DEFINIÇÃO DE RISCO

Organização: O projeto é organizado de forma colaborativa, com todos os membros envolvidos desde o início.

Definição de Risco: O projeto é desenvolvido com foco na prevenção de riscos, com a identificação de possíveis problemas e a implementação de estratégias para evitá-los.

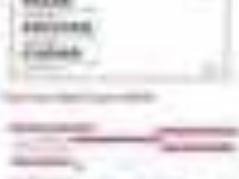
Objetivos: O projeto tem como objetivo principal a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, com foco na satisfação do cliente e na eficiência dos processos.

Metas: O projeto tem como metas a redução de custos, o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade dos serviços.

Benefícios: O projeto traz benefícios para todos os envolvidos, incluindo a melhoria da qualidade dos serviços, a redução de custos e o aumento da produtividade.








Definição de Risco: O projeto é desenvolvido com foco na prevenção de riscos, com a identificação de possíveis problemas e a implementação de estratégias para evitá-los.

Objetivos: O projeto tem como objetivo principal a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, com foco na satisfação do cliente e na eficiência dos processos.

Metas: O projeto tem como metas a redução de custos, o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade dos serviços.

Benefícios: O projeto traz benefícios para todos os envolvidos, incluindo a melhoria da qualidade dos serviços, a redução de custos e o aumento da produtividade.

IMPACTO À COLABORAÇÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS





PROJETO RADAR

em defesa da prevenção, promoção e reconhecimento à igualdade



Introdução

Este projeto tem como objetivo dar conhecimento à comunidade sobre a importância da prevenção, promoção e reconhecimento à igualdade...

Objetivos do Projeto (RADAR)

Este projeto tem como objetivo dar conhecimento à comunidade sobre a importância da prevenção, promoção e reconhecimento à igualdade...

Metas do Projeto

Este projeto tem como objetivo dar conhecimento à comunidade sobre a importância da prevenção, promoção e reconhecimento à igualdade...

Organização do Projeto

Este projeto tem como objetivo dar conhecimento à comunidade sobre a importância da prevenção, promoção e reconhecimento à igualdade...

Conclusão

Este projeto tem como objetivo dar conhecimento à comunidade sobre a importância da prevenção, promoção e reconhecimento à igualdade...

Linha do Tempo



Impactos

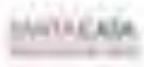
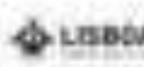
Este projeto tem como objetivo dar conhecimento à comunidade sobre a importância da prevenção, promoção e reconhecimento à igualdade...

Ações Realizadas

Este projeto tem como objetivo dar conhecimento à comunidade sobre a importância da prevenção, promoção e reconhecimento à igualdade...

Conclusões e Resultados

Este projeto tem como objetivo dar conhecimento à comunidade sobre a importância da prevenção, promoção e reconhecimento à igualdade...





UMA FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO E DE AVALIAÇÃO DO PROJETO RADAR

PROJETO DE INOVAÇÃO E MUDANÇA

1. O Radar de Inovação possui um instrumento de planejamento e de avaliação de implementação e processo de mudança. É de natureza não de grande escala. Tem como objetivo oferecer orientações práticas, técnicas e metodológicas de maneira integrada e em diálogo com os demais instrumentos de planejamento de longo prazo do sistema de inovação, contribuindo para a melhoria contínua.

2. Possui estrutura e figura de gestão que se adequa ao contexto e objetivos de gestão institucionais, sendo possível sua adaptação.

PROJETO DE AVALIAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

1. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

2. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

3. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

4. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

CONTRIBUIÇÃO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

1. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

2. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

3. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

4. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

CONTRIBUIÇÃO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

1. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

2. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

3. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

4. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

CONTRIBUIÇÃO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

1. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

2. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

3. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

4. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

CONTRIBUIÇÃO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

1. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

2. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

3. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

4. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

CONTRIBUIÇÃO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

1. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

2. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

3. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.

4. Contribui para a melhoria contínua do sistema de inovação, oferecendo suporte técnico e metodológico para a implementação e avaliação do projeto.



Anexo 3.4 - Poster Imagem Positiva da População 65+



Imagem Positiva e Valorização da População 65+ no Âmbito do Projeto Radar



ENGAJAMENTO

... (text) ...



IMAGEM POSITIVA E VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO 65+ NO PROJETO RADAR

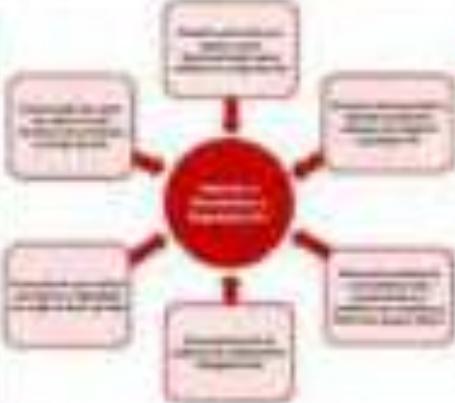
... (text) ...



COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PROMOÇÃO E O PAPEL DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

... (text) ...







COMUNICAÇÃO VISUAL

... (text) ...







INTERGERACIONALIDADE NO ÂMBITO DO PROJETO RADAR

Uma proposta promovida por três diferentes gerações



O QUE É INTERGERACIONALIDADE?

É a interação e o relacionamento entre pessoas de diferentes idades, que se dá de forma voluntária e organizada, com o objetivo de promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida de todas as idades.

Esta interação pode ocorrer em diferentes contextos, desde a família até a comunidade, e pode envolver diferentes tipos de atividades, desde o lazer até o trabalho.

Apesar de serem de idades diferentes, as pessoas podem ter interesses comuns e objetivos semelhantes, o que facilita a interação e a troca de experiências.

Esta interação pode ocorrer em diferentes contextos, desde a família até a comunidade, e pode envolver diferentes tipos de atividades, desde o lazer até o trabalho.



A Importância da Interação

A interação entre as gerações é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ela permite que as pessoas aprendam umas com as outras, compartilhem conhecimentos e experiências, e se sintam parte de uma comunidade.

Esta interação pode ocorrer em diferentes contextos, desde a família até a comunidade, e pode envolver diferentes tipos de atividades, desde o lazer até o trabalho.

ATIVIDADES INTERGERACIONAIS NO PROJETO RADAR

As atividades intergeracionais são aquelas que envolvem a interação entre pessoas de diferentes idades, com o objetivo de promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida de todas as idades.

Estas atividades podem ocorrer em diferentes contextos, desde a família até a comunidade, e podem envolver diferentes tipos de atividades, desde o lazer até o trabalho.





CONCLUSÃO

A interação entre as gerações é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ela permite que as pessoas aprendam umas com as outras, compartilhem conhecimentos e experiências, e se sintam parte de uma comunidade.

Esta interação pode ocorrer em diferentes contextos, desde a família até a comunidade, e pode envolver diferentes tipos de atividades, desde o lazer até o trabalho.



116

Anexo 3.6 - Poster Abordagem Humanista no Projeto Radar



ABORDAGEM HUMANISTA NO ÂMBITO DO PROJETO RADAR

Uma Estratégia de Intervenção



ENCADRAMENTO



Assegurar que todos os intervenientes tenham uma abordagem humanista e centrada na pessoa, com o objetivo de promover a sua autonomia e bem-estar.




De acordo com a abordagem humanista, o interveniente deve atuar em conjunto com a pessoa, promovendo a sua autonomia e bem-estar, e não apenas para ela. A abordagem humanista é centrada na pessoa e não no problema.




De acordo com a abordagem humanista, o interveniente deve atuar em conjunto com a pessoa, promovendo a sua autonomia e bem-estar, e não apenas para ela. A abordagem humanista é centrada na pessoa e não no problema.





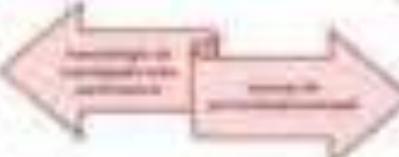
o PROJETO RADAR



METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

- 1. O interveniente deve atuar em conjunto com a pessoa, promovendo a sua autonomia e bem-estar, e não apenas para ela.
- 2. O interveniente deve atuar em conjunto com a pessoa, promovendo a sua autonomia e bem-estar, e não apenas para ela.
- 3. O interveniente deve atuar em conjunto com a pessoa, promovendo a sua autonomia e bem-estar, e não apenas para ela.



- 1. O interveniente deve atuar em conjunto com a pessoa, promovendo a sua autonomia e bem-estar, e não apenas para ela.
- 2. O interveniente deve atuar em conjunto com a pessoa, promovendo a sua autonomia e bem-estar, e não apenas para ela.
- 3. O interveniente deve atuar em conjunto com a pessoa, promovendo a sua autonomia e bem-estar, e não apenas para ela.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 1. O interveniente deve atuar em conjunto com a pessoa, promovendo a sua autonomia e bem-estar, e não apenas para ela.
- 2. O interveniente deve atuar em conjunto com a pessoa, promovendo a sua autonomia e bem-estar, e não apenas para ela.
- 3. O interveniente deve atuar em conjunto com a pessoa, promovendo a sua autonomia e bem-estar, e não apenas para ela.



117

Anexo 3.7 - Poster Programa Lisboa, Cidade de Todas as Idades



PROGRAMA LISBOA, CIDADE DE TODAS AS IDADES



O que é o programa

O programa visa a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com o objetivo de promover a saúde, a educação e a cultura, com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade de vida para todos.

O programa visa a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com o objetivo de promover a saúde, a educação e a cultura, com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade de vida para todos.

O programa visa a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com o objetivo de promover a saúde, a educação e a cultura, com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade de vida para todos.

O programa visa a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com o objetivo de promover a saúde, a educação e a cultura, com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade de vida para todos.

COMPARTILHADO COM OS CIDADÃOS DA REGIÃO AGRÍCOLA INTERMUNICIPAL (2023-2024)



Este programa é realizado em parceria com os municípios da Região Agrícola Intermunicipal, com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade de vida para todos.

CONTRIBUINDO COM TODOS OS CIDADÃOS

Atividades para jovens
Atividades que promovem a saúde e a educação dos jovens, com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade de vida para todos.

Atividades para adultos
Atividades que promovem a saúde e a educação dos adultos, com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade de vida para todos.

Atividades para idosos
Atividades que promovem a saúde e a educação dos idosos, com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade de vida para todos.

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO: AÇÃO EM PLAZA

O programa é realizado em parceria com os municípios da Região Agrícola Intermunicipal, com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade de vida para todos.

O programa visa a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com o objetivo de promover a saúde, a educação e a cultura, com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade de vida para todos.

O programa visa a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com o objetivo de promover a saúde, a educação e a cultura, com o objetivo de proporcionar um ambiente de qualidade de vida para todos.

PROJETO DE OPERACIONALIZAÇÃO EM PARCELIAS







Projeto RADAR
Abordagem do Entrevistador



O que é o RADAR?

O RADAR é um instrumento de avaliação que permite avaliar o nível de conhecimento, habilidades e competências dos estudantes em relação à área de atuação profissional. O RADAR é composto por 10 itens que avaliam o conhecimento teórico e prático dos estudantes em relação à área de atuação profissional.

O RADAR é utilizado para avaliar o desempenho dos estudantes em relação à área de atuação profissional. O RADAR é composto por 10 itens que avaliam o conhecimento teórico e prático dos estudantes em relação à área de atuação profissional.

- 1. Conhecimento teórico;
- 2. Habilidades e competências técnicas;
- 3. Habilidades e competências interpessoais;
- 4. Habilidades e competências pessoais;
- 5. Habilidades e competências profissionais;
- 6. Habilidades e competências acadêmicas;
- 7. Habilidades e competências de liderança;
- 8. Habilidades e competências de comunicação;
- 9. Habilidades e competências de trabalho em equipe;
- 10. Habilidades e competências de resolução de problemas.

O que é o RADAR?

O RADAR é um instrumento de avaliação que permite avaliar o nível de conhecimento, habilidades e competências dos estudantes em relação à área de atuação profissional. O RADAR é composto por 10 itens que avaliam o conhecimento teórico e prático dos estudantes em relação à área de atuação profissional.

O RADAR é utilizado para avaliar o desempenho dos estudantes em relação à área de atuação profissional. O RADAR é composto por 10 itens que avaliam o conhecimento teórico e prático dos estudantes em relação à área de atuação profissional.

- 1. Conhecimento teórico;
- 2. Habilidades e competências técnicas;
- 3. Habilidades e competências interpessoais;
- 4. Habilidades e competências pessoais;
- 5. Habilidades e competências profissionais;
- 6. Habilidades e competências acadêmicas;
- 7. Habilidades e competências de liderança;
- 8. Habilidades e competências de comunicação;
- 9. Habilidades e competências de trabalho em equipe;
- 10. Habilidades e competências de resolução de problemas.




Abordagem do Entrevistador

Esta abordagem foi elaborada para avaliar o nível de conhecimento, habilidades e competências dos estudantes em relação à área de atuação profissional. O RADAR é composto por 10 itens que avaliam o conhecimento teórico e prático dos estudantes em relação à área de atuação profissional.





Objetivos do RADAR:

- 1. Avaliar o nível de conhecimento, habilidades e competências dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 2. Identificar as áreas de melhoria dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 3. Orientar os estudantes para a melhoria do seu desempenho em relação à área de atuação profissional.
- 4. Avaliar o desempenho dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 5. Identificar as áreas de melhoria dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 6. Orientar os estudantes para a melhoria do seu desempenho em relação à área de atuação profissional.
- 7. Avaliar o desempenho dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 8. Identificar as áreas de melhoria dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 9. Orientar os estudantes para a melhoria do seu desempenho em relação à área de atuação profissional.
- 10. Avaliar o desempenho dos estudantes em relação à área de atuação profissional.

Benefícios do RADAR:

- 1. Permite avaliar o nível de conhecimento, habilidades e competências dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 2. Identifica as áreas de melhoria dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 3. Orienta os estudantes para a melhoria do seu desempenho em relação à área de atuação profissional.
- 4. Avalia o desempenho dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 5. Identifica as áreas de melhoria dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 6. Orienta os estudantes para a melhoria do seu desempenho em relação à área de atuação profissional.
- 7. Avalia o desempenho dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 8. Identifica as áreas de melhoria dos estudantes em relação à área de atuação profissional.
- 9. Orienta os estudantes para a melhoria do seu desempenho em relação à área de atuação profissional.
- 10. Avalia o desempenho dos estudantes em relação à área de atuação profissional.

119

Anexo 4 – Plano de Ações de Sensibilização Projeto Radar



Expectativas

O Projeto Radar tem como a sua prioridade de ação a criação de um espaço comum de diálogo com as famílias e aproximação de seus objetivos e modo de atuação, mas também com a criação de processos para maior confiança por parte da população. Para isso pretende:

Com o objetivo de proporcionar de 20% de produção de 100 das 10 frequências, espera promover um espaço de diálogo digno de um reconhecimento e promoção, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar para as questões de segurança e o crescimento de comunidades e promoção com 50-60 das suas capacidades.

A promoção e a divulgação das práticas de intervenção ações e atividades, onde se tenha fundamentalmente desenvolvido os aspetos de sensibilização, reconhecimento e mobilizar continuamente para a qualidade de vida, a promoção do bem-estar e saúde, e outros de promoção e o crescimento de famílias e comunidades.



Conclusões

Elaborar um modelo simples de gestão, com as características definidas nos objetivos;

Elaborar um documento por base de dados para poder ser utilizado;

Elaborar tabelas simples com as características definidas na Comunicação;



Objetivo

- Identificar oportunidades para a implementação e a manutenção dos projetos de Projeto Rápido
- Avaliar as condições
- Elucidar e estabelecer as condições para a implementação dos projetos locais de base, no nível comunitário e organizacional
- Desenvolver a capacidade de liderança pessoal e de implementação em nível comunitário, através de um sistema
- Realizar a avaliação de participação cívica
- Ser os pontos de contacto com os membros do PE para projetos locais que são a implementação, a partir de estruturas comunitárias locais de liderança (grupos de comunitários)



Resumo

Trata-se de um dos pontos de partida, com particular ênfase na promoção do que estão envolvidos em desenvolver um plano geral de trabalho para a implementação dos planos locais de liderança e de comunitários locais.

Em todas as áreas, procura-se ao nível de uma pessoa que são envolvidos no processo de Projeto Rápido para trabalhar nos seguintes níveis, a partir dos quais é possível alcançar objetivos de comunitários para a criação de liderança e liderança local.



Objetivos

- Promover as principais e objetivos do Projeto Radar, sensibilizando para a questão, mobilização e mudança social;
- Promover a efetiva participação da comunidade e das entidades públicas e privadas no âmbito do Projeto;
- Promover o aumento de atitudes e da participação da população cívica;
- Promoção e divulgação de materiais (promocção, afiches, divulgação de documentos, de ações, contactos entre dos estabelecimentos, entre outros);
- Criar novos materiais/formas laborais/boas;
- Melhorar a promoção e a ação de cada um dos municípios;
- Dar a visibilidade da população ao Projeto Radar.



Objetivos

- Analisar e avaliar as novas formas de participação;
- Desenvolvimento de questões, conteúdos, ações, e prioridades do Projeto;
- Desenvolvimento de medidas ou projetos específicos, situações de aprendizagem de auto-avaliação;
- Serão realizadas e concertar reuniões;
- Proporcionar momentos de bem-estar emocional e psicológico, reforçando a pessoa cívica;
- Sensibilizar a população cívica para a participação em atividades de promoção cultural e expressão artística, levar a população em contacto com boas práticas culturais e recreativas.



Ações de sensibilização na Colónia de São João do Estoril

O espaço da Colónia promove ações com pessoas que que vivem nas diferentes freguesias da cidade de Lisboa e que frequentam alguns dos estabelecimentos de NME (Centro de Dia, EMF) e Centros de Desenvolvimento Comunitário.

Comunicação

Em agosto de 2014, no período de manhã, entre as duas horas

7 de setembro

- CP João das Flores - Centro de Dia - Espaço de Música
- D. Maria I - Centro de Dia - Espaço de Artes



Ações de sensibilização na Colónia de São João do Estoril

Objetivos

- Apresentação do Projeto e explicação dos objetivos;
- Apoio individual com recurso à frase chave: Não Faltamos, Não Fugimos e outros slogans relevantes relativos ao Projeto;
- Entrega de material referente ao Projeto (cartão de identificação e material informativo);
- Desenvolvimento de dinâmicas lúdicas e de partilha (participação de pessoas) visando a construção e avaliação da comunidade;
- Realização de entrevistas aos intervenientes.



Ações no IMAO:

O pedido das infraestruturas, como guardas de projeto Buda, refere-se ao tipo e natureza e a duração de cada das frequências para implementar o trabalho de campo.

Implementação

De 02 de setembro a 1 de outubro (permanência de 30 dias), uma vez no local frequentado, a ser realizado.

De 10 a 17 de setembro (permanência de 8 dias) de parte de parte, a Equipe de Projeto dos Açores e de Buda, uma equipa em conjunto para implementação de campo dentro do IMAO. Este período de tempo inclui um teste de campo com equipamentos durante 100% de tempo, sendo implementado um trabalho mais complexo e que não possui uma frequência de 100%.



Ações no IMAO:

Implementação

- | | |
|------------------------------|--|
| 16 de setembro - Angra | 27 de setembro - São Domingos de Beira |
| 17 de setembro - Santa Clara | 28 de setembro - Açores |
| 18 de setembro - Angra | 29 de setembro - São Vicente |
| 19 de setembro - Ponta | 1 de outubro - Angra |
| 20 de setembro - Ponta | 2 de outubro - Angra |
| 21 de setembro - Ponta | 3 de outubro - Ponta |

De 10 a 17 de setembro (permanência de 8 dias) de parte de parte, a Equipe de Projeto dos Açores e de Buda.



Objetivo geral

Objetivos

- Promover sustentavelmente a eficiência e o sucesso do Projeto Borda, vital para o cumprimento dos objetivos definidos e o sucesso global do mesmo;
- Desenvolver competências de forma a trabalhar com equipas trans-disciplinares;
- Promover a flexibilidade e a autonomia interna de trabalho em equipa, para responder rapidamente às alterações, na fase de implementação do projeto;
- Ser a diversidade e a sua potencialidade de conflitos;
- Desenvolver, manter e ampliar a confiança, através de comportamentos;
- Garantir a capacidade de promover de forma transparente, oportuna e ética;
- Contribuir para o sucesso da confiança no uso da equipa e que pertencem;
- Melhorar a diversidade cultural das equipas.



Objetivo geral

A técnica de montagem deve ser parte das reuniões públicas e consultativas e das reuniões técnicas de trabalho entre os membros de uma intervenção. Procura promover, na base de maior coesão da população. O objetivo de trabalhar com a comunidade permite definir a estratégia de intervenção e população. A forma e o conteúdo a atingir já estão entre as equipas de intervenção com o comité local e habitante.



Ações de Babel

Objetivos

- Desenvolvimento do Projeto e sensibilização comunitária;
- Formação e outras participações comunitárias;
- Promover a cultura comunitária com a conta de frequência;
- Promover o ambiente de estudo e de participação de qualidade em;
- Formação e divulgação de materiais gráficos, áudio, fotografias de documentos de vídeo, conteúdos para os estabelecimentos, entre outros;
- Promover e promover a leitura nos locais comunitários;
- Promover uma rede ampla de trabalho de voluntários locais;
- Formação de materiais educativos em francês desenvolvidos de instituições internacionais;
- Desenvolvimento de atividades culturais e de gestão comunitária de qualidade, como as reuniões, eventos de formação;
- Realização de atividades em estabelecimentos comunitários em frequência de hora para a 1ª hora;



Ações de Babel

Os 11 e 12 municípios - Lagos, Faro, Beja, Évora, Alentejo, Alentejo Litoral, Beja, Mértola, Faro, Lagos, Vila Real de Santo António, Lagos, Lagos do Algarve

Objetivos: criar materiais e 1ª hora de formação, com duração de 1 hora, que possam ser usados e geridos de acordo com as necessidades de cada grupo (1ª hora de formação - Estudo e Gestão do 1º Estabelecimento - Formação e Gestão do 1º Estabelecimento - Estudo). Para 2 municípios haverá 2 sessões de estudo frequentes identificadas.



Atividade de Trabalho

Atividade 1 (15 minutos)

- De 17 de Setembro a 20 de Setembro de 2016
- De 21 de Setembro de 2016
- De 22 de Setembro a 23 de Setembro de 2016
- De 24 de Setembro a 27 de Setembro de 2016
- De 28 de Setembro a 30 de Setembro de 2016
- De 1 de Outubro a 3 de Outubro de 2016

Atividade 2 (15 minutos)

- De 17 de Setembro a 20 de Setembro de 2016
- De 21 de Setembro a 23 de Setembro de 2016
- De 24 de Setembro de 2016
- De 25 de Setembro a 27 de Setembro de 2016
- De 28 de Setembro a 30 de Setembro de 2016
- De 1 de Outubro a 3 de Outubro de 2016

Atividade 3 (15 minutos)

- De 17 de Setembro a 20 de Setembro de 2016
- De 21 de Setembro a 23 de Setembro de 2016
- De 24 de Setembro de 2016
- De 25 de Setembro a 27 de Setembro de 2016
- De 28 de Setembro a 30 de Setembro de 2016

Atividade de Trabalho

Atividade 1 (15 minutos)

- De 17 de Setembro a 20 de Setembro de 2016
- De 21 de Setembro a 23 de Setembro de 2016
- De 24 de Setembro de 2016
- De 25 de Setembro a 27 de Setembro de 2016
- De 28 de Setembro a 30 de Setembro de 2016
- De 1 de Outubro a 3 de Outubro de 2016

Atividade 2 (15 minutos)

- De 17 de Setembro de 2016
- De 21 de Setembro a 23 de Setembro de 2016
- De 24 de Setembro a 27 de Setembro de 2016
- De 28 de Setembro a 30 de Setembro de 2016
- De 1 de Outubro a 3 de Outubro de 2016

Atividade 3 (15 minutos)

- De 17 de Setembro a 20 de Setembro de 2016
- De 21 de Setembro a 23 de Setembro de 2016
- De 24 de Setembro a 27 de Setembro de 2016
- De 28 de Setembro a 30 de Setembro de 2016



Workshop Externo

Workshop Alameda

Data: 26 de Setembro (15:30 - 17:30)

Workshop de debate no âmbito do Projeto Radar sobre as 2000+ e em 2020. O objetivo decorre do Anexo de Apoio 11 do Plano de Gestão integrada para os 2000+ e consiste em a participação de cerca de 200 alunos no Projeto.

Workshop Santa Maria

Data: 05 de Setembro (17:30 - 19:30)

Workshop sobre as competências no Projeto de Santa Maria (Educação Ambiental de Santa Maria)



Workshop Alameda



- Áreas e locais do Projeto de Santa Maria para as 2000+ e em 2020
- Escolas para as 2000+ e em 2020
- Parque de Santa Maria
- Parque de Santa Maria e Alameda
- Parque de Santa Maria
- Parque de Santa Maria



Alentejo - Alentejo



- Local - Local de Trabalho de Alentejo (LTA) e Alentejo
- Recursos para ações sensibilizadoras:
- Sala de reuniões
 - Imagem de Alentejo
 - Material de trabalho
 - Imagem Local Alentejo

Alentejo - Alentejo



- Local - Local de Trabalho de Alentejo (LTA) e Alentejo
- Recursos para ações sensibilizadoras:
- Sala de reuniões
 - Imagem de Alentejo
 - Material de trabalho
 - Imagem Local Alentejo

WEEKEND 2011/2012



WEEKEND = zona do Projeto de Apoio (2011-2012)

Paróquias pelas quais se deslocará:

- Avenida de Roma,
- Praça de Loreto,
- Avenida Quarta Junqueira,
- Alameda,
- Avenida Almeida dos Reis,
- Avenida de Paris,
- Praça Francisco de Camões,
- Jardim Fernando Pessoa.

WEEKEND 2012/2013



WEEKEND = zona do Projeto de Apoio

Paróquias pelas quais se deslocará:

- Campo Mártires,
- Mercado do Terreiro do Paço,
- Avenida Almeida dos Reis,
- Jardim Camões,
- Avenida 25 de Abril.

SISTEMA - BORDO



- Mapa - Corte de Projeto do Bordo
 Pontos-chave para a caracterização:
- Rua de Sálgado;
 - Rua José Botelho (Normal) de Arroios;
 - Rua de Maria José;
 - Rua de António;
 - Rua Superior Manuel Soares;
 - Rua Nova.

SISTEMA - MARVIA



- Mapa - Corte de Projeto de Marvia
 Pontos-chave para a caracterização:
- Avenida João de Deus II;
 - Rua João Furtado;
 - Rua Maria Furtado Gomes;
 - Rua das Amoreiras.

INTERIO - URBANO



- Itinerário** – parte do Programa de Obras
- Avenida Fontainhas (1)
- Pontos de interesse para sensibilização:**
- Mercado Fontainhas Norte
 - Centro de Saúde de Tróia (2)
 - Rua Direita de Maternidade (3)
 - Centro de Saúde (4)
 - Mercado dos Olivais (5)
 - Centro Shopping
 - Centro dos Olivais (6) (Proj. de Valorização)

INTERIO - ZONA DO PARQUE



- Itinerário** – parte do Programa de Obras Parque dos Olivais
- Avenida dos Olivais
 - Avenida de Maternidade
 - Rua Direita (1)
 - Rua Direita (2) (Proj. de Valorização)

Atividades - 14/05/2014



Atividade - Jantar de Integração do Parque de Santa Eufémia

Resumo das atividades propostas:

- Atividade de Integração;
- Jantar de Integração;
- Atividade de Integração do Parque de Santa Eufémia;
- Trabalho de Integração;
- Jantar de Integração.



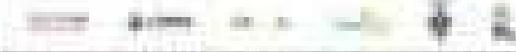
Atividades - 21/05/2014



Atividade - Jantar de Integração do Parque de Santa Eufémia

Resumo das atividades propostas:

- Trabalho de Integração;
- Jantar de Integração;
- Atividade de Integração.



Mapa - Alameda



Área - zona de atuação do Rêde

Parques para intervenção:

- Rua do Saneamento
- Rua do Sapo
- Praça do Sapo

Introdução

As ações de sensibilização visam criar uma rede entre os cidadãos do Projeto Rêde, criando, assim, a consciência dos valores comunitários de cada comunidade, permitindo que a mesma participe de forma ativa.

Este programa visa promover a consciência ambiental, criar um diálogo entre todos e gerar um compromisso de um novo conjunto de atitudes e valores, mais ligados à realidade das condições de vida, com o intuito de obter o desenvolvimento sustentável.

Um dos objetivos principais do programa é gerar uma rede, que por sua natureza de comunidade local, permita uma promoção de valores, bem como de atitudes que visam o desenvolvimento. Esta comunidade deverá dar suporte ao trabalho desenvolvido por todos os intervenientes do Projeto Rêde, permitindo, assim, uma possível resposta mais integrada e de qualidade, permitindo, assim, a criação de uma rede de trabalho e promoção e melhoria de condições.





Anexo 5 - Material de Comunicação e Promoção distribuído entre julho e outubro de 2019

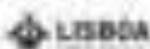
Material		O que foi Pedido (total Geral)	O que Temos (Total Geral)	O que foi Entregue															
Designação		Quantidade	Quantidade	Julho				Agosto				Setembro				Outubro			
				Entrevistadores	Parceiros	Comércio Local	Material Extra	Entrevistadores	Parceiros	Comércio Local	Material Extra	Entrevistadores	Parceiros	Comércio Local	Material Extra	Entrevistadores	Parceiros	Comércio Local	Material Extra
Capas modelo Columbya (ref. 3519), de cor vermelho. Impressão (medida máxima 15x15cm) do logotipo Projeto Radar a branco.		367	23	6				51				10			30	70	50		30
Fita de pescoço modelo Neck (ref. 8780), de cor vermelho. 4 impressões logotipo Projeto Radar a branco.		600	274																135
Fita de pescoço modelo Neck (ref. 8780), de cor preto. 4 Impressões logotipo Projeto Radar a branco.		600	202	40				40				4				22			100
Colete modelo Litman (ref. 3855), de cor preto M. Parte da Frente: Impressão do logotipo Projeto Radar a branco (10x10cm).		50	12																
Colete modelo Litman (ref. 3855), de cor preto L. Parte da Frente: Impressão do logotipo Projeto Radar a branco (10x10cm).		50	23																
Chapéu-de-chuva modelo Altis (ref. 3719), de cor vermelho. Impressão logotipo Projeto Radar a branco		100	11																
Chapéu-de-chuva modelo Helter (ref. 3718), de cor preto. Impressão logotipo Projeto Radar a branco		100	0													12			
Impermeável modelo Hinbow (ref. 4551), de cor vermelho. Parte da Frente: Impressão do logotipo Projeto Radar a branco (10x10cm).		100	63																
Esferográficas Futur: Cor preto. Uma impressão do logo Projeto RADAR, a branco. Dimensão máxima impressão: 2,5x0,8cm;		40000	1942	4400	300	100		4454		300	50	3454	1400	1030		5285			135
Pastas de papel		5000	4387	212				2				4		25		40			
Poster A4		7000	8	372		300		620	300					200		3800			100
Poster A3		2000	1103	843												50			
Díptico		37100	1600	3070		100		5685	45	100	100	1504	210	30		9250			435
Guia Prático		50000	18741	1950		100		1540	50	60	50	504	210	30		7360			285
Ficha de Projeto		1000	284	260															
Consentimento informado		36000	1920	5220		2000		2760				4000				4900			1000
Sacos de pano: Impressão logotipo Projeto Radar		4500	129	162	40	200		100	30	2	100	110	100	132	200	190	40	100	235
Sacos de pano SCML		100	51																
Mochilas Antigas		50	0																20
Autocolantes Ajuda		500	378																
Autocolantes Areeiro		500	331																
Autocolantes Olivais		500	314																
Led Portable Lamp		100	0									4							42
Autocolantes A6 do Projeto Radar		300	100																
Mochilas do Radar		300	50	19				2			4	6	9			5	4		
Colete Masculino: Safari vermelhos (tamanho M/ L)		50	40									2							
Colete Feminino: Safari vermelhos (tamanho S/M)		50	32									2							
Polo Feminino: Senhora Branco (tamanho S)		30	10																
Polo Feminino: Senhora Branco (tamanho M)		30	7									3							
Polo Feminino: Senhora Branco (tamanho L)		20	11									1							
Polo Masculino: Homem Branco (tamanho M)		30	21									2							
Polo Masculino: Homem Branco (tamanho L)		30	26																
Baralhos de Cartas Projeto Radar		2000	96											128	70	17	301	20	1235
Ímãs Magnéticos Projeto Radar		1000	0											561	400	20		19	
Casacos Projeto Radar (S/M/L/XL)		46	2													40			3
TOTAL GERAL		190203	32191	16554	340	800	2000	15254	425	462	304	9610	2618	1917	267	31325	133	100	3755

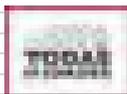




CHECK-LIST - Projeto RADAR

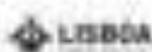
Material	O que foi Pedido (total Geral)	o que Temos (Total Geral)	O que foi Entregue								
			Julho				Agosto				
			Designação	Quantidade	Quantidade	Entrevistadores	Parceiros	Comércio Local	Material Extra	Entrevistadores	Parceiros
Capas modelo Columbya (ref. 3519), de cor vermelho. Impressão (medida máxima 15x15cm) do logotipo Projeto Radar a branco.	367	23	6					51			
Fita de pescoco modelo Neck (ref. 8780), de cor vermelho. 4 Impressões logotipo Projeto Radar a branco.	600	274									
Fita de pescoco modelo Neck (ref. 8780), de cor preto. 4 Impressões logotipo Projeto Radar a branco.	600	202	40					40			
Colete modelo Litman (ref. 3855), de cor preto M. Parte da Frente: Impressão do logotipo Projeto Radar a branco (10x10cm).	50	12									
Colete modelo Litman (ref. 3855), de cor preto L. Parte da Frente: Impressão do logotipo Projeto Radar a branco (10x10cm).	50	23									
Chapéu-de-chuva modelo Altis (ref. 3719), de cor vermelho. Impressão logotipo Projeto Radar a branco	100	11									
Chapéu-de-chuva modelo Helter (ref. 3718), de cor preto. Impressão logotipo Projeto Radar a branco	100	0									
Impermeável modelo Hinbow (ref. 4551), de cor vermelho. Parte da Frente: Impressão do logotipo Projeto Radar a branco (10x10cm).	100	63									
Esfereográficas Futur: Cor preta. Uma impressão do logo Projeto RADAR, a branco. Dimensão máxima impressão: 2,5x0,8cm;	40000	1942	4400	300	100			4454		300	50
Pastas de papel	5000	4387	212					2			
Poster A4	7000	8	372		300			620	300		
Poster A3	2000	1103	843								
Díptico	37100	1600	3070		100			5685	45	100	100
Guia Prático	50000	18741	1950		100			1540	50	60	50
Ficha de Projeto	1000	284	260								
Consentimento informado	36000	1920	5220			2000		2760			
Sacos de pano: Impressão logotipo Projeto Radar	4500	129	162	40	200			100	30	2	100
Sacos de pano SCML	100	51									
Mochilas Antigas	50	0									
Autocolantes Ajuda	500	378									
Autocolantes Areeiro	500	331									
Autocolantes Olivais	500	314									
Led Portable Lamp	100	0									
Autocolantes A6 do Projeto Radar	300	100									
Mochilas do Radar	300	50	19					2			4
Colete Masculino: Safari vermelhos (tamanhoM/ L)	50	40									
Colete Feminino: Safari vermelhos (tamanho S/M)	50	32									
Polo Feminino: Senhora Branco (tamanho S)	30	10									
Polo Feminino: Senhora Branco (tamanho M)	30	7									
Polo Feminino: Senhora Branco (tamanho L)	20	11									
Polo Masculino: Homem Branco (tamanho M)	30	21									
Polo Masculino: Homem Branco (tamanho L)	30	26									
Baralhos de Cartas Projeto Radar	2000	96									
Imans Magnéticos Projeto Radar	1000	0									
Casacos Projeto Radar (S/M/L/XL)	46	2									
TOTAL GERAL	190203	32191	16554	340	800	2000		15254	425	462	304





CHECK-LIST - Projeto RADAR

Material	O que foi Pedido (total Geral)	o que Temos (Total Geral)	O que foi Entregue							
			Setembro				Outubro			
Designação	Quantidade	Quantidade	Entrevistadores	Parceiros	Comércio Local	Material Extra	Entrevistadores	Parceiros	Comércio Local	Material Extra
Capas modelo Columbya (ref. 3519), de cor vermelho. Impressão (medida máxima 15x15cm) do logotipo Projeto Radar a branco.	367	23	10			30	70	50		30
Fita de pescoço modelo Neck (ref. 8780), de cor vermelho. 4 Impressões logotipo Projeto Radar a branco.	600	274								135
Fita de pescoço modelo Neck (ref. 8780), de cor preto. 4 Impressões logotipo Projeto Radar a branco.	600	202	4				22			100
Colete modelo Litman (ref. 3855), de cor preto M. Parte da Frente: Impressão do logotipo Projeto Radar a branco (10x10cm).	50	12								
Colete modelo Litman (ref. 3855), de cor preto L. Parte da Frente: Impressão do logotipo Projeto Radar a branco (10x10cm).	50	23								
Chapéu-de-chuva modelo Altis (ref. 3719), de cor vermelho. Impressão logotipo Projeto Radar a branco	100	11								
Chapéu-de-chuva modelo Helter (ref. 3718), de cor preto. Impressão logotipo Projeto Radar a branco	100	0					12			
Impermeável modelo Hinbow (ref. 4551), de cor vermelho. Parte da Frente: Impressão do logotipo Projeto Radar a branco (10x10cm).	100	63								
Esferográficas Futur: Cor preta. Uma impressão do logo Projeto RADAR, a branco. Dimensão máxima impressão: 2,5x0,8cm;	40000	1942	3454	1400	1030		5285			135
Pastas de papel	5000	4387	4		25		40			
Poster A4	7000	8			200		3800			100
Poster A3	2000	1103					50			
Díptico	37100	1600	1504	210	30		9250			435
Guia Prático	50000	18741	504	210	30		7360			285
Ficha de Projeto	1000	284								
Consentimento informado	36000	1920	4000				4900			1000
Sacos de pano: Impressão logotipo Projeto Radar	4500	129	110	100	132	200	190	40	100	235
Sacos de pano SCML	100	51								
Mochilas Antigas	50	0								20
Autocolantes Ajuda	500	378								
Autocolantes Areeiro	500	331								
Autocolantes Olivais	500	314								
Led Portable Lamp	100	0	4							42
Autocolantes A6 do Projeto Radar	300	100								
Mochilas do Radar	300	50	6	9			5	4		
Colete Masculino: Safari vermelhos (tamanho M/ L)	50	40	2							
Colete Feminino: Safari vermelhos (tamanho S/M)	50	32	2							
Polo Feminino: Senhora Branco (tamanho S)	30	10								
Polo Feminino: Senhora Branco (tamanho M)	30	7	3							
Polo Feminino: Senhora Branco (tamanho L)	20	11	1							
Polo Masculino: Homem Branco (tamanho M)	30	21	2							
Polo Masculino: Homem Branco (tamanho L)	30	26								
Baralhos de Cartas Projeto Radar	2000	96		128	70	17	301	20		1235
Imans Magnéticos Projeto Radar	1000	0		561	400	20		19		
Casacos Projeto Radar (S/M/L/XL)	46	2					40			3
TOTAL GERAL	190203	32191	9610	2618	1917	267	31325	133	100	3755



Anexo 6 - Abordagem na Entrevista

INTRODUÇÃO	144
Amostra estatística.....	144
Abordagem metodológica.....	145
Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade das equipas no terreno	147
DIA-TIPÍCO	148
Tipos de Procedimentos.....	151
ENTREVISTA EM SI.....	153
Contacto inicial.....	153
Preenchimento da informação da Plataforma Digital Projeto Radar	154
Pertinência das questões	157
Intervenção	157
PÓS ENTREVISTAS.....	161
Funções Técnicos Projeto Radar nas Equipas de Apoio a Idosos (EAI's).....	162
Exemplo de Protocolo de Atuação – Contacto Telefónico.....	163
Como proceder quando	163
Conclusão	165



INTRODUÇÃO

O Projeto Radar consiste num plano de intervenção comunitária e de desenvolvimento local com base na abordagem à metodologia de investigação-ação participativa e que tem como princípio fundamental agir “reflexivamente sobre a realidade, para a sua transformação num determinado sentido e com uma determinada intencionalidade, o resultado é o crescimento interativo dos sujeitos singulares e coletivos que contextualizam essa interação” (Nunes, 2008).

Este instrumento metodológico e epistemológico tem pressupostos humanistas e sociais, possibilitando o tratamento de dados da ação através do diagnóstico, da reflexão e do planeamento. Numa perspetiva de vanguarda, o Projeto Radar pretende fazer o reconhecimento à população 65+ da Cidade de Lisboa e identificar as suas expectativas, privações e potencialidades, detetando precocemente situações de risco. É perante estas situações que se define a intervenção, ajustando-a a cada situação e planeando de forma sustentada às respostas a acionar em função dos perfis de cada pessoa e dos seus contextos de vida.

Amostra estatística

Nas últimas décadas, a média de idades da população da Cidade de Lisboa aumentou significativamente, assim como os residentes com 65 ou mais anos, que correspondem a aproximadamente 132.000 habitantes e representam cerca de 23,7% do total de residentes. Destes, 85.508 vivem sozinhos ou acompanhados de outra pessoa de um mesmo escalão etário (II Diagnóstico Social de Lisboa, 2015-2016 p. 104-110).

O público-alvo do Projeto Radar é a população com 65 anos ou mais que viva sozinha ou acompanhada por outra pessoa do mesmo escalão etário. A fim de aceder a uma parcela significativamente representativa deste grupo prevê-se o levantamento de 30.000 pessoas (desconhecidas das várias entidades), a partir dos 65 anos de idade, o que corresponde a 23% da população com 65 anos ou mais, de cada freguesia da Cidade de Lisboa. Verifica-se uma heterogeneidade no processo de longevidade nas freguesias, sendo que Olivais (30%), Ajuda (29,5%), Benfica, Alvalade e Alcântara (29%) apresentam uma média de idades superior às restantes.

Com este levantamento, o Projeto Radar pretende o acompanhamento da população de idade avançada da cidade, no sentido de se criar condições para que a Cidade seja amiga de todas as idades, sem barreiras ao normal desenvolvimento dos diferentes ciclos de vida. Esta estratégia para a Cidade ambiciona que as pessoas tenham mais participação nas questões que lhes dizem respeito, a possibilidade de residir mais tempo nas suas habitações, bem como novas formas de cidadania no espaço público.



Abordagem metodológica

O Projeto Radar, enquanto plano de intervenção comunitária e de desenvolvimento local baseado na abordagem à metodologia de investigação-ação participativa, assenta numa metodologia de trabalho que se compõe por entrevistas, a partir de um mesmo guião consensualizado entre todos os parceiros do Programa “Lisboa, Cidade de Todas as Idades” bem como todas as entidades que intervêm no Projeto Radar.

As entrevistas permitem uma forma de interação social sob forma de um diálogo entre entrevistador e entrevistado. Como tal, existem vários tipos de entrevistas que se pode adotar:

- Entrevista estruturada (diretiva ou fechada)
- Entrevista semiestruturada (semidiretiva ou semiaberta)
- Entrevista não estruturada (aberta ou não diretiva)

A entrevista estruturada parte do pressuposto que existem questões definidas à partida, que o entrevistador deve comunicar ao entrevistado e este responde ao que lhe é solicitado. Na entrevista semiestruturada, o entrevistador tem um guião com questões que foram previamente delineadas, no entanto, permite que a pessoa discursar com mais liberdade. Cabe também ao entrevistador orientar a entrevista para os tópicos sugeridos no guião, assemelhando-se assim a uma conversa informal. Por último, as entrevistas não estruturadas permitem que o entrevistado aborde abertamente os temas propostos pelo entrevistador, garantindo liberdade ao sujeito para utilizar as suas próprias palavras, e potenciando a reciprocidade relacional que se estabelece entre as duas partes que interagem.

Vários trabalhos salientam as vantagens, as desvantagens, e os cuidados necessários ao utilizar a técnica da entrevista como procedimento de recolha de dados (MANZINI, 1990). O assunto da entrevista é abordado didático e pedagogicamente em três grupos: 1) assuntos relacionados com o planeamento da recolha de informações; 2) questões sobre variáveis que influenciam os dados e futura análise; 3) questões referentes ao tratamento e análise dos dados resultantes das entrevistas (MANZINI, 2003). As questões referentes ao planeamento da recolha de dados estão diretamente relacionadas com os objetivos pretendidos, a adaptação da sequência de perguntas, a elaboração de guião de entrevista, e a realização de um projeto piloto para adequar e validar o guião e a linguagem.

O Projeto Radar, enquanto plano de intervenção comunitária e de desenvolvimento local baseado na abordagem à metodologia de investigação-ação participativa, assenta numa metodologia de trabalho que se compõe por entrevistas semiabertas e semiestruturadas. A este propósito Bourdieu (1999) designa que a escolha do método não deve ser rígida, mas rigorosa, ou seja, o entrevistador não precisa de seguir um método com inflexibilidade, mas qualquer método ou conjunto de métodos a utilizar devem ser aplicados com rigor.

A implementação de entrevistas semiestruturadas como estratégia dominante para a recolha de dados, permite aos entrevistadores desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os participantes – pessoas com mais de 65 anos – interpretam aspetos relacionados com as suas expectativas, privações e potencialidades, na medida em que “fica-se



com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários *sujeitos*” (Bogdan e Biklen, 1994 p.135).

Este instrumento metodológico e epistemológico “consiste na recolha de informações sistemáticas com o objetivo de promover mudanças sociais. Os seus praticantes reúnem dados ou provas para denunciar situações de injustiça |ou risco| (...) com o objetivo de apresentar recomendações tendentes à mudança (...) procura resultados que possam ser utilizados pelas pessoas para tomarem decisões práticas relativas a determinados aspetos da sua vida. A investigação-ação é um tipo de investigação aplicada no qual o investigador se envolve ativamente na causa da investigação” (Bogdan e Biklen, 1994, p.292-293).

De acordo com os mesmos, uma entrevista proveitosa caracteriza-se pelo facto de os entrevistados se sentirem confortáveis e falarem abertamente sobre os seus pontos de vista. Neste sentido, uma das estratégias-chave para o entrevistador consiste em evitar perguntas que possam ser respondidas com “sim” e “não”, sendo que os pormenores e os detalhes particulares são revelados a partir de perguntas que exigem a exploração. Por exemplo, a pergunta “aparenta situação de isolamento/solidão?” pode ser respondida com uma só palavra se o entrevistador o desejar, mas “recebe visitas de familiares/amigos?” exige uma descrição mais minuciosa. As questões acerca das expectativas, privações e potencialidades requerem maior reflexão e exercício de introspeção. Nestas, é pedido ao entrevistador desafiar o entrevistado, de forma a obter uma resposta que evidencie a sua vivência pessoal.

A natureza deste tipo de entrevista assemelha-se a uma conversa informal, o que possibilita ao entrevistador espaço para improvisar e direcionar os temas abordados no guião, tornando-o mais íntimo. O carácter de um guião semiestruturado e semiaberto permite a transposição de novas questões, intimamente relacionadas com os temas sobre os quais são tencionados abordar. Desta forma, “Privilegiam-se várias vozes, ativa-se o debate e trocam-se pontos de vista com os interlocutores num “verdadeiro diálogo”, onde se trocam e negociam pontos de vista em conjunto, com um objetivo claro comum.” (Salgado, 2015, pg. 28).

Numa linha teórica fenomenológica, o objetivo seria o de atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos sociais. Assim, as perguntas descritivas teriam grande importância para a descoberta dos significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais. Numa linha histórico-cultural (dialética), as perguntas poderiam ser designadas como explicativas ou causais. O objetivo desse tipo de pergunta seria determinar razões imediatas ou mediatas do fenômeno social.

A subjetividade, como uma forma de produção de conhecimento científico (Araújo, 2000), permite a emergência do sujeito, e não apenas a confirmação de hipóteses dentro de um paradigma positivista de produção científica. Este método permite centralizar a voz de cada sujeito. A vivência subjetiva de cada curso de vida testemunha as infindas possibilidades de adaptabilidade de um ambiente social partilhado. Apenas tornando como fulcro a subjetividade é possível compreender como cada indivíduo torna o que é comum em pessoal, íntimo e sensível. O valor estatístico e técnico das entrevistas, e as consequentes ponderações acerca destas, requer uma certa uniformidade nas questões colocadas. Todavia, mesmo na presença de questões que requerem uma resposta binária, estabelece-se a necessidade de esclarecer a ponderação que conduziu àquela resposta. Assim, verifica-se um equilíbrio significativo e provocador entre a uniformidade do guião, a natureza contingente e casual de cada entrevista,



e entre o estabelecimento de uma ligação afetiva, ainda que momentânea, e a postura neutral e profissional. O entrevistador deve fazer uso da escuta ativa, e permitir que o entrevistado use as suas próprias palavras, evitando interferir no diálogo e apenas intervir em casos de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista.

Desta forma, “A relação estabelecida no fazer, coloca a centralidade da pesquisa na experiência física, sensorial, e afetiva do investigador, incluindo-o como agente da investigação, em relação ativa com os interlocutores. (...) O mais importante torna-se a viagem, o processo etnográfico propriamente dito.” (Salgado, 2015, pg. 28).

A relevância da aplicabilidade da entrevista semiestruturada e semiaberta como metodologia prende-se com as suas seguintes características:

- De natureza flexível, capaz de focalizar o carácter mais humanista;
- Permite agilidade quanto à duração, permitindo aprofundar determinadas questões;
- Acrescentar outras perguntas relacionadas com as questões do guião;
- Potenciadora de improviso, adaptabilidade e fluidez;
- Respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas;
- Capacidade de recolha de informação qualitativa e quantitativa;
- Provocadora de respostas espontâneas e imprevistas;
- Permite centralizar a voz do sujeito;
- Permite reconhecer a importância da dimensão afetiva no diálogo;
- Propiciam uma amostra melhor da população que se pretende estudar;
- Viabilizar entrevistar pessoas que não sabem ler ou escrever
- Permite uma interpretação da comunicação verbal e corporal.

Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade das equipas no terreno

Considerou-se fundamental constituir equipas multidisciplinares, com o objetivo de obter distintos olhares no encontro de respostas diferenciadas e especializadas nas diversas áreas. Desta forma, é possível uma compreensão holística, de forma a ir ao encontro de respostas diferenciadas e capazes de fazer face à natureza heterogénea de cada entrevistado.

Um olhar holístico, multifacetado e multireferenciado que utilize diferentes metodologias no sentido de conferir, não apenas a aquisição de competências técnicas, mas igualmente contribuir para a formação de novos profissionais com competências sociais, capazes de refletirem e agirem sobre o mundo. No significado conferido pelos atores, enquanto produtos de um processo complexo de relações e, sobretudo, permite considerar que as



relações e as interações sociais que geram, sustentam e mantêm determinados sintomas sociais, com que estes são governados não por fenómenos universais e históricos, mas mediados por práticas sociais socialmente construídas.

O entrevistador, a partir do confronto direto com as situações, com as vivências, que desencadeiam processos reflexivos e dão origem à aquisição de novos conhecimentos, torna-se capaz de transformar:

“O ato de aprender tão necessário, natural e inevitável como respirar (...) [porque] a aprendizagem é um processo em que os papéis de quem ensina e de quem aprende podem ser reversíveis (...) a análise empírica dos processos de aprendizagem mostra-nos a importância das interações sociais nos processos de aprendizagem e a reciprocidades que marca tais processos (...) caracteriza-se por ser um trabalho que ocorre em todos os contextos (...) não são o resultado de uma ação deliberada e intencional (...) cada um de nós aprende consigo mesmo, com os outros e, ainda, com o contexto em que está inserido” (Canário, 2006).

Assim, podemos dizer que as aprendizagens resultam das experiências e das vivências realizadas pelos sujeitos no seu quotidiano e das relações estabelecidas com outros. O indivíduo não é mero elemento simplificado e irredutível do social, mas que o sistema social se reflete nos «actos, sonhos, delírios, obras, comportamentos» de cada um/a, em cuja história da vida a história desse sistema está contida (Ferrarotti, 1983). A valorização da pessoa como ponto fulcral, e a compreensão que as suas vivências e subjetividades constroem-se a partir das relações estabelecidas com outros, permite perceber uma relação dialética entre o universal e o singular. Assim, é possível ler o social, primeiro, através da «síntese horizontal», que evidencia o(s) contexto(s) social/ais mais e menos imediato(s) em que se desenrola a sua vida e, depois, pela «síntese vertical» (Ferrarotti, 1983) que se vai desenhando ao longo do relato (família, grupo de pares, relações amorosas que estabelece, etc.).

Além de serem o resultado dos sentidos atribuídos e da reflexão efetuada, a aprendizagem é um processo que podemos considerar permanente, de autoconstrução do sujeito, que acumula e (re)constrói experiências e vivências, potencialmente educativas/formativas, sendo que, quanto maior for a riqueza e a diversidade dos contextos maior é a sua potencialidade educativa.

Torna-se possível, de forma empática, atenuar a assimetria entre entrevistador e entrevistado, de modo a estabelecer um diálogo mutuamente coerente e memorioso. A personalidade única de cada entrevistador, a sua sensibilidade, empatia, e mecanismos de interação, resultantes de infindos fatores ao longo da sua vida, jogam com a originalidade de cada pessoa com quem abordam, e a unicidade da sua presença. Deste modo, o entrevistador personifica a forma e o método de entrevista, a comunicação e a exposição do projeto. Sendo que qualquer interação tem em mente o mesmo guião, o mesmo projeto e a mesma intenção.

DIA-TIPÍCO

A atuação do técnico superior do Projeto Radar destacado no terreno remete-nos para uma alargada esfera de funções, técnicas e competências. Os entrevistadores, munidos de



conhecimentos acerca do Projeto Radar, devem ser capazes de transmitir o objetivo do projeto no decorrer da entrevista.

Embora a aplicação de questionários/condução de entrevistas constitua o aspeto nuclear da sua prática laboral, a atividade do técnico não se centra “apenas” nessa função, adquirindo densidade à luz dos desafios que diariamente enfrenta. Exige-se ao profissional, entre outros atributos, competências de gestão e organização, de pensamento analítico e tomada de decisão, interpessoais, relacionais e de comunicação.

Deste modo, dentro das principais funções dos Entrevistadores de Rua, no âmbito do Projeto Radar, destacam-se:

- Definição de rotas a percorrer, em colaboração com as juntas de freguesia e com as coordenadoras das EAI's;
- Realização de entrevistas a pessoas da freguesia com idade igual ou superior a 65 anos, que vivam sozinhas ou acompanhadas por outra (s) pessoa (s) do mesmo escalão etário. Propõe-se a cada técnico superior no terreno a realização de oito entrevistas por dia;
- Angariação de Radares Comunitários, junto do comércio e serviços locais, com entrega de material de apoio e autocolante/*poster* do Projeto Radar, e solicitação de dados de identificação do estabelecimento, nomeadamente: nome do estabelecimento e do responsável, morada, contacto telefónico e/ou e-mail. É esperado que cada entrevistador angarie quatro Radares Comunitários por dia, entre as 9h-10h e as 16h30-17h30;
- Articulação com Parceiros e/ou outros intervenientes, por exemplo PSP, voluntários e mediadores locais (bairros), com vista à definição de datas para acompanhamento a entrevistas.
- Elaboração de briefings diários à UMSC.
- Participação semanal em focus group.

Um dia típico para as equipas de terreno inicia-se com a definição das ruas a percorrer. Num primeiro momento, poder-se-ia supor qualquer rua, atendendo a que o técnico deve necessariamente percorrer todas as ruas de uma dada freguesia, não deixando nenhuma campanha por tocar. Não se trata, porém, de uma falsa questão. Para alcançar resultados ótimos, pressupõe-se possuir previamente alguma informação sobre o terreno, onde será necessário conhecer os limites exatos da freguesia. Caso se tenha conhecimento prévio de uma determinada zona habitada por um número significativo de pessoas 65+, sugere-se tirar partido dos parceiros do Projeto Radar e percorrer essa zona com o apoio dos agentes da PSP.

Na eventualidade de uma determinada rota se revelar improfícua torna-se necessário adaptar o percurso às circunstâncias e dificuldades do dia poderá revelar-se benéfico. O desafio aumenta após a cobertura total da freguesia. Percorridas todas as ruas, é necessário ir ao seu encontro na rua, nos cafés, nos jardins ou em outros locais públicos considerados pertinentes.

A hora de início de funções revela-se por vezes inadequada para iniciar o contacto com as pessoas - muitas ainda descansam ou acabam de acordar, mostrando-se então indisponíveis à abordagem do técnico. Por isso, a realização de ações de sensibilização/angariação de Radares Comunitários constitui-se como uma alternativa bastante válida, em detrimento de tentativas



de contacto, quase madrugadoras e muitas vezes inglórias. Locais com clientela fixa, muito frequentados por pessoas com 65 ou mais anos de idade, poderão ser especialmente importantes para a rede de Radares Comunitários.

Após o período temporal de sensibilização/angariação de Radares Comunitários, os entrevistadores iniciam a rota proposta. Quando chegam a um determinado local, tocam à campainha ou batem à porta, até que alguma pessoa atenda, tal como exemplificado abaixo.

- Pessoa: Quem é?
- Técnico: Bom dia/Boa tarde é da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do Projeto Radar.
- Pessoa: O que deseja?
- Técnico: Estamos aqui por parte do Projeto Radar, com o intuito de fazer um levantamento das pessoas com mais de 65 anos que vivem aqui na freguesia.

Caso a pessoa tenha 65 anos ou mais e decida abrir a porta, o técnico prossegue o discurso.

- Técnico: Como estava a explicar, estamos aqui por parte da SCML do Projeto Radar, com o intuito de fazer um levantamento das pessoas com mais de 65 anos que vivem aqui na freguesia.

A partir deste momento realiza-se a entrevista tendo sempre por base o protocolo de atuação, podendo sofrer algumas alterações consoante o seguimento da conversa. Importa frisar que no decorrer da entrevista o técnico deve entregar/apresentar o material de informação/ sensibilização do projeto Radar (anúncio publicitário do projeto, guia prático, díptico informativo, e esferográfica), assim como deve ficar na posse desta o original do consentimento informado assinado por ambos. O Consentimento Informado do Projeto Radar deve ser assinado pela pessoa entrevistada e pelo entrevistador e entregue ao primeiro, sendo de seguida fotografado através do *tablet* e submetido na Plataforma Digital Projeto Radar, tendo mencionado as instituições/entidades promotoras (Parceiros Chave). A Unidade de Missão da Santa Casa da Misericórdia salientou a importância de no consentimento evidenciar a intervenção proposta e a sua natureza, destacando os objetivos que se pretendem alcançar com a intervenção proposta.

Neste sentido, o Consentimento Informado do Projeto Radar deve:

- Ser assinado pela pessoa entrevistada e pelo entrevistador, e entregue ao primeiro, sendo fotografado e guardado na Plataforma;
- Identificar as instituições/entidades promotoras (Parceiros Chave);
- Apresentar de forma legível o nome, a assinatura e o contacto institucional do entrevistador que dá a informação e que recolhe o Consentimento;
- Identificar a intervenção que é proposta e a sua natureza;
- Descrever os objetivos que se pretendem alcançar com a intervenção proposta.

De facto, “o consentimento do titular dos dados deverá ser dado mediante um ato positivo claro que indique uma manifestação de vontade livre, específica, informada e



inequívoca de que o titular de dados consente no tratamento dos dados que lhe digam respeito, como por exemplo mediante uma declaração escrita, inclusive em formato eletrónico, ou uma declaração oral.”⁶⁷

O registo do inquérito por parte dos Entrevistadores de Rua é efetuado na Plataforma Digital do Projeto Radar. Como tal, são listadas abaixo algumas orientações aquando do respetivo preenchimento:

- Registrar na plataforma caso não seja possível efetuar o contacto, indicando o motivo de ausência de contacto. Similarmente, caso seja efetuado o contacto, mas a pessoa não aceite participar deve se assinalar na plataforma o motivo da recusa.
- Evitar erros de redação e colocar acentuação adequada.
- Retificação dos dados inseridos antes da submissão do inquérito, por exemplo números de telefone, moradas, freguesia e data de nascimento.
- Inserção de nomes e moradas completas, evitando uso de abreviaturas, e uso de apenas letras minúsculas.
- Quando possível, recolher contacto de familiar, e o respetivo nome, e contacto telefónico alternativo.
- Informar que irá ser efetuada uma chamada posterior à entrevista, de forma a confirmar os dados submetidos, e que a brevidade da realização da chamada irá depender do nível de intervenção colocado;
- Caso sejam entrevistadas pessoas do mesmo agregado, por exemplo um casal, indicação, em cada um dos registos, do nome do elemento também já entrevistado.
- No tópico “Agregado”, colocar com quem vive “vive com + IDADE...” por exemplo vive só; vive c/ marido + IDADE.
- Caso se assinale “Sim” em algumas das secções de “Aparenta” e/ou “Dificuldades”, colocar nas observações as informações pertinentes que justifiquem o “Sim”.
- Solicitar no consentimento informado o nome completo na assinatura, e confirmar a visibilidade da fotografia do consentimento antes de anexar.
- Após submetido o inquérito, caso o entrevistador queira alterar ou adicionar informação (por exemplo correção de erro, adição de informação revelada pós-entrevista), deve contactar-se o técnico da EAI para alterar ou adicionar a informação pretendida. Uma vez submetido o inquérito, este não pode ser cancelado.

Tipos de Procedimentos

⁶⁷ Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.



Apresentam-se de seguida alguns dos procedimentos padrão a ter em mente no momento da entrevista:

- A pessoa contactada, está indisponível para realizar a entrevista ou encontra-se ausente? Caso a pessoa contactada não tenha disponibilidade para realizar a entrevista no momento, deve entregar-se o material de apoio do Projeto Radar e indicação do número do informativo do Radar, com marcação da entrevista para uma nova data. Se a pessoa estiver ausente, deve assinalar-se na plataforma o motivo de ausência de contacto.
- A pessoa contactada desconhece o projeto e/ou apresenta desconfiança ou relutância em participar? Sugere-se a apresentação do anúncio publicitário do Projeto Radar, entrega de material alusivo ao Projeto ou incentivar o contacto para o informativo Radar e parceiros-chave, por exemplo a PSP. Caso ainda assim a pessoa recuse participar, o técnico deve registar o motivo de recusa na plataforma, e concluir o contacto com uma breve explicação do propósito do projeto e indicação que poderá contactar os serviços no futuro caso mude de ideias em relação à sua participação.
- O entrevistador depara-se com pessoas que vivam com alguém no agregado que tenha menos de 65 anos? Excepcionalmente, são realizadas entrevistas a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, residentes com outras pessoas que tenham menos de 65 anos, por exemplo se o respetivo elemento com menos de 65 anos possuir algum tipo de deficiência ou situação de saúde que afete negativamente a sua vida de forma significativa ou caso o agregado contactado esteja em situação de vulnerabilidade. Nesses cenários, deve-se indicar nas observações a justificação/motivo de realização da entrevista.
- Dois ou mais elementos do mesmo agregado têm idade igual ou superior a 65 anos? O registo na plataforma é feito separadamente, assim, devem ser preenchidos formulários distintos dos elementos que tenham idade igual ou superior a 65 anos, com indicação no respetivo registo do nome do elemento do agregado também entrevistado.
- Caso se encontre uma pessoa com Alzheimer? Se existir informação previamente facultada, por exemplo o cônjuge informa que, a pessoa contactada tem Alzheimer, deve averiguar-se a capacidade de orientação da mesma, sendo que, caso esta se revele “não orientada”, deve-se suspender a realização da entrevista, com agendamento de uma nova data caso seja justificável.
- A pessoa não aceita assinar o consentimento informado? O entrevistador deve explicar a função do consentimento informado, como um documento que garante a proteção dos dados da pessoa entrevistada, ficando a mesma na posse do documento original. Entrega de material de apoio, sugestão de realização da entrevista, com assinatura do consentimento informado no final, estando a submissão do inquérito condicionada a aceitação da pessoa das perguntas realizadas.



- A pessoa contactada, não sabe indicar ou não tem número de telefone/telemóvel? É importante sensibilizar a importância do contacto telefónico como forma de comunicação e acompanhamento dos técnicos à pessoa entrevistada. É permitido que o entrevistado possa facultar o contacto telefónico de um familiar próximo. Caso a pessoa, ainda assim, não indique um contacto telefónico, deve-se facultar à pessoa entrevistada o contacto da UDIP, indicando nas observações se a pessoa referiu a necessidade de apoio dos serviços.

- Quando se está a realizar uma ação de sensibilização/angariação de um potencial radar comunitário? O técnico superior deve apresentar-se, explicar o projeto e os seus objetivos enfatizar o papel e a relevância dos Radares Comunitários no âmbito do Projeto Radar, distribuindo ainda o material referente ao projeto, e aquele especificamente destinado à rede de radares: o cartaz e o autocolante. Importa solicitar ao responsável pelo estabelecimento a colagem/afixação do autocolante e/ou do cartaz em local apropriado, ficando visível/eis a quem frequenta o espaço e a quem circula no exterior, bem como os dados de identificação do estabelecimento: nome do responsável, nome do estabelecimento, contacto telefónico e morada, tendo atenção em referir também à Unidade de Missão a área de comércio que a pertence. Sublinhar as vantagens da adesão ao Projeto – de divulgação do espaço e de reconhecimento como entidade de responsabilidade social – poderá favorecer significativamente o sucesso da ação de sensibilização/angariação.

ENTREVISTA EM SI

Segundo Carvalho, (2012), a “itinerância antropológica”, vivida por todos nós, define-se como “uma busca incessante e continuamente retomada do sentido da vida (...) em ações e projetos de natureza educativa, social e pessoal que experienciam e renovam, sob a forma de realizações, avaliações, e recomeços, as pistas e problematizações que se vão construindo” (pg. 95 e 96). Esta longa itinerância, caracterizada pelo enraizamento de vivências, decisões e trajetos, garante uma subjetividade complexa e heterogénea. Cada entrevistador deve elaborar mecanismos que permitam ajustar o guião no momento da entrevista de acordo com a unicidade do sujeito com quem dialoga.

Contacto inicial

Numa primeira abordagem, considera-se importante que os entrevistadores se identifiquem como técnicos da Santa Casa da Misericórdia e que refiram o seu nome. De seguida, é requerido dos entrevistadores a capacidade de explicar o projeto - o que é, como e onde atua, e a sua metodologia, quais os seus parceiros e os objetivos propostos – de forma clara e concisa.



O projeto fundamenta-se através da participação das pessoas, e das suas respostas às questões propostas pelo guião. Por isso, é importante não só referir a importância da sua participação, mas também o contributo que este projeto pode proporcionar para si e para a sua comunidade, agora ou no futuro. Podem ser dados exemplos de questões presentes no questionário, de forma a explicar melhor o projeto e em que consiste a participação nele.

Evidencia-se que a entrevista é constituída por questões fechadas (sim/não), sobre a sua rotina e aspetos da vida diária, e também por perguntas abertas como as Expectativas/Privações/Potencialidades. Estas possibilitam desafiar o indivíduo a refletir sobre estes aspetos, como também compreender como cada sujeito vive e pensa sobre a sua comunidade. A influência da intervenção do entrevistador na produção do discurso do entrevistado (GILBERT, 1980; BRENNER, 1985), e nos processos de memória, e o efeito da interferência nos processos de raciocínio, evidencia a importância do papel que cada técnico no terreno tem na realização da entrevista.

Importa também referir que os dados solicitados apenas serão partilhados com os parceiros do Projeto Radar. Desta forma, será fornecido um documento oficial – Consentimento Informado - que irá ser assinado pelo entrevistador e entrevistado e o mesmo ficará na sua posse.

Após estes esclarecimentos, pergunta-se se o sujeito aceita ou não fazer parte do Projeto Radar. Caso aceite, procede-se com a entrevista. No caso de não aceitar, compete ao entrevistador salientar a possibilidade de contactar o número do informativo Radar caso tome conhecimento de uma situação que justifique a averiguação por parte de um técnico no terreno. Para isso, é material referente ao Projeto Radar, onde conste o número do informativo Radar.

Preenchimento da informação da Plataforma Digital Projeto Radar

Após a elaboração da primeira “Ficha de Sinalização”, e atendendo ao levantamento que se pretendia incrementar na Cidade de Lisboa, a Unidade de Missão da Santa Casa propôs o desenvolvimento do Projeto a partir de um *tablet* e, conseqüentemente, surgiu a ideia de desenvolver uma plataforma tecnológica, trabalho esse que acabou por ser elaborado pelos serviços internos da SCML, a DISTI (Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação).

Ao longo dos meses em que decorreu o Projeto Radar Piloto, foram introduzidos alguns ajustes de melhoria, nomeadamente no que respeita à “Ficha de Sinalização”, que passou a designar-se por “Ficha de Projeto Radar”. Esta alteração teve em conta vários aspetos, como a aderência ao recrutamento externo, que foi menos acentuada quando o anúncio fazia menção à palavra “Sinalizar”.

Com a Plataforma Digital Projeto Radar pretendeu-se agilizar o método de inserção de dados dos entrevistados para a posterior partilha entre todas as entidades/parceiros envolvidas, de forma a dar respostas mais eficazes, eficientes e efetivas.

Ao submeter a entrevista digitalmente num *tablet*, a Unidade de Missão da Santa Casa alertou para a necessidade de se solicitar a assinatura de um consentimento informado, que é



associado à ficha de projeto e devidamente submetido na plataforma. Este consentimento serve para ir ao encontro da vontade das pessoas e desta forma dar igualmente cumprimento ao contexto legal em vigor evidenciado no Regulamento Geral para a Proteção de Dados, quer para legitimar a participação no Projeto, quer para autorizar inequivocamente a partilha de dados com as entidades da Comissão Social de Lisboa, assegurando a confidencialidade das informações pessoais e das recolhidas durante o Radar, que, atendendo à sua vulnerabilidade, apenas estarão acessíveis aos técnicos de cada um dos parceiros, quando estritamente necessário.

Da informação incluída na Plataforma Digital do Projeto Radar há itens que são de preenchimento obrigatório como o nome completo, a morada completa e a data de nascimento, para permitir uma georreferenciação fidedigna, bem como evitar uma duplicação de dados no sistema (atendendo a que haverá cruzamento com a base de dados da SCML e o seu sistema PRIA), garantindo o cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. Os dados recolhidos serão devidamente arquivados e somente cedidos a pessoal autorizado, os quais incluem os Parceiros Chave e as Juntas de Freguesia.

A Plataforma Digital do Projeto Radar inclui informação sobre diversas dimensões que permitem definir o grau de isolamento e de solidão de cada pessoa, bem como critérios de prioridade na intervenção. Em função do grau e da gravidade destas diferentes dimensões, a referenciação estará disponível e pode ser encaminhada para diferentes destinos, para que a resposta às necessidades se possa concretizar de modo eficiente.

No caso de existirem pessoas entrevistadas por necessitarem de algum tipo de intervenção, mas que a recusem, estas poderão contar com o acompanhamento do Projeto, que estabelecerá contactos periódicos e regulares para verificar se a situação da pessoa teve alguma alteração ou se há solicitação da mesma para o acompanhamento.

A plataforma contém, para além dos dados socio demográficos de cada participante, itens de resposta fechada “Sim” ou “Não”, referentes a diversas condições da vida diária de cada um dos entrevistados. De notar que, numa fase embrionária à elaboração desta “Ficha de Sinalização”, as respostas pensadas seriam abertas, para numa fase posterior, e por forma a agilizar e tornar a entrevista mais próxima das pessoas, pensou-se num guião de entrevista semiestruturada e semiaberta, que permite ao entrevistador uma abordagem mais adjacente com o entrevistado, e assim, conseguir estabelecer uma conversa mais informal, empática e próxima. Aquando a referência de dificuldades ou situações de vulnerabilidade nas questões de carácter fechado, é esperado que os entrevistadores desenvolvam o motivo que levou aos entrevistados.

Assim, as questões resumiram-se ao que se segue:

- Freguesia;
- Se aceita ou não participar;
- Se recebe algum tipo de acompanhamento (se sim, qual a instituição/cuidador);
- Nome completo;
- Sexo;



- Data de nascimento;
- Código Postal;
- Morada (Rua, número, andar);
- Contacto telefónico;
- Contacto de familiar próximo;
- Correio eletrónico;
- Agregado Familiar;
- Residência (moradia, apartamento, piso);
- Existência de elevador;
- Local que habitualmente frequenta;
- Se tem médico de família;
- Aparenta viver em situação de isolamento/solidão;
- Aparenta ser vítima de maus tratos/violência
- Aparenta sinais de carência alimentar;
- Aparenta viver em situação de carência económica
- Aparenta dificuldade em realizar a higiene habitacional;
- Aparenta dificuldade em realizar as tarefas da vida diária (compras, deslocar-se a consultas, higiene pessoal, etc.);
- Aparenta dificuldade em vestir-se;
- Aparenta necessidade de cuidados de saúde;
- Aparenta algum nível de desorientação (Espácio – local onde se encontra, país, cidade, freguesia; Temporal - hora, dia, mês, ano, estação do ano);
- Observações (motivo da sinalização/principais problemáticas);
- Expectativas;
- Privações;
- Potencialidades;
- Relação entre o entrevistador e o entrevistado;
- Grau de urgência de intervenção;
- Anexação do Consentimento Informado devidamente preenchido.



Pertinência das questões

As questões que figuram no guião, determinadas em articulação com os parceiros do Projeto Radar, dividem-se em campos de natureza obrigatória e não obrigatória. A validação da entrevista depende do preenchimento de todos os campos das questões obrigatórias. Ainda assim, é fundamental o preenchimento total de todos os campos, obrigatórios ou não, e a fundamentação dos mesmos. A importância das questões não é determinada pela sua obrigatoriedade, ou não, do seu preenchimento, mas sim pelo fundamento e conteúdo referente de cada resposta. O entrevistador deve compreender como cada questão responde a um propósito específico no desenvolvimento do Projeto Radar.

As perguntas de cariz pessoal (nome completo, data de nascimento, morada e contacto) requerem uma explicitação fidedigna e clara do Projeto, e a importância da obtenção correta e completa destes dados. Não apenas para evitar a duplicação de entrevistas, mas também para a necessidade de contacto de despiste e confirmação dos dados e facilitar a articulação da informação com as demais entidades.

Um dos propósitos do projeto é a constituição de uma rede comunitária através da angariação de Radares Comunitários. Desta forma, é perguntado ao sujeito os locais que habitualmente frequenta, para que seja possível entender os tipos de estabelecimentos que a população com mais de 65 anos prefere frequentar.

O guião definido previamente encontra-se adaptado às características gerais da população com mais longevidade. A importância de abordar dimensões referentes a dificuldades ou limitações do quotidiano, sobre o agregado familiar e a presença de suporte familiar ou comunitário, e se possui ou não médico de família, têm o propósito de avaliar o bem-estar, o risco e a vulnerabilidade, de cada indivíduo com 65 anos ou mais, de forma a possibilitar a determinação no nível de intervenção por parte do entrevistador.

As perguntas de carácter mais aberto possibilitam respostas mais livres, espontâneas e pessoais. O Projeto Radar distingue-se pelo tipo de informação que procura recolher, e por ter constituído um espaço que possibilita a colaboração com parceiros institucionais e comunitários. Ao questionar acerca das expectativas, privações e potencialidades, proporciona ao entrevistado um espaço para refletir sobre si e as suas capacidades e sobre a sua comunidade, de forma a desenvolver respostas adequadas que possibilitem uma longevidade mais ativa e participativa na sua comunidade.

Intervenção

A intervenção terá em conta o critério de prioridade determinado pelo entrevistador aquando o preenchimento da Ficha do Projeto Radar. Esta ponderação possibilita a definição do tempo da intervenção para alcançar os objetivos. Assim propõem-se cinco níveis com a seguinte legenda:



- Nível 1 Crítico – Tempo para atuar: 4 horas;
- Nível 2 Alto – Tempo para atuar: 24 horas;
- Nível 3 Médio – Tempo para atuar: 2 dias;
- Nível 4 Baixo – Tempo para atuar: 3 dias;
- Nível 5 Planeado – Tempo para atuar: 1 semana.

A Ficha do Projeto Radar permitirá caracterizar a população, do ponto de vista da dependência, da rede de apoio formal e informal, e das condições habitacionais. A informação recolhida por este documento consensual entre todos os parceiros facilitará a devida avaliação, bem como o encaminhamento de situações que carecem de intervenção urgente.

A determinação de qualquer um dos níveis não necessita de um conjunto de fatores, sendo que, por vezes, apenas uma situação identificada possa por si só ser indicador de nível Crítico (por exemplo, se a pessoa manifesta um qualquer tipo de carência alimentar, seja ela de ordem económico-financeira, por questões motoras e inabilitação para conseguir cozinhar ou simplesmente fazer as suas compras, ou por não ter ajuda e não o conseguir fazer sozinha).

A dificuldade em desempenhar uma tarefa por incapacidade não é o mesmo que não a conseguir executar por não ter qualquer tipo de ajuda (manifestamente, o segundo caso torna-se mais crítico que o primeiro, uma vez que esta pessoa não só não consegue executar certas tarefas como evidencia um grau de isolamento superior).

O equilíbrio postural é definido como a manutenção de uma postura particular do corpo com um mínimo de oscilação (equilíbrio estático) ou a manutenção da postura durante a execução de uma tarefa motora que tenda a perturbar a orientação do corpo (equilíbrio dinâmico) (Lima, Figueiredo & Guerra, 2007). Este é claramente um índice que pode ser avaliado, ainda que subjetivamente, apenas pela simples observação. É importante que se perceba se a pessoa corre o risco de queda.

A própria questão da dependência conta com vários níveis de apoio, como seja a supervisão, a orientação ou a assistência pessoal ou cuidado integral, dependendo da atividade a que nos referimos:

- Banho: Necessita de ajuda para banhar-se em mais de uma parte do corpo, a entrar e a sair do chuveiro ou banheira ou requer assistência total no banho.
- Vestir: Necessita de ajuda para se vestir ou necessita de ser completamente vestido.
- Ida à casa de banho: Necessita de ajuda para ir ao wc, para se limpar ou usar o urinol ou a arrastadeira.
- Transferência: Ajuda para se sentar, deitar e/ou se levantar da cama ou cadeira.
- Incontinência: Parcial ou totalmente incontinente a nível intestinal ou vesical.



- Alimentação: Ajuda parcial ou total com a alimentação.

A tarefa complexa da determinação do nível de intervenção por parte do entrevistador estabelece-se a partir da sua sensibilidade, e da realização de questões que considere pertinentes no decorrer da entrevista. Desta forma, referem-se alguns elementos que se necessitam ter em conta:

Nível 1 Crítico – Tempo para atuar: 4 horas;

- Risco de vida;
 - ✓ Risco de derrocada (risco para a vida da pessoa);
 - ✓ Carência alimentar (risco para a vida da pessoa);
 - ✓ Risco iminente (maus tratos físicos);
- Ausência total de rede de suporte (risco de isolamento severo);

Nível 2 Alto – Tempo para atuar: 24 horas;

- Risco de saúde;
- Despejo (ação judicial);
- Saúde mental / desorientação;

Nível 3 Médio – Tempo para atuar: 2 dias (48h);

- Negligência;
- Insalubridade;
- Risco vulnerabilidade;
- Conflitos familiares;

Nível 4 Baixo – Tempo para atuar: 3 dias (72h);

- Tudo o que diga respeito a mobilidade (necessidade de produtos de apoio);
- Necessidade de respostas sociais;
- Sinais de depressão;

Nível 5 Planeado – Tempo para atuar: 1 semana;

- Reconhecimento e monitorização futura da pessoa;

Em suma, os objetivos fundamentais de uma deteção e intervenção precoce definem-se por:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- Retardar ou evitar a institucionalização do indivíduo;



- Assegurar aos indivíduos e famílias a satisfação das suas necessidades básicas e atividades da vida diária;
- Prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos indivíduos e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;
- Colaborar na prestação de cuidados de saúde;
- Prevenir situações de dependência e promover a autonomia.

De acordo com Benjamim, A. (1999)⁶⁸, um acompanhamento mais próximo das pessoas que não estejam capazes de desenvolver as atividades básicas do dia-a-dia e se encontrem em situação de dependência, tendo por base os seguintes critérios de prioridade:

- Encontrar-se numa situação de risco de acelerar ou degradar o processo de [envelhecimento] (isolamento, desajustamento familiar);
- Apresentar situação económica desfavorável;
- Outros requisitos que se julguem pertinentes para uma intervenção.

Os critérios agora elencados são resultado de inquéritos feitos a pessoas 65+, que manifestaram assim a sua prioridade em caso de intervenção. Não obstante estas situações, a questão da “carência alimentar” deve surgir como fator prioritário e requerer um nível de intervenção de grau “Crítico”, e, assim, ser alvo de uma intervenção imediata.

Esta intervenção engloba o cuidado de saúde ou ajuda dirigida a pessoas que residam nas suas casas, requerendo essa mesma ajuda face ao seu estado funcional ou de saúde. O tipo de cuidados não se restringe apenas aos indivíduos que já apresentam algum tipo de incapacidade relevante, devendo, sobretudo, constituir-se como estratégia de prevenção, para que as pessoas de idade avançada não fiquem precocemente confinadas à sua casa, em virtude da degradação do seu estado funcional.

De um modo geral, os programas de cuidados para a população 65+ têm como objetivo principal manter o indivíduo no meio que escolheu, normalmente no seu meio habitual (Emlet & Crabtree, 1996; Nolan, 2001). Há que fazer um diagnóstico/avaliação, intervenção, monitorização, reabilitação e serviços de suporte, tendo em vista a autonomia do indivíduo. Trata-se assim de um conceito holístico de cuidado que procura restaurar, manter e promover a qualidade de vida dos beneficiários e a sua rede de suporte, através da prestação de serviços de saúde e sociais (Dane, 1990). Em suma, os seus objetivos comportam duas dimensões: a esfera individual e a esfera social. Os objetivos de natureza individual são direcionados para a própria pessoa, procurando garantir o seu bem-estar. Manter o indivíduo em lugares que para ele são significativos, contribuindo para a manutenção das suas redes de relacionamento (família, amigos, vizinhos...). Os objetivos de natureza social fundamentam-se no pressuposto de que o apoio no domicílio, seja de tipo social ou de saúde, ou ambos, são mais eficazes do que os cuidados prestados em contexto institucional.

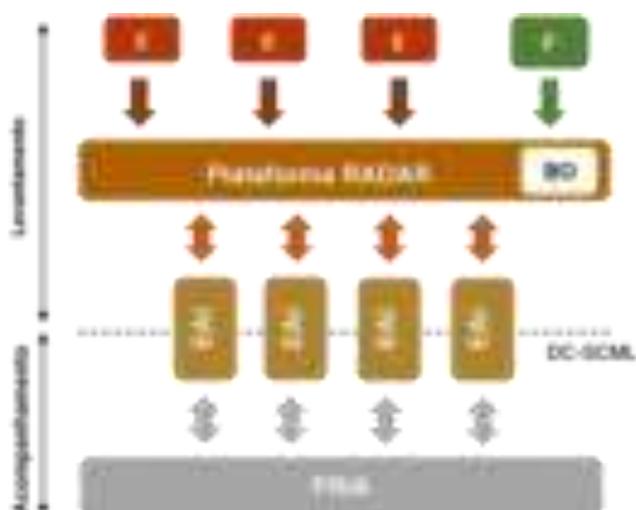
⁶⁸ (A Normative Analysis of Home Care Goals. Journal of Aging and Health, 11(3), 445-468)



O momento da entrevista justifica-se não pela simples introdução dos dados facultados, mas, pela riqueza da mesma. É o papel do entrevistador desafiar a reflexão acerca do momento atual do curso da sua vida, das possibilidades e dos desafios futuros, de forma a obter respostas significativas e de cariz mais pessoal. “A relação estabelecida no fazer, coloca a centralidade da pesquisa na experiência física, sensorial, e afetiva do investigador, incluindo-o como agente da investigação, em relação ativa com os interlocutores. (...) O mais importante torna-se a viagem, o processo etnográfico propriamente dito.” (Salgado, 2015, pg. 28). Através do paradigma da ética da hospitalidade, analisado por Innerarity, e abordado por Carvalho, o entrevistador deve considerar o entrevistado como um hóspede, que “não mantendo uma relação de poder com o hóspede, o acolhe verdadeiramente, deixando-se inclusive modificar algo, não se apropriando dele (...) não fazendo dele um refém. (...) Por outro lado, não deverá tratar-se apenas de uma recetividade relativamente ao outro, mas igualmente de uma pró-atividade que seja, ela mesma, geradora de inovação, de alteridade” (Carvalho, 2012, pg. 37). Assim, “terá o hospedeiro de aceitar que o hóspede possa contrariar o seu saber e o seu querer, privilegiando, em vez das categorias do subjetivo e do objetivo, as do encontro e da receção.” (Carvalho, 2012, pg. 35).

Desta forma, o Projeto Radar cultiva um pensamento e reflexão sobre si, o seu futuro e de que forma pode aproveitar os prazeres da vida, descobrir o que lhe dá prazer e de reinventar-se. Este desafio que é proposto impulsiona novos paradigmas sobre o que é ter uma vida longa de forma ativa, autónoma e relacional. O diálogo não deve consistir numa simples troca de palavras, mas sim demonstrar que “ (...) as palavras têm efeitos materiais nas pessoas (falante e ouvinte) (...)” (Salgado, 2015, pg.30). Desta forma, procura-se construir comunidades onde todos os sujeitos são cidadãos ativos e participativos, sujeitos de direitos, atores e autores das próprias políticas. Pretende ainda evidenciar as capacidades de cada um. Permite a emancipação a partir de uma estrutura comunitária estabelecida através dos objetivos do Projeto Radar, de forma a tecer um espaço onde as pessoas se definem e participam.

PÓS ENTREVISTAS



Legenda

- E** – Equipas de Rua (Entrevistadores)
- P** – Parceiros
- ARS** - Administrações Regionais de Saúde
- ISS** - Instituto Segurança Social
- CML** - Câmara Municipal de Lisboa
- PSP** - Polícia de Segurança Pública
- SCML** - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- BO** - BackOffice
- DC-SCML** - Data Center – Santa Casa Misericórdia Lisboa
- EAI** - Equipas de Apoio aos Idosos



Funções Técnicas Projeto Radar nas Equipas de Apoio a Idosos (EAI's)

As Equipas de Apoio a Idosos (EAI's), inseridas nas Unidades de Desenvolvimento e Intervenção de Proximidade (UDIP's) da SCML, são equipas compostas por técnicos superiores nas áreas de serviço social, psicologia e terapia ocupacional, orientados especificamente para apoiar e acompanhar cidadãos com mais de 65 anos que residam sozinhos ou acompanhados por outra (s) pessoa (s) do mesmo escalão etário. Estas equipas dão resposta fundamentalmente a situações de risco, e a sua intervenção é focalizada para ocorrências de elevada vulnerabilidade social. Os casos podem ser identificados pelo próprio, pela comunidade ou pelos demais serviços inerentes à população, nomeadamente, Polícia de Segurança Pública, Juntas de Freguesia, Proteção Civil, Linha S.O.S, Comissões Sociais de Freguesia, hospitais, entre outros.

O trabalho dos técnicos do Projeto Radar nas EAI's, nas UDIP's, inclui:

- Monitorização e acompanhamento da Plataforma Digital do Projeto Radar;
- Verificação, validação e correção dos dados;
- Realização de contacto telefónico de despiste;
- Conclusão e/ou encaminhamento dos processos para os devidos serviços.
- Acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas EAI's:
- Atendimentos sociais: realizados pelos técnicos das EAI's nas próprias instalações da UDIP, que tornam possível apreender técnicas de intervenção, abordagens adequadas, e a importância de um discurso 'desconstruído' e objetivo face aos objetivos da intervenção;
- Visitas: as visitas realizadas podem ser ao domicílio, em hospitais, Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI's), Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI's), ou a outras instituições. Através do contacto direto privilegiado com o utente e com o seu meio envolvente, estas permitem ter consciência das dificuldades existentes, procurando encontrar (em conjunto) estratégias face ao problema de modo a conseguir ultrapassá-lo e resolvê-lo.
- Elaboração de briefings diários à UMSC;
- Participação semanal em focus group.

Após a entrevista realizada pelos entrevistadores no terreno, já na fase de monitorização e acompanhamento, o técnico destacado na EAI precisará impreterivelmente de efetuar um contacto telefónico de despiste a todas as pessoas que vão sendo entrevistadas, conforme descrito no protocolo de atuação supramencionado. Deste modo, são apresentados de seguida, alguns aspetos a ter em consideração durante a realização do contacto telefónico.



Exemplo de Protocolo de Atuação – Contacto Telefónico

- “Olá, bom dia/boa tarde.... Estou a falar com..... o meu nome é..... Sou técnico/a da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e estou a ligar-lhe no seguimento da entrevista que realizou para o Projeto Radar. Recorda-se?”
- “Este telefonema tem o intuito de confirmar alguns dos dados facultados assim como aferir se existe alguma necessidade de apoio por parte da SCML. Gostaria assim de confirmar: Nome completo; Morada; Agregado familiar; Observações.”

Nota: O técnico deve procurar esclarecer as questões das observações com a máxima discrição possível, estabelecendo uma conversa fluida, capaz, de modo subtil, de obter as informações que procura, sem revelar à pessoa contactada o conteúdo do campo das observações. (por exemplo, se nas observações surge escrito que a pessoa não convive com praticamente ninguém, o técnico deve procurar perceber se este dado corresponde ou não à realidade).

- Após a confirmação dos dados principais do inquérito – não esquecendo que se deve sempre verificar no PRIA se a pessoa já tem processo na SCML – o técnico deve: perguntar à pessoa contactada se existe necessidade de apoio, dando resposta em caso afirmativo; incentivar a contactar os serviços no futuro, caso não exista necessidade de apoio no momento; e reforçar a rede de Radares Comunitários nas proximidades.

Os técnicos destacados na EAI devem procurar:

- Confirmar os dados principais do inquérito (por exemplo: nome completo, morada, agregado familiar, etc.);
- Esclarecer aspetos que possam ter-se destacado nas observações;
- Confirmar se existe ou não necessidade de apoio por parte dos serviços;
- Certificar se foram entregues os contactos do serviço e incentivar a contactar no futuro;
- Reforçar a rede de Radares Comunitários nas proximidades.

Nota: O contacto telefónico é de cariz obrigatório, salvo se a pessoa entrevistada não o indica, nesse caso a atividade é concluída se a pessoa refere não precisar de apoio, e é realizada uma visita domiciliária pelas técnicas da EAI caso a pessoa entrevistada revele necessidade de apoio.

Como proceder quando

A pessoa contactada já tem acompanhamento do serviço? Deve aferir-se no PRIA o nome do/a técnico/a da SCML que acompanha o processo, se for da EAI, deve informar-se o/a técnico/a estando a seu cargo a realização do telefonema, uma vez que já conhece o processo e como tal poderá prestar uma melhor resposta. Por outro lado, caso se verifique que o/a técnico/a responsável não pertence à EAI deve concluir-se a atividade na EAI e.g.: observação “Pessoa com processo ativo no Acolhimento Social Generalista com a técnica X”; e criar-se uma



nova atividade para a SCML/EAI e.g.: observação “Pessoa com processo ativo no Acolhimento Social Generalista com a técnica X”.

- A pessoa contactada refere não precisar de apoio do serviço de momento? Deve confirmar-se se a pessoa ficou com os contactos do serviço, reforçar que poderá contactar no futuro caso surja alguma questão que entenda que os serviços poderão ajudar, e referir a existência de futuros contactos de acompanhamento. A atividade da pessoa é concluída na plataforma, acompanhada de uma observação que resuma o teor do contacto, por exemplo: “Contacto telefónico efetuado com sucesso, o entrevistado confirmou encontrar-se bem e não precisar de apoio. Salientou o forte suporte familiar que usufrui e referiu ter ficado com os contactos do serviço”.
- A pessoa contactada precisa de apoio do serviço? Informar sobre os procedimentos e documentos necessários para o efeito, e agendar a avaliação com as técnicas da EAI, atualizando na plataforma o estado da atividade.
- Esta ação determina que o/a técnico/a tenha pleno conhecimento das respostas existentes e dos procedimentos inerentes às mesmas, nomeadamente:
 - Serviços fornecidos pela SCML (e.g.: apoio nos cuidados de higiene pessoal, fornecimento de refeições, apoio à medicação);
 - Produtos de apoio existentes (e.g.: andarilhos, cadeira de rodas, camas articuladas, assentos de banheira);
 - Documentos necessários para que seja alvo de avaliação (e.g.: Cartão de Cidadão; Comprovativo de pensão/reforma; relatório médico; relatório da farmácia; Comprovativo de despesa da renda da casa).
 - Serviços existentes na freguesia (por exemplo: serviços fornecidos por ERPI’s, Centros de Dia, Centro de Saúde, associações; a nível de teleassistência, refeições, etc.).
- Não existe contacto telefónico no inquérito ou o contacto está incorreto? Análise do inquérito, leitura do campo das observações de modo a aferir se a pessoa entrevistada precisa ou não de apoio dos serviços. Em caso afirmativo ou caso não esteja explícito, deve realizar-se visita domiciliária à pessoa entrevistada, com a atualização na plataforma do estado do processo (“Em Progresso”/“Concluído”). Contrariamente, se a pessoa refere não precisar de apoio, a atividade é concluída na plataforma, com a indicação de que não foi possível efetuar o contacto telefónico e.g.: “Contacto telefónico não efetuado, por ausência de número de telefone/telemóvel. Segundo consta nas observações deixadas pelos entrevistadores no terreno, a entrevistada mencionou não precisar de apoio, e ficou com o contacto dos serviços”.



- A pessoa entrevistada expressa o desejo de não voltar a ser contactada? Deve concluir-se a atividade na plataforma, indicando nas observações que a pessoa não deseja voltar a ser contactada, por exemplo: “A pessoa entrevistada aquando da entrevista realizada pelos entrevistadores no terreno manifestou o desejo de não voltar a ser contactada. Ficou com o contacto dos serviços”.
- Não se consegue efetuar com sucesso o contacto telefónico “não atendeu”/desligado? Deve alterar-se o estado da atividade de “Novo” para “Em progresso” em caso de tentativa de contacto sem sucesso, e averiguar a necessidade de apoio. Atendendo ao nível de intervenção assinalado e de vulnerabilidade, e ao número de tentativas de contacto efetuadas sem sucesso, que devem ser temporalmente espaçadas e realizadas em diferentes períodos do dia (por exemplo: manhã, tarde), as técnicas das EAI devem realizar visita domiciliária, caso justificável, ou prosseguir com as tentativas de contacto a fim de concluir a atividade.
- A mesma pessoa é entrevistada mais do que uma vez? Concluir a atividade, indicando nas observações a ocorrência, salvo se a pessoa entrevistada revele necessidade dos serviços e alterações significativas no quadro de intervenção previamente realizado, cenário esse em que será necessário realizar um novo contacto telefónico por parte dos serviços.
- A pessoa entrevistada tem ou reside com alguém com idade inferior a 65 anos? Encaminhamento para serviços competentes e conclusão da atividade na plataforma, por exemplo “A pessoa entrevistada reside com a filha com menos de 65 anos, referiu necessidade de apoio. Efetuado encaminhamento para o Acolhimento Social Generalista”.
- A pessoa entrevistada reside numa freguesia ainda não coberta pelo Projeto Radar? Confirmar a freguesia de residência da pessoa contactada, caso a mesma seja abrangida pela atuação da EAI, as técnicas devem realizar o contacto telefónico e concluir a atividade. Por outro lado, caso seja abrangida por outra EAI, realiza-se o encaminhamento do processo na plataforma.

Conclusão

O presente documento procurou demonstrar como a metodologia utilizada coloca o sujeito como ponto central de todo o projeto. A abordagem prática da entrevista, e o seu sustento teórico, ambiciona ter um efeito duradouro em cada pessoa que decide fazer parte. Não apenas no possível suporte material que pode ser fornecido, adequado às determinadas ausências e necessidades avaliadas, mas também através do desafio que propõe para a longevidade de cada um. Este projeto evidencia a possibilidade de participação da população com mais de 65 anos na sua comunidade. Abre espaço para que esta população tome conhecimento e tenha acesso às atividades lúdicas, de cariz cultural, artístico e educativo na sua



comunidade. A população com mais de 65 anos necessita de se constituir como atores dinâmicos e presentes nas decisões, e que procurem de que melhor forma as suas potencialidades possam ser melhor empregues. Para tal, esta população deve dar a conhecer-se, a ponderar sobre si mesmos, e sobre os aspetos sociais mais próximos a si.

A articulação entre instituições públicas e sociais, e espaços comunitários, proporciona uma rede comunitária que oferece um espaço onde esta população pode ser ouvida. Através da angariação dos Radares Comunitários, está a ser estabelecida uma ponte entre o Projeto Radar e a população 65+, por vezes estes radares são estabelecimentos da confiança desta população que vai facilitar a comunicação e a relação do entrevistador e do entrevistado. Desta forma, é fundamental alargar a rede para além de família e amigos, e envolver elementos-chave da comunidade, como os estabelecimentos de comércio local e outro tipo de locais que são frequentados habitualmente pela população desta faixa etária.

Este projeto procura redefinir novos paradigmas de pedagogia social, recentrando o conhecimento por via do diálogo, da tolerância e da abertura, exigindo cedências e compromissos que vão para além de atitudes políticas paternalistas ou socialmente assistencialistas (Carvalho, 2012). Apenas através da provocação destas reflexões é possível desenvolver mecanismos plásticos, capazes de responder às múltiplas vontades e desafios que a longevidade é e promete ser.



Anexo 7 – Carta da Apresentação Projeto Radar – Condomínios



À Administração do Condomínio

Exmos. Senhores,

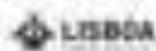
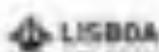
Tal como da Direção de Múltipla Dúvida para o programa "Linha, Cidade de Lisboa no Mundo", como por ser uma iniciativa da Administração do Condomínio a realização no âmbito de um projeto social cujo para a cidade de Lisboa que é o Projeto Radar, promovendo o acesso ao conhecimento. Este Projeto, em sua prática, abrange as Regiões de Apoio, Apoio e Outros.

Com o objetivo de promover nos domínios de sustentabilidade e de serviços comunitários, através do Projeto Radar, pretende-se como uma das atividades de sensibilização do Programa Linha, Cidade de Lisboa no Mundo. Este Projeto tem como objetivo de sensibilização da população com mais de 65 anos, que se encontra a nível nacional em acompanhamento por parte dos serviços sociais locais, identificando as suas necessidades, expectativas e potencialidades, por isso, em estreita colaboração com os Parceiros Chave (Câmara Municipal de Lisboa (CML), Junta de Freguesia de Lisboa (JFL), Instituto de Segurança Social (ISSL), Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo (ARLVT), Polícia de Segurança Pública (PSP), se prevê realizar os seguintes pontos de trabalho que se apresentam:

No presente projeto, os intervenientes deste projeto Radar (individualmente identificadas e muitas vezes acompanhadas por outros da PSP) e acesso ao conhecimento e promoção constante com a população 65+, promover nos seguintes serviços à comunidade, no sentido de que qualquer pessoa que identifique situações representativas, poderá facilitar nos contactos com pessoas que possam beneficiar de um qualquer situação de isolamento, contribuindo assim, para o seu bem-estar.

Agradecemos a vossa preciosa colaboração.

Com os melhores cumprimentos,



Anexo 8 – Consentimento Informado (versão I e II)

Projeto RADAR

CONSENTIMENTO INFORMADO
Estudo de Longitudinalidade em

Assinatura do Participante/Encarregado: _____

Assinatura do Investigador: _____

O Projeto "RADAR" é uma das dimensões da operacionalização do Programa "Lisboa, Cidade de Todos os Saberes", resultante de um protocolo de cooperação entre a Santa Casa de Misericórdias de Lisboa e os seus parceiros (Direção Municipal de Lisboa, Instituto Superior Técnico, a administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a Fundação de Segurança Pública e as juntas de freguesia da cidade de Lisboa). O objetivo deste projeto é estabelecer uma base de dados, identificando e registando, para que, em estreita colaboração entre as diferentes entidades, promover as respostas e os recursos do nível da educação, qualificação e acompanhamento de acordo com as necessidades, competências e potencialidades. Especificamente, pretende-se promover o acompanhamento sobre este grupo populacional, assim como fomentar a empregabilidade e melhorar os resultados face à longevidade.

A sua participação será um importante contributo para a melhor compreensão do processo de envelhecimento e da evolução da longevidade no que se refere a dimensões psicológicas e académicas a nível local.

Serão realizados um conjunto de testes, com o qual se irá de seguida iniciar o estudo no âmbito do projeto. O registo dos dados é efetuado mediante um formulário digital pelo sistema de base de dados existente. Será assegurada a confidencialidade de todas as informações pessoais recolhidas durante este projeto, os quais estarão ao serviço de pesquisas futuras. As comunicações públicas dos resultados serão sempre feitas com cuidado para evitar qualquer identificação em termos de nomes de grupos, de dados recolhidos sobre determinado indivíduo, através de fontes por demais conhecidas, de forma a evitar as participações com as identidades não identificadas.

Informo-lhe que a sua participação é voluntária e poderá abandonar a qualquer momento a participação, sem necessidade de qualquer justificação.

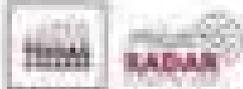
No âmbito do presente documento, RADAR e CRIS se comprometem à sua participação neste projeto.

Confirma que entende a informação dada e aceita os procedimentos necessários, para que possam ser os dados estabelecidos para a participação no presente projeto.

Assinatura do Participante/Encarregado: _____

Assinatura do Investigador: _____

INTECAJA
LISBOA
CRIS
LISBOA
LISBOA
LISBOA



CONSENTIMIENTO INFORMADO

Fecha: 17/09/2019

Nombre del Participante (apellidos): _____

El Proyecto "RADAR" es una de las actividades que conforma el Programa "Unidos por el Futuro de España", ubicado a partir de un convenio de colaboración entre el Comité Organizador de Madrid - 2019 y el Ayuntamiento de Madrid. Madrid - 2019, entidad de la categoría "otras" de la Administración Regional de Madrid de carácter público, y el Ayuntamiento de Madrid - 2019 de la categoría "organizadas" de Madrid de carácter público. Este consentimiento informado es un documento que garantiza el cumplimiento de los principios de confidencialidad, privacidad y protección de datos de carácter personal de los participantes en el proyecto. Este consentimiento informado es un documento que garantiza el cumplimiento de los principios de confidencialidad, privacidad y protección de datos de carácter personal de los participantes en el proyecto. Este consentimiento informado es un documento que garantiza el cumplimiento de los principios de confidencialidad, privacidad y protección de datos de carácter personal de los participantes en el proyecto.

El suscriptor declara que ha leído y comprende el contenido del presente consentimiento informado y que acepta participar en el proyecto de manera voluntaria y sin recibir ninguna compensación económica.

Este consentimiento informado es válido para la realización de las actividades que se detallan en el presente consentimiento informado. El suscriptor declara que ha leído y comprende el contenido del presente consentimiento informado y que acepta participar en el proyecto de manera voluntaria y sin recibir ninguna compensación económica. Este consentimiento informado es un documento que garantiza el cumplimiento de los principios de confidencialidad, privacidad y protección de datos de carácter personal de los participantes en el proyecto.

A los efectos de su validez y eficacia, el presente consentimiento informado tiene carácter público, con el fin de garantizar su cumplimiento.

Este consentimiento informado es válido para la realización de las actividades que se detallan en el presente consentimiento informado. El suscriptor declara que ha leído y comprende el contenido del presente consentimiento informado y que acepta participar en el proyecto de manera voluntaria y sin recibir ninguna compensación económica. Este consentimiento informado es un documento que garantiza el cumplimiento de los principios de confidencialidad, privacidad y protección de datos de carácter personal de los participantes en el proyecto.

El suscriptor declara que ha leído y comprende el contenido del presente consentimiento informado y que acepta participar en el proyecto de manera voluntaria y sin recibir ninguna compensación económica.

Este consentimiento informado es válido para la realización de las actividades que se detallan en el presente consentimiento informado. El suscriptor declara que ha leído y comprende el contenido del presente consentimiento informado y que acepta participar en el proyecto de manera voluntaria y sin recibir ninguna compensación económica.

Nombre del Participante (apellidos): _____

Nombre del Firmante: _____



Este consentimiento informado es válido para la realización de las actividades que se detallan en el presente consentimiento informado. El suscriptor declara que ha leído y comprende el contenido del presente consentimiento informado y que acepta participar en el proyecto de manera voluntaria y sin recibir ninguna compensación económica.

